

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO - MESTRADO

Aline Ribeiro da Silva

**COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO MARANHÃO NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI:**

Uma análise sob a ótica da competitividade revelada

São Luís
2013

Aline Ribeiro da Silva

**COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO MARANHÃO NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI:**

Uma análise sob a ótica da competitividade revelada

Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Socioeconômico da
Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do
título de Mestre Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof^o. Dr. João Gonsalo de Moura

São Luís
2013

Silva, Aline Ribeiro da

Comércio Exterior e Desenvolvimento Econômico do Maranhão na Primeira Década do Século XXI: Uma análise sob a ótica da competitividade revelada / Aline Ribeiro da Silva. – São Luís. – 2013.

116f.; il.

Impresso por computador (fotocópia)

Orientador: João Gonsalo de Moura.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, 2013.

1. Comércio Exterior. 2. Competitividade Revelada. 3. Desenvolvimento Econômico. I Título.

CDU 339.5:330.3 (812.1)

ALINE RIBEIRO DA SILVA

**COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO MARANHÃO NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI:**

Uma análise sob a ótica da competitividade revelada

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, orientado pelo prof. Dr. João Gonsalo de Moura.

Defesa em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Gonsalo de Moura
(Orientador) PPGDSE/UFMA

Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula
(Examinador Interno) PPGDSE/UFMA

Prof. Ms. Alan Vasconcelos Santos
(Examinador Externo) Departamento de Economia/UFMA

Dedico este trabalho a toda minha família por sempre acreditarem em mim. Em memória a minha avó Isabel e em especial a minha mãe Isanir pelo apoio e incentivo durante toda esta jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela inspiração, iluminação e por permitir chegar até aqui.

Ao meu orientador professor João Gonsalo de Moura pela orientação segura e cuidadosa, pelo incentivo, dedicação, exemplo e apoio inestimável nesta caminhada.

A todos os professores do curso de Ciências Econômicas e do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão por contribuírem para a minha formação acadêmica.

Aos meus avós Isabel e José Carlos (In Memoriam) por terem sido pessoas fundamentais para a minha formação pessoal e profissional. A toda minha família, principalmente meus irmãos, Rafael e Diego, ao meu tio Antônio Edson pela dedicação e colaboração na minha formação e em especial a minha mãe Isanir, por sempre confiar e acreditar em mim.

Aos meus colegas e amigos da primeira turma do mestrado Jadson Pessoa, Leonan, Dionatan Carvalho, Luiz Eduardo, e, em especial, Maria de Lourdes e Maria Tereza, com os quais passei importantes momentos de aprendizagem e trocas de experiências enriquecedoras.

Ao professor Hiroshi Matsumoto, que muito contribuiu na minha formação. Pela ajuda, colaboração e principalmente pelo incentivo para a conclusão do mestrado. Aos professores José Ribamar de Sá e Ricardo Zimbrão pela grande contribuição dada na qualificação da dissertação.

Aos meus colegas e amigos da SEPLAN pelo companheirismo e trocas de aprendizagens: Nayane, Deuzimar, Auricélia, Luiz, Gilson, Telma, Arlete, Domingos, Marco Aurélio e Roberto Matos. Em especial aos amigos Marcello Duailibe e Cláudio Braga por disponibilizar dados que serviram de subsídio para a elaboração da dissertação e ao amigo Paulo Carioca pelo apoio e por sempre disponibilizar materiais relacionados ao tema da dissertação.

Aos meus chefes imediatos pela compreensão durante todos os momentos desta jornada em que precisei me ausentar do trabalho, em especial, Paulo Ronchi, Nilo Sérgio, Graça Ximenes e Tânia Maria Macatrão.

As colegas da Coordenação do Mestrado, Núbia, Marília e Nyla, por todo o auxílio a mim prestado durante esse período. E a todos que direta ou indiretamente me permitiram e deram condições durante toda esta jornada.

“Desenvolvimento econômico é um processo acentuadamente desigual, pois surge em uns pontos, propaga-se com menor ou maior facilidade a outros, toma vigor em determinados lugares, aborta noutros etc. Nem é nem poderia ser um processo uniforme, pois a constelação de recursos e fatores que se apresenta em cada parte é obviamente diversa”.

Celso Furtado

RESUMO

O presente estudo objetiva evidenciar as possíveis conexões existentes entre comércio exterior e desenvolvimento econômico. Para tanto é feita uma revisão das principais teorias econômicas que podem explicar as relações entre esses dois temas. O ponto central de análise consistirá em identificar em que medida o comércio exterior tem servido de elemento dinamizador do crescimento econômico e, por conseguinte, do desenvolvimento do estado. Para tanto, se faz necessário, realizar uma análise do estado de competitividade das exportações maranhenses através de alguns indicadores do comércio exterior sobre competitividade revelada no período de 2000-2010. Dessa forma, busca-se traçar um diagnóstico deste estado utilizando como critério a identificação dos setores, notadamente, os indicadores de desempenho do estado que se refere, especificamente, à revelação do setor no comércio exterior, possibilitando, portanto, fundamentar a relação entre os dois temas. Percebe-se, no entanto, que os efeitos benéficos proporcionados pelo setor externo são limitados no estado, pois o mesmo não dispõe das infraestruturas (social, econômica e institucional) suficiente para que os efeitos se propaguem e assim, se alcance um nível maior desenvolvimento apesar das taxas de crescimento da economia alcançadas mesmo. No entanto, parece que algo está se fazendo no intuito de reverter esse quadro, tendo em vista, os grandes investimentos que estão se implantando no estado.

Palavras-Chave: Comércio Exterior, Competitividade Revelada, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The present study aims at identifying the possible connections between foreign trade and economic development. For this is done a review of the main economic theories that may explain the relationship between these two issues. The central point of analysis is to identify the extent to which trade has been the driving force of economic growth and, therefore, the development of the state. Therefore, it is necessary to conduct an analysis of the state of Maranhão export competitiveness through some indicators of foreign trade on competitiveness revealed in the period 2000-2010. Thus, it seeks to draw a diagnosis of this condition using as criteria the identification of sectors, notably, the performance indicators of the state that refers specifically to the revelation of the foreign trade sector, enabling thus substantiate the relationship between two themes. It is clear, however, that the beneficial effects provided by the external sector are limited in the state, because it lacks the infrastructure (social, economic and institutional) enough for the effects to propagate and thus achieve a higher level development although the rates of economic growth achieved it. However, it seems that something is being done in order to reverse this situation in view of the large investments that are deployed in the state.

Keywords: Foreign Trade, Competitiveness Revealed, Economic Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	PIB do Maranhão a preços de mercado corrente 2006-2010 (em R\$ milhões).....	53
Gráfico 02 -	Variação real acumulada do PIB no período (2002-2010).....	54
Gráfico 03 -	Taxa de crescimento real do PIB do Maranhão e do Brasil (2003-2013).....	55
Gráfico 04 -	PIB do Maranhão e participação no Nordeste e no Brasil.....	56
Gráfico 05 -	Participação dos setores no VA bruto do Maranhão (2006-2010).....	58
Gráfico 06 -	Participação dos setores no VA bruto Brasil (2006-2010).....	58
Gráfico 07 -	Peso das atividades no total do VA da agropecuária do Maranhão.....	59
Gráfico 08 -	Peso das atividades no total do VA da indústria do Maranhão.....	59
Gráfico 09 -	Peso das atividades no total do VA de serviços do Maranhão.....	60
Gráfico 10 -	Lei Complementar nº 87/96 (desoneração de exportações) – custos estimados para o estado do Maranhão entre 2002 e 2008 (R\$ milhões).....	66
Gráfico 11 -	Taxa de crescimento das exportações e taxa de crescimento do PIB do Maranhão no período de 2003 a 2012.....	70
Gráfico 12 -	Balança Comercial do Maranhão (US\$ milhões FOB).....	75
Gráfico 13 -	Participação do Maranhão no Brasil e no Nordeste: Exportações e Importações (em %)......	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Taxa de crescimento do PIB – Maranhão, Nordeste e Brasil – diversos períodos.....	55
Tabela 02 -	População Residente no Maranhão – 2000/2010.....	56
Tabela 03 -	Evolução das receitas do Maranhão 2000 a 2007 (R\$ mil a preços de 2007)	64
Tabela 04 -	Evolução da arrecadação de receitas estaduais – média móvel de 12 meses (R\$ mil e crescimento %)......	64
Tabela 05 -	Efeitos da desoneração de ICMS sobre as exportações no estado do Maranhão: impactos sobre a arrecadação, transferências compensatórias do Governo federal e renúncia fiscal estimada (R\$ mil correntes).....	65
Tabela 06 -	Participação das exportações e importações no PIB maranhense, Grau de Abertura e Taxa de Cobertura (2002-2010).....	79
Tabela 07 -	Taxa Simples de Cobertura das Importações e Coeficiente de Importação (2000-2010).....	80
Tabela 08 -	Composição das exportações maranhenses – 2000 a 2010	82

Tabela 09 -	Principais produtos exportados pelo Maranhão – 2000 a 2010.....	84
Tabela 10 -	Peso das exportações maranhenses segundo o destino (2000-2010).....	85
Tabela 11 -	Principais produtos importados pelo maranhão (2000 e 2010).....	86
Tabela 12 -	Peso das importações maranhenses segundo a origem (2000-2010).....	87
Tabela 13 -	Participação dos setores econômicos nas exportações maranhenses (2000-2010).....	88
Tabela 14 -	Participação dos setores econômicos nas importações maranhenses (2000-2010).....	90
Tabela 15 -	Vantagem Comparativa Revelada (2000-2010).....	91
Tabela 16 -	Coeficiente de Especialização Relativa das exportações maranhenses, segundo os setores (2000-2010).....	92
Tabela 17 -	Coeficiente de Especialização Relativa das importações maranhenses, segundo os setores (2000-2010).....	92
Tabela 18 -	Taxa de cobertura das importações maranhenses, segundo os setores (2000-2010).....	93
Tabela 19 -	Indicadores de infraestrutura social – Maranhão.....	97
Tabela 20 -	Rodovias federais, estaduais e municipais – Maranhão – 1977, 2000 e 2003.....	99
Tabela 21 -	Situação da rede rodoviária estadual do maranhão – Dezembro de 2012.	100
Tabela 22 -	Cargas movimentadas pelo Porto do Itaqui (toneladas) – 2009-2012.....	100
Tabela 23 -	Números de municípios com meios de comunicação existentes, por tipo – Brasil, Nordeste e Maranhão - 2006.....	100
Tabela 24 -	Telefonia Fixa – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2008.....	101
Tabela 25 -	Consumo (MWH): residencial, industrial, comercial, rural e setor público – Maranhão – 1980-2007.....	101
Tabela 26 -	Número de Consumidores: residencial, industrial, comercial, rural e setor público – Maranhão – 1980-2007.....	102
Tabela 27 -	Energia elétrica: principais empreendimentos no Maranhão.....	102

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Grandes investimentos: regiões dinâmicas de desenvolvimento.....	103
Figura 02 -	Localização dos principais investimentos em São Luís.....	103

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	19
2.1	Aspectos Fundamentais das Teorias de Comércio Internacional.....	19
2.1.1	<i>Teoria Clássica.....</i>	20
2.1.2	<i>Teoria Neoclássica.....</i>	24
2.1.3	<i>A Nova Teoria do Comércio Internacional ou Teoria Moderna.....</i>	26
2.2	Evolução Histórica do Conceito de Desenvolvimento.....	29
2.3	Comércio Exterior como Estratégias de Desenvolvimento.....	33
2.3.1	<i>Promoção às Exportações.....</i>	33
2.3.2	<i>Substituição de Importações.....</i>	35
2.3.3	<i>Algumas Considerações.....</i>	36
2.4	Notas Conclusivas.....	38
3.	ASPECTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	42
3.1	Metodologia.....	42
3.1.1	<i>Dados.....</i>	43
3.1.2	<i>Indicadores Selecionados.....</i>	44
3.1.2.1	<i>Indicador Grau de Abertura e Cobertura.....</i>	44
3.1.2.2	<i>Coeficientes de Estrutura.....</i>	48
3.1.2.3	<i>Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas.....</i>	50
3.2	Conjuntura Econômica do Maranhão: Desempenho recente.....	53
3.2.1	<i>Produto Interno Bruto – PIB e PIB per capita.....</i>	53
3.2.2	<i>População.....</i>	56
3.2.3	<i>Setores Econômicos.....</i>	57
3.3	Fatos Relevantes na Conjuntura do Comércio Exterior.....	60
3.3.1	<i>Lei Kandir: breve histórico e impactos na economia maranhense.....</i>	60
3.3.2	<i>Crise Internacional 2008-2009.....</i>	68
3.3.3	<i>Notas Conclusivas.....</i>	71
4.	COMPETITIVIDADE DO SETOR EXTERNO DO MARANHÃO (2000-2010).....	74
4.1	Grau de Abertura do Maranhão.....	74
4.1.1	<i>Balança Comercial Maranhense.....</i>	74
4.1.2	<i>Participação do Comércio Exterior do Maranhão no Brasil e no Nordeste.....</i>	76
4.1.3	<i>Participação das Exportações, Importações e Corrente de Comércio no PIB maranhense.....</i>	78
4.1.4	<i>Taxa Simples de Cobertura das Importações e Coeficiente de Importação.....</i>	79
4.2	Estrutura do Comércio Exterior Maranhense.....	81
4.2.1	<i>Principais Produtos Exportados.....</i>	81
4.2.2	<i>Direção do Comércio Externo.....</i>	84
4.2.3	<i>Principais Produtos Importados.....</i>	86
4.2.4	<i>Origem das Importações.....</i>	87
4.3	Identificação da Competitividade dos Setores do Comércio Exterior do Maranhão..	88
4.4	A Realidade do Maranhão.....	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	111

1. INTRODUÇÃO

Tomando de forma geral e simples a definição de comércio exterior, temos que este trata das compras e vendas ao exterior de bens e serviços de uma região. Resulta da divisão internacional do trabalho, pela qual os países tendem a especializar-se na produção dos bens para os quais têm maior disponibilidade de fatores produtivos, garantido um excedente exportável, gerando divisas ao país.

Quanto à origem do comércio entre as nações, Rodrigues (2009) enfatiza que a discussão sobre as causas do comércio internacional está intimamente relacionada ao seu contexto histórico de florescimento do capitalismo comercial e industrial da Inglaterra dos séculos 17, 18, 19 e às propostas ideológicas das classes burguesas que defendiam o livre comércio como uma possibilidade de ganhos globais para todos os que se envolvessem no comércio.

Nesse sentido, no que se refere ao estado maranhense, Paula e Silva (2009) destaca o histórico de suas relações comerciais. Segundo eles, durante o século XIX, o movimento comercial da província do Maranhão apresentou-se predominantemente deficitário. Isto ocorre tanto em relação ao comércio exterior quanto em relação ao comércio entre províncias. (PAULA, R.Z.A & SILVA, M.R.M, 2009, p. 132).

No entanto, a partir do início da década de 2000, mais precisamente a partir 2003, o Maranhão vem ganhando expressividade entre os estados, principalmente do Nordeste, onde se apresenta como o 4º principal estado exportador, tanto em termos de valor quanto de quantidade exportável. A partir desse contexto tem se propagado a noção de que a economia do Maranhão possui uma vocação exportadora. Nesse aspecto, Santos (2008) observa que o estado do Maranhão tem, ao longo dos últimos anos, apresentado um crescimento significativo em termos de valor econômico (US\$), dos bens comercializados no mercado internacional. Para ele, essa maior abertura comercial do estado, que nacionalmente se tornou acentuada no início da década de 90, ficou mais evidente a partir de 2004, quando se pôde observar que as taxas de crescimento das exportações e importações maranhenses foram bastante superiores à taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. (SANTOS, 2008, p. 9)

Nesse aspecto o estado que busca se desenvolver e opta por uma maior abertura comercial obtém resultados positivos, ou seja, dentro das vantagens que a atividade exportadora oferece às empresas e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de um estado, podem ser destacadas as seguintes: maior produtividade - exportar implica

aumento da escala de produção, que pode ser obtida pela utilização da capacidade ociosa da empresa e/ou pelo aperfeiçoamento dos seus processos produtivos; a empresa poderá, assim, diminuir o custo de seus produtos, tornando-os mais competitivos, e aumentar sua margem de lucro; diminuição da carga tributária – a empresa pode compensar o recolhimento dos impostos internos, via exportação: - os produtos exportados não sofrem a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), entre outros impostos.

A atividade exportadora tem também importância estratégica, pois contribui para a geração de renda e emprego, para a entrada das divisas necessárias ao equilíbrio das contas externas e para a promoção do desenvolvimento econômico, como foi verificado a partir das teorias sobre o comércio internacional referente a importante contribuição que o comércio externo exerce sobre o desenvolvimento de um país, estado ou região.

Portanto, os benefícios trazidos pelas exportações são incomensuráveis, na medida em que geram empregos e trazem riqueza para o estado. Por outro lado, percebe-se que apesar do estado apresentar essa tendência favorável na balança comercial, o Maranhão apresenta-se como um dos mais pobres do país. E é indiscutível dizer que ações desenvolvidas por um governo para promover o desenvolvimento de uma região devem levar em conta um conjunto de iniciativas que visem fomentar operações do comércio exterior, seja por meio de alianças estratégicas, seja por meio de incentivos ou programas desenvolvidos junto às empresas e indústrias exportadoras.

A noção predominante é que exportar muito e importar pouco constitui uma fonte de poder para um país, região, ou unidade da federação, tendo em vista a economia, ou acúmulo de divisas que proporciona. Contudo, uma avaliação com base apenas neste ponto de vista deixa de levar em conta o bem-estar da população, privilegiando somente a quantia que o estado permite ao país acumular. Portanto, as importações têm papel importante para a economia do estado.

Entretanto, esta é uma questão que precisa ser analisada com maior cuidado, dado que um grande número de variáveis devem ser consideradas. É necessário que, além do saldo comercial, se conheça uma série de efeitos que o comércio proporciona para a economia de uma região, sobretudo para o bem-estar da população. Assim, na medida em que se incorporam estes outros elementos na análise, o saldo comercial positivo passa a representar apenas um detalhe do processo.

Sobre esse aspecto Maia (2005) observa que comércio internacional é como uma via de mão dupla. Isso porque, as vendas são representadas pelas exportações e as

compras são representadas pelas importações. Muitas das vezes, por conta de uma visão distorcida da realidade, é comum encontrar referências apenas às vendas externas, quando da utilização do termo, negligenciando-se assim o lado das compras. Através do livre-comércio os ganhos “[...] de produtividade são transmitidos recíproca e cumulativamente pela economia internacional, beneficiando todos os países que compõem esse mercado mundial”. (GONÇALVES et al., 1998, p. 68)

Dessa forma, serão tratadas as teorias mais representativas do comércio internacional com o intuito de fundamentar esses ganhos através do comércio externo e identificar a teoria que mais se adequa a realidade maranhense. Ou seja, o objetivo, é evidenciar as conexões existentes entre o comércio exterior e o desenvolvimento. Estas teorias, por sua vez, segundo Rodrigues (2009) surgem de fato com os clássicos e neoclássicos, com a crítica ao mercantilismo por Adam Smith, e que logo se desenvolveriam com David Ricardo, e a partir daí com seus desdobramentos em Eli Hecksher, Bertil Ohlin, Samuelson e os mais recentes, incluindo-se também os desenvolvimentistas, que irão criar uma teoria contrária às bases clássicas e neoclássicas.

Ao longo dos últimos anos, tendo em vista que o Maranhão conseguiu ter um desempenho positivo, em termos de comércio exterior, apesar de ter apresentado em alguns anos saldo negativo na balança comercial, tem-se dito que o referido estado é portador de uma forte inclinação à exportação. Portanto, será analisada a relação entre comércio exterior e desenvolvimento econômico no estado maranhense na primeira década do século XXI, com o intuito de identificar e evidenciar as possíveis conexões existentes entre esses dois temas e buscando ainda fundamentos nas principais teorias do comércio internacional.

Nesse sentido, se faz necessária a análise do comportamento do setor externo da economia maranhense, como forma de avaliarmos não somente o seu desempenho, mas também a sua relação com a performance da economia local, bem como com o desenvolvimento econômico do estado, permitindo identificar em que medida o comércio tem servido de elemento dinamizador do crescimento econômico, e por conseguinte, do desenvolvimento. Com isso, pretende-se entender por que o crescimento da economia local tem se revelado dependente do mercado internacional de commodities, não conseguindo, dessa forma, se sustentar pela influência de fatores internos.

Para tanto, a metodologia utilizada consiste na análise e avaliação de indicadores selecionados, que em um primeiro momento, demonstrem a relevância do comércio exterior para a economia do Maranhão, num segundo momento, que permitem fazer uma caracterização da composição do comércio exterior e, por último, mas não menos importante, se faz a análise de um conjunto de indicadores que possibilite a identificação da competitividade dos setores exportadores maranhenses com o intuito de dar maior embasamento às considerações finais.

A importância do setor externo para uma economia como a do Maranhão está no nível de eficiência que o mesmo pode promover para a economia local, principalmente pela maior produtividade com que opera e a atração, uso e difusão de métodos e técnicas de produção mais modernos. Dentro desta análise, o desenvolvimento está intimamente relacionado ao processo de crescimento econômico, no qual o comércio internacional possui inegável importância.

Esse esforço nasce da ideia de que essa relação e essa articulação entre esses dois temas precisam ser encaradas como necessidade no campo do debate acadêmico e das ações concretas tomadas como projeto político de desenvolvimento do estado, de modo que os dois precisam caminhar juntos. Dessa forma, fica fácil observar que o comércio deve ser interpretado não como fim em si mesmo, mas como um meio útil à persecução de objetivos que configurem no desenvolvimento de uma região, e que, dessa maneira, o comércio aqui tratado, não é uma condição suficiente para tal feito, porém necessária, que possui efeitos multiplicadores de crescimento.

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho está dividido da seguinte forma: além desta introdução, o mesmo conta com mais três capítulos importantes, dada à metodologia empregada. No capítulo 2 destaca-se uma breve discussão dos aspectos fundamentais das teorias do comércio exterior, de forma a fundamentar e evidenciar a relação existente com o desenvolvimento econômico bem como se possa estar ciente dos seus prováveis efeitos benéficos e maléficos para a economia de uma região. No capítulo 3 apresenta-se a metodologia a ser utilizada. Faz-se necessário ainda neste item, expor uma análise objetivando contextualizar a realidade em que vive a economia maranhense, analisando, dessa forma, sua dinâmica de modo geral. No capítulo 4 será analisada a competitividade do setor externo maranhense. Para tanto, são analisados os resultados dos indicadores de comércio exterior, sob a ótica da competitividade revelada, propostos na metodologia, constituindo-se assim, o ponto crucial deste trabalho. Finalmente, no capítulo 5, aplicam-se as considerações finais.

2. COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Neste capítulo da dissertação, buscar-se-á evidenciar as possíveis conexões existentes entre comércio exterior e desenvolvimento, ou seja, tem por objetivo rever as principais teorias econômicas que podem explicar as relações entre esses dois temas. O ponto central de análise consistirá em identificar em que medida o comércio tem servido de elemento dinamizador do crescimento econômico e, por conseguinte, do desenvolvimento e bem-estar da população.

Parte-se, dessa forma, do pressuposto de que o desenvolvimento está intimamente relacionado ao processo de crescimento econômico, no qual o comércio internacional possui inegável importância. Para tanto, será feita uma breve abordagem sobre os aspectos fundamentais das teorias de comércio internacional e buscando relacionar o mesmo com o desenvolvimento econômico, procurando, em particular, avaliar as principais contribuições oferecidas pelas teorias do comércio exterior e pelas teorias do desenvolvimento, com o intuito de compreender as referidas relações e, na medida do possível, o sentido de sua causalidade.

2.1 Aspectos Fundamentais das Teorias de Comércio Internacional

Dentre os vários debates acerca do que impulsiona o desenvolvimento de uma região, o comércio exterior aparece como uma alternativa para os países alcançarem tal objetivo. Dessa forma, o comércio entre as nações, desde o início da ciência econômica, é tratado como uma opção ideal para que os países aproveitem melhor seus fatores produtivos.

Portanto, objetiva-se nesse item fazer uma breve discussão sobre as principais abordagens teóricas do comércio internacional que ganharam notoriedade no meio acadêmico. Dessa forma, a exposição inicia-se com as teorias clássicas, de Smith e Ricardo, neoclássicas, expressadas a partir do teorema de Heckscher-Ohlin e, por último, as teorias modernas que configuram a nova economia internacional como, por exemplo, as economias de escala de Krugman.

Dentre os inúmeros pensadores, foram estes os que, após análise da literatura existente, ofereceram as contribuições mais significativas para o desenvolvimento teórico da dissertação em elaboração.

2.1.1 Teoria Clássica

Os pensadores clássicos foram os precursores na concepção das teorias sobre comércio internacional, especialmente, Smith e logo depois, seu sucessor Ricardo. Ambos deram grandes contribuições acerca da explicação sobre o que rege o comércio entre as nações, influenciando e, conseqüentemente, resultando em fortes efeitos na história do pensamento econômico. Ou seja, as obras desses autores configuraram-se em referências no que diz respeito aos fenômenos econômicos e, sobretudo, a obra de Smith, *A Riqueza das Nações*, representa o marco do início da discussão científica econômica.

Essas teorias surgem de críticas a doutrina mercantilista o qual, segundo Cassano (2002) a mesma, a partir da segunda metade do século XVIII, foi substituída pelo liberalismo econômico e pelo racionalismo. De acordo ainda com este autor “o comércio com outros países, então, passa a ser tratado como a principal forma de um país obter impulso no seu crescimento econômico – outras atividades externas, como o tráfico de escravos e a colonização de países para a exploração agrícola e mineral também possuíam destaque, mas em escala inferior à atividade comercial”. (CASSANO, 2002, p. 113)

Porter (1993) resume bem essa trajetória ao observar que “a teoria clássica do comércio internacional teve como ponto de partida, o mercantilismo, que defendia uma política comercial baseada na promoção do superávit da balança comercial”. O qual, segundo ele, vem “seguido pela ideia das vantagens absolutas, onde uma nação exporta um produto se o produz a mais baixo custo do mundo, e das vantagens comparativas, onde as forças de mercado encaminharão os recursos de um país para as indústrias onde é relativamente mais produtivo”. (PORTER, 1993, p. 96)

Nesse sentido, adentos como o fim do Feudalismo, o advento da Revolução Comercial e as Grandes Navegações, de acordo com Santos (2008), “caracterizaram a Doutrina Mercantilista que gerou os capitais necessários para a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no Século XVIII e XIX, que provocou um movimento inicial de

organização e normatização nas relações do comércio internacional, gerando multiplicação e integração das atividades de comércio exterior entre países”. (Santos et. al., 2008, p. 11)

Dessa maneira, o mercantilismo representa um marco na história econômica no que diz respeito ao princípio e à evolução das transações comerciais, impulsionando, por conseguinte, o comércio entre as nações e instigando os pensadores da época a conceberem suas teorias sobre o comércio internacional.

Foi com esse intuito e a partir deste contexto que surgiu às primeiras teorias sobre comércio internacional. No século XVIII, Adam Smith em seu livro “A Riqueza das Nações”, publicado em 1776, estabelece as bases do moderno pensamento econômico a respeito das vantagens do comércio, destacando-se por produzir a primeira teoria nesse sentido através da teoria das vantagens absolutas, tendo, portanto, uma visão contrária à doutrina mercantilista. Para o autor, a riqueza não consiste em dinheiro, ou ouro e prata, mas naquilo que o dinheiro pode comprar que é a premissa da teoria do valor-trabalho (SMITH, 1996, p.415). Ele demonstrou que as trocas entre países beneficiam a todos e que, dessa forma, todo país possui uma vantagem absoluta nas relações de trocas com o resto do mundo.

De acordo com Guimarães (1997, p.1) “[...] as vantagens absolutas no comércio internacional obtidas através de atributos como inovação (Dosi, G.; 1984), produtividade (Porter, M.; 1991) e eficiência produtiva (Chesnais; 1981) ganharam destaque explicativo para os padrões das trocas internacionais, em detrimento das variáveis convencionais de comércio exterior: preços dos produtos e taxa de câmbio”.

Para Adam Smith, a falha dos mercantilistas consistia em não perceber que uma troca deve beneficiar as duas partes envolvidas no negócio, sem que se registre necessariamente, um déficit para uma das nações envolvidas. Sua teoria das vantagens absolutas atestava que o comércio seria vantajoso sempre que houvesse diferenças de custos de produção de bens entre países e, dessa forma, o comércio era justificado apenas quando fosse mais barato adquirir itens produzidos em outra economia.

Diz-se que um país tem vantagem absoluta na produção de um determinado bem ou serviço se ele for capaz de produzi-lo e oferecê-lo a um preço de custo inferior aos dos concorrentes. Na visão de Adam Smith esta vantagem absoluta decorreria da produtividade do trabalho, que está relacionada com a especialização adquirida com a divisão do trabalho. No caso de produtos agrícolas, a condição climática favorável é fundamental.

Porém, a Teoria de Smith deixava lacunas quanto a sua aplicação. Como, por exemplo, a proporção em que seriam feitas as trocas entre os dois países, ou seja, quais seriam os termos de troca ou relações de troca entre as mercadorias. E outra, o que aconteceria se um país não produzisse nenhuma mercadoria a custos menores que seus possíveis parceiros comerciais? Estaria essa nação condenada a ficar excluída dos benefícios da especialização e das trocas?

Já no início do século XIX, em 1817, a teoria das Vantagens Comparativas formulada por David Ricardo passa a ganhar destaque. Em seu livro *Princípios de Economia Política e Tributação*, Ricardo aprimora as ideias de Smith ao estender a possibilidade de ganhos de comércio para países que não possuem vantagens absolutas em relação a outros. A abordagem de Ricardo (1996) para essa teoria foi no tocante aos custos das mercadorias que eram comercializadas, ou seja, ao se ter dois países com custos diferentes, cada país se especializará na produção com maior vantagem gerando excedente para a produção.

Ricardo (1996) notou que a ideia de vantagens absolutas determina o padrão de trocas internas em um país com perfeita mobilidade de fatores de produção, levando, no limite, à uniformização dos preços dos fatores. No mercado internacional, contudo, a lógica é distinta, dada a baixa (ou inexistente) mobilidade de fatores entre os países. Há a necessidade de considerar a estrutura produtiva de cada país. Para ele, o importante, no interior de uma mesma nação, são as diferenças relativas entre as condições de produção dos bens que podem ser definidas a partir do custo de oportunidade.

Dessa forma, segundo Krugman e Obstfeld (2004) “a partir do momento no qual se considera que a distribuição dos fatores de produção seja bastante diferente entre os países, é lógico imaginar que os custos de produzir bens e serviços sejam também bastante diferenciados entre as nações” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2004, cap. 4).

Este é o pressuposto do argumento clássico conhecido como Teoria das Vantagens Comparativas. Assim, cada país poderá obter maior proveito dos seus recursos produtivos se puder direcioná-los para aquelas atividades nas quais tais recursos se adaptam com maior facilidade. Tem-se, dessa forma, o princípio básico da referida teoria que é a dos custos relativos e não mais absolutos. Ou seja, cada economia deve especializar-se na produção dos bens e serviços que originam os menores custos, utilizando os excedentes de tais bens para adquirir, no exterior, aqueles produtos cujos custos internos de produção sejam elevados (KENEN, 1998, cap. 4).

Nesse sentido surgiram diversos estudos empíricos que confirmaram o prognóstico básico do modelo de Ricardo, onde os países optariam por exportar bens cuja produtividade é relativamente alta e importar bens de produtividade relativamente baixa.

Cassano (2002) destaca que quase à mesma época, mas precisamente em 1820, Thomas Malthus, em sua análise sobre os excedentes, se opunha à corrente clássica do livre comércio e defendia uma maior produção de alimentos baseada na proteção agrícola - inclusive com incentivos governamentais - para obter melhores preços e maiores investimentos, com o conseqüente aumento da produtividade do setor. Como principal argumentação, e por este motivo foi citado, baseava-se no exemplo de uma pequena ilha que dependia da importação para atender boa parte de suas necessidades alimentares, e que, em uma situação de guerra ou de emergência, estaria completamente vulnerável e na dependência do suprimento externo. (CASSANO, 2002, p. 114)

Para esse autor, ainda no século XIX os estudos de Stuart Mill em seu livro intitulado “Princípios de Economia Política”, escrito em 1848 fortalecem à teoria apresentada por Ricardo, através da teoria dos valores internacionais. Só que na obra de Mill a abordagem situa-se na análise do capitalismo sob o aspecto da exportação de capitais. Inaugurando essa discussão, ele afirma que as taxas internas de lucro seriam maiores se parte das poupanças domésticas fosse destinada a investimentos externos dirigidos ao suprimento de fontes alimentares e de matérias-primas, trazendo assim um duplo benefício para o país: redução da taxa interna de juros e garantia de fontes constantes de suprimento. (CASSANO, 2002, p. 114-115)

Dessa forma, em linhas gerais, a teoria de Adam Smith procurou demonstrar que havia possibilidades de ganhos globais no comércio internacional, não focando nos interesses dos estados, e sim nas necessidades dos agentes econômicos. Para tal, segundo Rodrigues (2009), Smith baseou sua análise na teoria do valor-trabalho, segundo a qual, é o trabalho quem determina o valor dos bens; ou seja, o preço de um bem está determinado pelo custo necessário para produzi-lo, que, por sua vez, é determinado pela produtividade do trabalho às horas necessárias para produzi-lo.

Seguindo essa lógica, que orientará todo o percurso futuro das demais teorias, clássicas e neoclássicas, o país que tivesse vantagem absoluta (isto é, definido apenas no valor de horas-trabalho) para produzir determinado bem com menos custo, poderia ofertá-lo no mercado internacional por um preço menor. Por outro lado, ele importaria aquilo no qual tivesse desvantagem. (RODRIGUES, 2009, p. 3-4)

Já no pensamento ricardiano, representado pela sua famosa *teoria dos custos comparativos*, o comércio é dado pelo diferencial de preços relativos, não absolutos, entre os países. Desse modo, pode haver países que tenham vantagens absolutas em todos os setores, mas que em alguns setores eles terão vantagens relativamente maiores, em comparação com os demais setores e com os demais países. O resultado menor determina o custo de oportunidade mais baixo. Isso implica uma especialização maior nesse bem. Os ganhos compensarão até a importação do outro bem. (RODRIGUES, 2009, p. 4)

Viu-se, portanto, que essas teorias resultam da tentativa de mostrar o que gera o comércio entre as nações e atendendo a este propósito as teorias clássicas surgem respondendo que são as vantagens comparativas, ou melhor dizendo, a diferença entre os preços ou custos de produção dos bens ofertados entre os países que determina o comércio internacional entre as nações. As demais teorias que seguem têm este mesmo objetivo e partem dos seus conceitos criados de vantagem comparativa como pressuposto, porém cada uma com um enfoque diferente no que se refere aos custos dos fatores de produção.

2.1.2 Teoria Neoclássica

Representando os teóricos neoclássicos, destacam-se três economistas: Hecksher, Ohlin e Samuelson. Hecksher (1919) desenvolveu um modelo que parte da suposição de igualdade tecnológica entre os países para afirmar que o que determinaria as vantagens comparativas seriam as diferentes dotações, ou seja, a abundância ou escassez, nos fatores de produção (terra, trabalho, capital) entre os países e os diferentes preços desses fatores no mercado internacional. Mais a frente têm-se as contribuições de Ohlin (1933) na reformulação do modelo original demonstrado por Hecksher e, consecutivamente, de Samuelson (1948) incorporando ao trabalho a formatação matemática.

Conforme Pena & Costa (2007) os neoclássicos introduziram à teoria das vantagens comparativas, a ideia de que as nações têm, toda tecnologia equivalente, porém diferem nas disponibilidades dos chamados fatores de produção. Também foram os responsáveis pela modificação dos métodos de estudos econômicos, dando uma forma mais analítica e com o uso de argumentos matemáticos. Seguiam ideias do

pensamento liberal, e defendiam os conceitos da racionalidade dos agentes e otimização dos recursos escassos, e o não-intervencionismo do Governo nas políticas macroeconômicas.

Nesse sentido, já no século XX, merece destaque o trabalho conjunto de Heckscher e de Ohlin bem como o de Samuelson, com base nos estudos dos anteriores, que se transformaram em referência para a padronização de modelos para o comércio internacional.

O conhecido Teorema de Heckscher-Ohlin teve sua origem em um artigo publicado em sueco por Eli Filip Heckscher em 1919, porém só foi traduzido para o inglês em 1949. Porém antes disso, Bertil Ohlin, seu aluno, já havia divulgado suas ideias em sua tese de doutorado. De acordo com o Teorema cada país se especializa e exporta o bem que requer utilização mais intensiva de seu fator de produção mais abundante.

Ou seja, países com fator trabalho abundante, estarão produzindo maior quantidade de bens intensivos de mão-de-obra do que verdadeiramente consomem e destinando os excedentes à exportação, enquanto que, países com fator capital abundante também deverão estar produzindo maior quantidade de bens intensivos de capital do que necessitam consumir a fim de exportar um maior volume dessa produção. Em ambos os casos, a importação de bens deverá ser efetuada pelos países no sentido contrário ao fator abundante, ou seja, países com fator trabalho abundante importarão bens intensivos de capital e países com fator capital abundante importarão bens intensivos de mão-de-obra.

Dessa forma, para Pena & Costa (2007) com o advento da teoria neoclássica, modificaram-se os métodos de estudos econômicos. A partir destes, buscou-se a racionalização e otimização dos recursos escassos. De acordo com os neoclássicos que defendem a hipótese da racionalidade dos agentes e o pensamento liberal, o homem saberia racionalizar e, portanto, equilibraria seus ganhos e seus gastos. Na escola neoclássica há também o argumento de que um sistema econômico competitivo converge automaticamente para um ponto de equilíbrio, a um nível de pleno emprego dos fatores de produção. E a principal preocupação dos neoclássicos é o funcionamento de mercado e como se chegar ao pleno emprego dos fatores de produção baseada no pensamento liberal.

Portanto, percebe-se, claramente, que de acordo com a teoria neoclássica, a relação entre comércio e bem-estar é muito forte. Nesse sentido, a hipótese básica dos

neoclássicos prega que há possibilidade de aumento de ganhos de bem-estar numa situação de livre-comércio a partir da especialização produtiva, permitindo, portanto, maior eficiência alocativa.

2.1.3 A Nova Teoria do Comércio Internacional ou Teoria Moderna

Mais a frente Leontief, em 1953, realizou um estudo empírico com base no Teorema de Heckscher-Ohlin e com isso objetivava confirmar o referido modelo, porém o resultado foi “inusitado”. Leontief obteve um resultado paradoxal, motivo pelo qual seu estudo ficou conhecido como Paradoxo de Leontief, no qual mostra os Estados Unidos importando bens intensivos de capital e exportando bens intensivos de mão-de-obra. O estudo constata que os fluxos comerciais registrados não podem ser explicados pelas vantagens comparativas das nações.

De acordo com os resultados, que por sua vez, contrariam os postulados da teoria ortodoxa, o comércio internacional se desenvolve mais entre as nações mais desenvolvidas cujas dotações fatoriais têm poucas diferenças. Trata-se, então, de um comércio entre nações muito pouco diferenciadas umas das outras, ao passo que a teoria tradicional coloca como essencial o papel das diferentes características das nações para explicar a troca internacional.

Uma das explicações para os resultados do paradoxo de Leontief deriva de outra teoria muito difundida que faz parte do conjunto desses novos modelos sobre comércio internacional, a que trata das economias de escala. Segundo essa teoria quando as funções de produção apresentam retornos crescentes de escala, os padrões de comércio e vantagens comparativas dependerão do tamanho absoluto do mercado doméstico. Nesse sentido, a economia de escala possibilita a ampliação das funções de produção, seja por meio de máquinas, capital ou trabalho, obtendo-se um aumento da quantidade produzida, porém sem aumento proporcional dos custos de produção.

As pesquisas de Helpman e Krugman (1985) baseadas em estruturas de mercado de concorrência imperfeita são as mais recentes dentro deste enfoque de economias de escalas associadas aos novos modelos e aqueles que as relacionam à ideia de acumulação de experiência, economias de aprendizagem, como as da China. A esse respeito, a “curva de aprendizagem” cria, para uma firma ou setor, uma vantagem comparativa que pode afetar a estrutura nacional de vantagens comparativas.

Uma das conclusões desses autores é que em um mundo no qual os retornos crescentes existem, a vantagem comparativa resultante das diferenças entre os países (dotação de fatores) não é a única razão para a existência de comércio. As economias de escala criam um incentivo adicional e geram comércio mesmo se os países forem idênticos em gostos, tecnologias e dotação de fatores.

De acordo com Gomes (1992), entende-se por economias de escala, associadas a um bem em particular, a redução do custo médio de longo prazo (de produção e de distribuição), à medida que se eleva o nível de produção. É basicamente uma relação entre custos médios e nível ou volume de produção, entendidos os dois últimos como escala ou tamanho de produção.

O conceito de economias de escala, aqui tratado analogamente como economias internas ou ganhos de escala, decorre da produção. Para Simosen (1971) a produção é entendida como a transformação intencional de bens ou serviços em outros bens ou serviços. Quando se tratar de um único produto, denomina-se produção simples; quando de vários, produção múltipla. No mundo real pode-se efetivar a produção através de técnicas que combinam qual a quantidade de fatores que são necessários para obter dada quantidade de produtos. A isto denomina-se processo produtivo técnico, método de produção ou atividade. Similarmente ao conceito de produção, o processo produtivo pode ser simples ou múltiplo. E de acordo com Lancaster (1972) o acervo de processos produtivos existentes em uma sociedade, em um dado tempo, para a produção simples ou múltipla dos diferentes bens ou serviços, constitui-se no que simplesmente se denomina tecnologia disponível. (LANCASTER, apud GOMES, p.61, 1992)

Sendo assim, ainda segundo Gomes (1992):

Quando um processo produtivo utiliza o mesmo tipo de fatores, produz os mesmos bens ou serviços, de algum processo existente, mas se faz uso de menores quantidades de alguns (ou de todos), ou deixa de usar alguns, ou menos de alguns, porém mais de outros, para produzir determinada quantidade de bens ou serviços, diz-se que houve mudança tecnológica. Similarmente pode utilizar fatores de produção anteriormente não usados e produzir bens ou serviços antes não produzidos. (GOMES, p.61, 1992)

Conseqüentemente, de acordo com Simonsen (1971), um processo é tecnicamente mais eficiente para uma dada produção de bens ou serviços, quando utiliza uma parcela menor de pelo menos um fator, relativamente a outro processo. Ou, dito de outra forma, quando com o mesmo fluxo de fatores produz mais de pelo menos um bem ou serviço, sem diminuir o de algum outro.

Nesse sentido, observa-se que no processo de produção baseado em economias de escala, conforme Krugman e Obstfeld (2004) objetiva-se obter o maior grau de eficiência econômica, no sentido de que a mesma proporciona o uso racional dos meios dos quais se dispõe para alcançar um objetivo previamente determinado, tratando-se, dessa forma, da capacidade de alcançar os objetivos e as metas programadas com o mínimo de recursos disponíveis e tempo, conseguindo a sua otimização. Portanto, entre dois ou mais processos de produção, a eficiência é alcançada quando se permite produzir uma mesma quantidade de produto, utilizando menor quantidade física de fatores de produção e com o menor custo.

O avanço da doutrina do capitalismo liberal em todo o mundo e, principalmente, nos países ditos emergentes, a partir dos anos 90, aliado à revolução nos conceitos e nas tecnologias de comunicação e tele-processamento, materializaram um fenômeno conhecido como globalização, que vem promovendo uma integração internacional, de diversas atividades nacionais, notadamente aquelas ligadas ao comércio exterior. Assim, “globalização é a unificação do mercado em escala planetária, completando a obra iniciada há cinco séculos pelas viagens marítimas de descoberta da América e rota para a Índia (RICUPERO, apud MAIA, 2004, p. 75)”.

Portanto, as teorias em suas diversas formas buscam mostrar a importância do comércio internacional tanto para as economias nacionais quanto locais. Segundo Vasconcelos e Oliveira (2006), isso implica em dizer que, tanto as exportações, quanto as importações, são necessárias para o crescimento econômico de um país. Dentre outras vantagens, as exportações representam a possibilidade de elevação do nível interno de emprego e da geração de poupança em moeda estrangeira. De outro lado, as importações são importantes, pois possibilitam a aquisição de máquinas, equipamentos e tecnologias, o que mantém atualizado o parque produtivo nacional, além de possibilitar o controle dos preços internos, notadamente daqueles produtos cuja produção é passível de variações sazonais.

Após a exposição das principais ideias sobre o comércio entre as nações, observa-se que nenhuma apresenta uma teoria geral que explique o comércio internacional, ou seja, não existe uma única teoria que abranja todas as especificidades que, logicamente, estão por trás dessas transações econômicas, pois há uma complexidade dos temas e uma diversidade dos fatores que influenciam todo o comércio. Conclui-se, portanto, que cada teoria analisa um enfoque, uma perspectiva,

que longe de contemplar todas as situações, pelo menos explica cada uma, um aspecto que a outra não alcança.

2.2 Evolução Histórica do Conceito de Desenvolvimento

Após rever as principais teorias sobre o comércio internacional, será tratado aqui como se deu o processo histórico sobre a questão do desenvolvimento, identificando a partir de que momento começou-se a pensá-lo como objeto de preocupação, destacando, dessa forma, as principais abordagens sobre o tema. Objetiva com isso teorizar a relação existente entre comércio exterior e desenvolvimento a partir das teorias que anteriormente foram apresentadas e com aquelas que serão expostas na sequência, tendo subsídios suficientes para fazer algumas considerações finais no último subitem.

Segundo Munhoz (2004) a preocupação com o desenvolvimento é algo recorrente na história humana, como testemunham os escritos de Adam Smith já em 1776. Segundo a autora, apesar de nessa época a atenção estar voltada para as finanças públicas e para o aumento do poderio do monarca, tanto econômico como militar, sem qualquer preocupação com a necessidade de melhoria das condições de vida da população em seu conjunto, já era demonstrado a importância que se dava ao assunto.

Por outro lado, se tratarmos do desenvolvimento econômico, Gonçalves (1998) observa esse foi criado originalmente não divorciado do comércio exterior e como sinônimo de crescimento econômico. No entanto, a partir da Segunda Grande Guerra o conceito foi adquirindo um novo sentido com os chamados teóricos desenvolvimentistas.

E não se pode esquecer que:

Em termos muito gerais, ideias e objetivos de crescimento, emprego e melhoria de vida, comungam interesses dos diferentes segmentos sociais (classes, regiões, setores etc.). Mas quando se explicita que desenvolvimento significa não só crescimento, mas mudanças estruturais que exigem distintas formas de tributação, de apropriação e distribuição da renda e de alocação do excedente, os conflitos sociais emergem e o economista precisa entender que essa questão transcende a economia e se insere fortemente no campo da política e da sociologia. (CANO, 2010, p.7)

A princípio a primeira preocupação dos estudiosos era a descobrir as causas que se leva ao desenvolvimento, questionando, o que uma nação precisava para prosperar.

Dessa forma, as origens da questão do desenvolvimento são tanto teóricas quanto empíricas.

As empíricas, de acordo com Munhoz (2004) pode se destacar oriundas das recorrentes crises econômicas do sistema capitalista como, por exemplo, a crise de 1929, a qual a quebra da bolsa econômica de Nova York levou ao caos da crise, e contribuiu para agravar a situação que já advinha e se assomava desde o fim da Primeira Guerra, dando início ao período da Grande Depressão. Foi frente a este cenário desfavorável por qual passava os Estados Unidos, que surgiu a grande obra de Keynes, a Teoria Geral do Emprego, do Juros e da Moeda.

Ainda segundo a autora a crise de 29 teve como uma de suas causas a superprodução e, por conseguinte, a falsa especulação da economia mundial. As consequências dessa catástrofe foram devastadoras e o nível de desemprego atingiu escalas acima do esperado até então. Essa época gerou aos economistas um sentimento de descontentamento e insatisfação com a teoria proposta por eles até o momento. Um dos grandes pensadores da época foi John Maynard Keynes, e as medidas propostas por ele, em sua teoria, são até hoje consideradas por muitos a grande “cura” deste grande abalo econômico.

Como já foi dito anteriormente, a preocupação dos primeiros estudiosos do tema era em diagnosticar as causas que se chegava ao desenvolvimento. Foi Adam Smith o precursor a tratar diretamente no tema. Daí em diante vários economistas passaram a seguir seu exemplo e começaram a estudar e analisar as causas do desenvolvimento.

Segundo Munhoz (2004), só após a Segunda Grande Guerra, com o advento dos países do terceiro mundo, o tema foi tratado com outro enfoque¹. Passou-se, então, a buscar explicações sobre as causas do subdesenvolvimento. Com isso, as Nações Unidas criaram a CEPAL² para elaborarem estudos que contribuísse com o desenvolvimento dos países da América Latina, constituindo-se, dessa forma, segundo,

¹ Sobre esse assunto, para Bielschowsky (2000), logo após a Segunda Guerra Mundial, a partir das queixas dos países latino-americanos de exclusão com relação ao Plano Marshall e de falta de acesso aos “dólares escassos”, que dificultava a reposição dos desgastados aparelhos produtivos da região, passou-se a estudar e identificar as causas do subdesenvolvimento e não mais o que levava ao desenvolvimento.

² A Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL foi constituída em 1948 a partir de uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1947, tinha Raul Prebisch como principal estudioso e o conceito de centro-periferia constitui a base dos estudos cepalinos. Esses fatores fizeram com que a CEPAL tivesse um diferencial frente às outras agências que até então tinham sido criadas.

Bielschowsky (2000) na principal fonte mundial de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana.

Desse modo, a teoria do desenvolvimento proposta no pós-guerra argumentava que os países subdesenvolvidos possuíam características intrínsecas e por isso mesmo o arcabouço teórico tradicional (ortodoxo) era inadequado para discutir o fenômeno.

A base que constitui os estudos cepalinos é o conceito de centro-periferia. Nesse âmbito, constatou-se, a partir dessa teoria, que:

O sistema centro-periferia procura explicar a forma particular pela qual os países em desenvolvimento se vinculam economicamente aos países desenvolvidos. Dentro do sistema de relações econômicas internacionais, os países industrializados seriam o centro, e os não industrializados, a periferia. Nesse conceito está a ideia de um desenvolvimento desigual originário, considerando-se centros as economias em que as técnicas capitalistas de produção penetraram primeiro, enquanto a periferia é constituída pelas economias cuja produção permanece atrasada. (Apud MUNHOZ, 2004, p.9)

E já no que diz respeito ao conceito de desenvolvimento econômico, de acordo com as ideias da CEPAL, tem que este configura-se no aumento do bem-estar material, normalmente refletido pela elevação da renda real por habitante e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho, o qual está intrinsecamente ligada ao processo de acumulação de capital e acompanhada paralelamente ao progresso tecnológico. (Apud, RODRÍGUEZ, 1981, p.36)

Na década de 90 com o advento da globalização marca-se outra fase na evolução do conceito de desenvolvimento dado ao crescimento que o mundo estava acompanhando e o intenso debate sobre o desenvolvimento dos países que se formou nessa década. A globalização trouxe para os países efeitos positivos, os quais obtiveram taxas de crescimento expressivas. Sobre esse aspecto Munhoz (2004), observa que:

Ao lado das discussões sobre os benefícios e malefícios da globalização efeitos desse crescimento não implicavam necessariamente a melhoria de vida da maioria da população mundial, reavivou os debates sobre o desenvolvimento econômico. Se o indicativo do nível de renda aumentou em muitos países em desenvolvimento, o mesmo não pode ser dito sobre a maioria dos outros indicativos do nível de vida, como acesso à educação e à saúde básicas, índice de mortalidade infantil e déficit democrático, por exemplo. (MUNHOZ. 2004, p.3)

Ainda sobre a discussão do conceito de desenvolvimento, no que tange ao seu entendimento, existem no meio acadêmico, para Munhoz (2004), duas correntes que dão interpretações diferentes para essa questão. A primeira que considera crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, que aqui os modelos criados põem

ênfase na acumulação de capital, defendendo a noção de que crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os detentores dos fatores de produção, implica a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento da sociedade.

A segunda corrente, conforme a autora compreende que o crescimento faz parte do desenvolvimento, constituindo condição indispensável para este, mas não suficiente. Portanto, para essa corrente não é suficiente que haja mudanças quantitativas na vida das pessoas, ocasionadas pelo crescimento econômico. Para eles o desenvolvimento implica mudanças qualitativas não só no modo de vida, mas também nas instituições que compõem a sociedade e em suas estruturas produtivas.

Por outro lado, quando se discute o conceito de desenvolvimento no momento atual e tendo em vista que junto com a transformação por qual vem passando o mundo e o crescimento que muitos países vêm alcançando e outros nem tanto, nas últimas décadas, o conceito de desenvolvimento também foi evoluindo e se aprimorando e atualmente, segundo Munhoz (2004), existem duas principais correntes dentro do meio acadêmico.

O chamado novo institucionalismo é a primeira delas e tem Douglas C. North³ como um de seus fundadores. Essa corrente é oriunda do programa de pesquisa da Nova Economia Institucional. E a segunda com contribuições à investigação do bem-estar econômico tem Amartya Sen como interlocutor.

North em sua teoria defende a premissa de que as instituições não apenas afetam o desempenho da economia, mas também os diferentes desempenhos econômicos ao longo do tempo são influenciados pela forma como as instituições evoluem. Um fator determinante nesse aspecto é a eficiência que desempenha papel importante no marco institucional e que, portanto, para esse autor, o subdesenvolvimento pode ser explicado em grande parte pela ineficiência de suas instituições.

Já no que se refere a teoria sobre a investigação do bem-estar econômico de Amartya Sen esta aponta que o desenvolvimento é encarado pelo autor como a eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem de forma ponderada sua condição de indivíduo. Dessa forma, o desenvolvimento nessa visão é um processo de transformação de uma sociedade no qual o ser humano desempenha um papel fundamental, e através dele são geradas mudanças

³ Ligado ao grupo dos cliometristas, North obteve reconhecimento na década de 1960 por seus estudos de história econômica. E a partir de seu trabalho *Sources of Productivity Change in Ocean Shipping, 1600-1850*, de 1968 ele passa a analisar a evolução de arranjos institucionais.

que vão além da produção econômica, alcançando também as demais relações sociais existentes nessa mesma sociedade. Sendo assim, requer que sejam removidas as principais origens de privação de liberdade: pobreza e tirania, falta de oportunidades econômicas, distribuição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Viu-se, portanto, que as abordagens sobre a questão do desenvolvimento alternou os enfoques utilizados, passando do estudo sobre o que leva ao desenvolvimento, já com Adam Smith numa análise do que causa a riqueza de um país, para as causas do subdesenvolvimento, notadamente, este último, com estudos feitos pela CEPAL. E mais a frente às teorias modernas em que o papel do ser humano na transformação da sociedade passa ser elemento determinante. Portanto, as teorias vão ao longo do tempo se aprimorando e incluindo cada vez mais fatores de análise na busca do entendimento sobre o desenvolvimento.

2.3 Comércio Exterior como Estratégias de Desenvolvimento

Para Canuto (1994) existem duas estratégias de desenvolvimento: a orientação para dentro (introversão ou substituição de importações), que corresponde ao “voluntarismo” no que diz respeito ao padrão normal, e se diferencia desta exatamente porque realoca os recursos da exportação para importação; e a orientação para fora (extroversão ou promoção de exportação) de acordo com os princípios da vantagem comparativa que permitem os setores desenvolver economias de escala, a partir do crescimento da renda, poupança e capital físico-humano.

2.3.1 Promoção às Exportações

Baseia-se nas políticas de livre comércio, cuja doutrina preconiza o comércio internacional livre de barreiras como forma de promoção do desenvolvimento econômico, baseado no aumento da produção e alocação eficiente dos recursos de cada país participante.

As políticas que procuram promover as exportações são sempre mais aceitas pelos economistas. É que as mesmas, além de promoverem diretamente a expansão da

produção e do emprego, trazem consigo outros efeitos importantes, ligados à elevação da produtividade interna e redução dos custos de produção.

Mesmo quando uma política de promoção de exportações viabiliza um conjunto de empresas ineficientes, quando comparadas a outros países, certamente não haverá efeitos tão danosos no longo prazo. Isto porque, segundo Gonçalves (2005) uma empresa que se propõe a exportar não poderá continuar ineficiente por muito tempo, dado que, além da concorrência interna, a mesma passa a ter como concorrentes às empresas do mundo inteiro.

Imagina-se, dessa forma, que haverá uma busca constante por eficiência no seio das empresas exportadoras, sob pena de perder seus mercados para os concorrentes, ou ter que demandar níveis crescentes de subsídios internos, o que é inviável depois de certo patamar (GONÇALVES, 2005). Ou seja, mesmo a indústria ineficiente tem que buscar níveis crescentes de eficiência quando exposta à concorrência externa.

O termo eficiência, utilizado acima, pode ser entendido de duas formas: maior produtividade e menores custos. A maior produtividade decorre, principalmente, da utilização de maior quantidade de capital físico, com equipamentos mais modernos, e mão-de-obra qualificada, além de processos tecnológicos que permitem produzir mais com os mesmos recursos. Por sua vez, os menores custos decorrem, além do emprego mais adequado dos recursos produtivos, da própria escala de produção, que é extremamente ampliada, quando do processo de abertura para o mercado externo.

Dessa forma, segundo Helpman e Krugman (1985), os maiores níveis de produção costumam reduzir os custos médios das empresas, tendo em vista que possibilita o emprego mais adequado das instalações disponíveis. Também se pode dizer que o emprego de métodos mais eficazes, eliminando desperdícios e melhorando o aproveitamento da matéria-prima, contribui da mesma forma para esta finalidade.

Pesquisas recentes têm demonstrado que as empresas exportadoras costumam utilizar maior densidade de capital por trabalhador, empregar equipamentos mais modernos e métodos eficientes de produção, absorver mão-de-obra mais qualificada, pagar salários mais elevados, cumprir rigorosamente com a legislação, dentre outros benefícios (MAIA, 2003, p.29-34).

Portanto, conforme demonstrado acima, o papel positivo das exportações sobre a economia interna se dá, primeiramente, pela própria elevação da produção interna. Exportar mais significa produzir mais e, portanto, gerar maiores níveis de emprego e

renda para a população. Quanto mais um país exporta, maior é o seu Produto Interno Bruto - PIB, o que significa maiores taxas de crescimento econômico.

O aumento da eficiência econômica do estado, a expansão da produção, geração de emprego e renda, incorporação de novas tecnologias, produtividade e salários acima da média, aumento da competitividade, mão de obra qualificada, redução dos custos, métodos gerenciais mais sofisticados, implementação de programas de qualidade, alargamento do mercado interno, eliminação de déficits nas contas externas, entrada de divisas necessárias ao equilíbrio das contas externas e aumento do nível de bem-estar da população são os grandes benefícios que o comércio internacional pode promover. É com base nessas vantagens que se defende a abertura comercial como mecanismo indutor para o desenvolvimento, na medida em que realiza um ajuste produtivo das empresas e serve de sustentação para os efeitos benéficos que ela traria em um processo de estabilização (GONÇALVES, 1998).

Os países que adotaram essa política optaram por se desenvolver por meio da promoção das exportações através do livre comércio. Os países do leste asiático se enquadram nesse perfil. A Coreia do Sul é um bom exemplo de país que preferiu o modelo de promoção de exportações ao invés da substituição de importações. Tal país, em 1960 adotou de modo predominante o modelo “voltado para fora” e com isso teve grande êxito em termos de eficiência produtiva e crescimento econômico.

2.3.2 Substituição de Importações

Países da América Latina operacionalizaram o modelo de desenvolvimento “voltado para dentro”, ou seja, o de substituição de importações entre os anos de 1950 a 1980.

Dessa forma, esses países, incluindo o Brasil, influenciados pela CEPAL adotaram a política econômica de substituição de importações para desenvolver sua indústria local e atender basicamente ao mercado interno. Dessa maneira, o Brasil optou pelo protecionismo de seu mercado, dando prioridade ao crescimento do mercado interno. Contudo, quando se compara o grau de crescimento e desenvolvimento proporcionado pela referida política aos países latino americanos com o grau de crescimento dos países do leste asiático, que adotaram uma política orientada para as exportações, percebe-se enorme disparidade econômica.

De acordo com Cox (2006) o desempenho econômico da América Latina nas últimas décadas tem sido decepcionante e a região ficou para trás em relação às economias asiáticas dinâmicas. (Apud RODRIGUES et. al, 2006, p.8)

Segundo vários economistas, muitos países que buscaram a substituição das importações, ou seja, as políticas de proteção a indústria doméstica através de tarifas e cotas de importação não mostraram nenhum sinal de progresso em relação aos países avançados.

Apesar de essas políticas serem bem-sucedidas na promoção das manufaturas, elas não trouxeram os ganhos esperados em termos de crescimento econômico e dos padrões de vida. Muitos economistas hoje criticam os resultados da substituição de importações, argumentando que tal política implica custos elevados e produção ineficiente. (KRUGMAN, 2004, p. 279).

Já a experiência dos países do leste asiático que despontaram a partir da década de 60, a exemplo, Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e Cingapura (os famosos Tigres Asiáticos.) e a partir da década de 70 e 80, como, por exemplo, Malásia, Indonésia e a gigante China, mostraram um rápido crescimento econômico. Um crescimento que variou de 8-9% a.a. (na China este percentual foi maior, 10% a.a.). Dessa forma “(...) o crescimento rápido das economias asiáticas é muito mais orientado para as exportações que outros países em desenvolvimento, particularmente da América Latina e Sul da Ásia”. (KRUGMAN, 2001, p. 279)

De acordo com Rodrigues (2006) alguns países desenvolvidos também protegeram suas indústrias locais pela política da substituição das importações, aliás, os EUA, a Alemanha e o Japão também a adotaram no início, contudo perceberam que poderiam crescer muito mais se intensificassem o comércio internacional, se adotassem políticas que deixassem o processo mais rápido e flexível. O exemplo que vem do leste asiático mostra que a experiência sul-coreana, assim como a da China do final dos anos de 1980, tende a indicar que o crescimento econômico torna-se mais acelerado quando liderado pelas exportações do que por substituição de importações.

2.3.3 Algumas Considerações

De acordo com Gonçalves (1998) se há um constante aumento de bem-estar com o livre comércio, se o desenvolvimento econômico difunde-se para outros países pelos

mecanismos de mercado, principalmente, pelo comércio internacional, o livre-comércio seria a política comercial mais adequada, tanto aos países mais desenvolvidos como aos menos desenvolvidos.

Por outro lado, ainda segundo Gonçalves (1998), se as relações econômicas internacionais não são sempre um jogo de soma positiva, e se em uma situação de livre-comércio nem sempre está garantida a melhoria de bem-estar, nem que o desenvolvimento econômico se difunda espontaneamente para outros países é possível que existam situações em que uma política comercial protecionista seja a mais adequada para alguns países.

Quando feitas análises empíricas sobre os benefícios e malefícios de cada um desses modelos verifica-se que as mesmas se confirmam, mas os países que optaram por abrir seus mercados, por promover suas exportações tiveram relativamente mais sucesso do que aqueles que optaram pela substituição de importações.

De acordo com Chemim e Hilgemberg (2008) os argumentos em defesa do livre comércio podem ser sintetizados na vigência da Teoria das Vantagens Comparativas (modelo básico), além de outras teorias derivadas, cujos argumentos demonstram ganhos de escala, ganhos de eficiência, ampliação das possibilidades de consumo e vantagens no processo de estabilização. Por outro lado, os de defesa de medidas protecionistas passam por: proteção à indústria nascente, falhas de mercado, vulnerabilidade externa, problemas de balanço de pagamentos, combate ao desemprego no curto prazo, exploração da mão de obra, exploração irracional do meio ambiente, multifuncionalidade da agricultura, dentre outros.

O que se tem notado ao longo dos últimos anos é que a pressão por liberalização e a tendência globalizante têm se ampliado a cada dia. Nesse contexto, a lição que se pode absorver é que as políticas econômicas dos países tendem a ter repercussão cada vez maior sobre os outros e influência cada vez menor em nível local. Diante desse fato, pode-se dizer que a expansão comercial, apesar de seus efeitos benéficos, tem causado dificuldades aos formuladores de políticas, dada a complexidade do ambiente onde tais políticas são implementadas.

O Brasil, conforme Gonçalves (1998), devido às próprias circunstâncias da sua história, ingressou tarde nos processos de desenvolvimento industrial, o que acabou por lhe render enorme atraso em relação às diversas outras economias mundiais. Em diversos momentos ele adotou o modelo de substituição das importações da qual restringia as importações com o aumento de taxas e aplicação de cotas. O Brasil

também foi concentrando suas indústrias nas regiões sul e sudeste do país gerando enormes desigualdades econômicas e sociais entre suas cinco regiões.

Os países do leste asiático alcançaram enorme crescimento econômico a partir das décadas de 70, 80 e 90 graças ao modelo de industrialização voltado para o mercado externo. Já os países da América Latina que se valiam do modelo de substituição das importações, resguardavam seu mercado interno e se fechavam muito ao mercado externo e, dessa forma, não alcançaram o mesmo desenvolvimento. Portanto, enquanto os países do leste asiático adotaram o mecanismo de zonas econômicas com industrialização voltada para a exportação, possibilitando a atração de investimentos estrangeiros e novas tecnologias, alcançando altos índices de crescimento; os países da América Latina ficaram atrasados e cresceram a baixas taxas.

Dessa forma, segundo Sarquis (2011) em maior ou menor grau, as estratégias de desenvolvimento representadas nesses padrões dependem das instituições e das políticas educacional, tecnológica, comercial, industrial e financeira. E ademais, o referido autor destaca que para Rodrik (1999) e Stiglitz (2005) cada caso corresponderia à composição de um conjunto de políticas específicas e adequadas para as características do país, sem que se precipitem enfoques do gênero one-size-fits-all.

Independentemente das diferentes e complementares visões, prevalece hoje o raciocínio de que se podem auferir benefícios consideráveis do comércio internacional, pelas vias conjuntas das exportações e das importações. Mas, que, no entanto, como já apontava Winters (2004) predomina a observação de que existe uma correlação entre nível de desenvolvimento econômico e o grau de inserção comercial ou de abertura econômica.

2.4 Notas Conclusivas

A partir das teorias expostas no decorrer deste capítulo, buscar-se-á identificar as relações do comércio exterior com o desenvolvimento, procurando, dessa forma, explicitar em que medida o primeiro contribui para o segundo.

Segundo Stiglitz, “desenvolvimento diz respeito a transformar sociedades, melhorar a vida dos pobres, permitir que todos tenham uma chance de sucesso e acesso a educação” (Apud DI SENA, 2004, p.66). Nesse sentido para Di Sena, o comércio internacional é importante nesse processo, pois favorece a geração de riqueza e estimula

a economia (aumentando as perspectivas tanto de produção quanto de consumo), contribuindo para a inclusão dos indivíduos mais pobres da sociedade. Dessa forma, o comércio serve como instrumento para que importantes metas sociais sejam atingidas. (DI SENA, 2004, p.66)

Ainda de acordo com Di Sena, há autores que defendem a liberalização comercial como a forma mais eficiente de mitigar a pobreza no mundo e promover o desenvolvimento. O comércio seria crucial nesse processo por três razões principais:

1. É capaz de estimular a expansão da economia e a geração de emprego e renda;
2. O aumento da arrecadação fiscal possibilita a criação e manutenção de programas de combate à pobreza;
3. O crescimento eleva o rendimento médio das famílias pobres e possibilita que elas tenham mais acesso a serviços públicos tais como educação e saúde.

Reconhecem, entretanto, que o comércio internacional não é uma pílula mágica e que a abertura comercial deve fazer parte de um pacote que contemple também a estabilidade macroeconômica e instituições políticas confiáveis.

Recupero (2002), por exemplo, confirma o papel dinamizador do comércio, mas pontua outros quatro aspectos que, a seu ver, são fundamentais no processo de desenvolvimento:

1. Um Estado eficaz e competente, dotado de quadros capazes de formular e executar um projeto nacional de desenvolvimento;
2. Um projeto de longo prazo, isto é, de caráter estratégico, que não se resume à correta política macroeconômica, mas abrange componente social e estratégia de competitividade tecnológica e exportadora;
3. Preocupação constante e efetiva com o combate à pobreza, o esforço de diminuir a desigualdade e promover melhor distribuição de riqueza e da renda;
4. Prioridade central à educação e à formação de recursos humanos, à promoção da cultura, ciência e tecnologia, como chave para ser bem sucedido num desenvolvimento que se torna, cada vez mais, intensivo em conhecimento.

Em resumo, o comércio é incapaz de promover, sozinho, o desenvolvimento. Ele é uma condição necessária, porém não suficiente. Dessa forma, Di Sena (2004) acredita que o comércio internacional é capaz de estimular o crescimento econômico, mas não possui a mesma competência para distribuir riqueza e renda.

Ao longo das últimas décadas pôde-se observar um forte dinamismo do comércio mundial, tornando as trocas internacionais um importante motor do crescimento econômico em diferentes nações. (BARROS, 1998, p. 106).

De acordo com Rodriguez (1981) o comércio internacional sempre foi a motriz das economias. De um lado porque dele se obtém os ganhos necessários para produção e reprodução material da sociedade. Uma maior densidade de capital, por sua vez, vai sendo obtida à medida que se leva a efeito a acumulação, que é impulsionada pelos progressos técnicos necessários para garantir sua continuidade.

Conforme demonstrado por Vale (2004, p.39), os benefícios trazidos pelo comércio exterior são extremamente elevados, na medida em que geram emprego e renda, além de promoverem um maior nível de bem-estar para a população. Por isto mesmo, são raros os casos de governos que não dispõem de uma política específica para o setor externo da economia. Geralmente, as políticas de comércio exterior são desenvolvidas tanto por meio de alianças estratégicas com países (ou blocos), como por meio de incentivos e programas desenvolvidos junto às empresas e indústrias exportadoras, além dos impostos, taxas e especificações que se impõem sobre as importações.

Quando um país opta por um grau mais elevado de abertura econômica, visando alcançar um maior nível de inserção internacional de seus produtos, a economia passa por transformações importantes. Os impactos de tal direcionamento podem ser normalmente observados quando direcionamos nosso olhar sobre algumas variáveis fundamentais, principalmente sobre a inflação, vulnerabilidade externa e crescimento econômico.

O comércio exterior estimula a produção; induz à incorporação de novas tecnologias e, seguindo a lógica, provoca saltos na produtividade, melhorando o grau de competitividade da economia. Ainda entre os efeitos benéficos, pode-se ressaltar que o aumento das exportações promove a redução de custos; alarga o mercado interno e evita déficits nas contas externas; etc. Em síntese, a atividade exportadora tem importância estratégica, pois contribui para a geração de emprego e renda, para a entrada das divisas

necessárias ao equilíbrio das contas externas e para a promoção do desenvolvimento econômico.

Além das exportações, também as importações têm sua importância estratégica, pois, além de permitir o acesso a bens que o sistema produtivo de uma nação não tem condições de ofertar, pelo menos na quantidade necessária para satisfazer a demanda interna, a possibilidade de comprar mercadorias no exterior também funciona como um mecanismo de ampliação da concorrência, exercendo ainda a tarefa de ampliar as oportunidades de escolha para os consumidores.

Portanto, o nível de bem-estar atingido por uma sociedade possui estreita relação com a importância do comércio exterior. Ou seja, quanto mais competitiva for uma determinada região, maior o nível de bem-estar que a mesma poderá alcançar, tendo em vista o seu poder de inserção competitiva nos mercados externos.

Desse modo, passa a ser de grande importância a questão da competitividade como instrumento de análise da dinâmica do bem-estar de um povo. Para tanto, no próximo capítulo, serão propostos alguns indicadores de competitividade revelada, de modo que possamos aplicá-los ao Maranhão no intuito de que se possa fornecer uma ideia confiável da situação vigente no estado.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo será tratada, de forma detalhada, a metodologia empregada para analisar e, por conseguinte, avaliar o comércio exterior da economia maranhense, na perspectiva de se atingir os objetivos propostos neste trabalho. Pretende-se com isso entender por que o crescimento da economia local tem se revelado dependente do mercado internacional de commodities, não conseguindo, dessa maneira, se sustentar pela influência de fatores internos. No entanto, antes de apresentar os resultados obtidos com a metodologia utilizada, será feita uma breve contextualização da economia maranhense bem como uma abordagem sobre os fatores relevante que podem ter influenciado, de alguma forma, o desempenho do comércio exterior maranhense, de modo que se possa dispor de mais elementos para embasar as nossas conclusões.

3.1 Metodologia

Para a realização da avaliação do setor externo da economia maranhense serão definidos alguns indicadores selecionados que demonstram o grau de abertura e a relevância das atividades de comércio exterior para a economia local, o desempenho histórico das exportações e importações, objetivando obter, as taxas de crescimento, a composição da pauta de exportações e importações, o destino e origem dos produtos comercializáveis, dentre outros, referente à primeira década do século XXI.

Santos (2008) destaca que “a importância de se analisar o comportamento do comércio existente entre o estado do Maranhão e o resto do mundo, reside no fato de que o setor externo pode, devido às potencialidades e especificidades da economia maranhense, gerar efeitos multiplicadores positivos sobre o produto e a renda maranhenses” (SANTOS, 2008, p.11). Dessa forma, faz-se necessário ainda, realizar uma análise do estado de competitividade das exportações maranhenses através de alguns indicadores do comércio exterior sobre competitividade revelada. Para tanto, busca-se traçar um diagnóstico deste estado utilizando como critério a identificação dos setores, notadamente, os indicadores de desempenho do estado que se refere, especificamente, à revelação do setor no comércio exterior.

Sendo assim a metodologia utilizada tem como principal referência o trabalho realizado por Fontenele & Melo (2005), que teve como propósito apontar setores com

potencial de ampliação das exportações do Nordeste, utilizando-se o método de comparação entre o dinamismo destes na demanda mundial e seus ganhos de competitividade. A análise foi feita especificamente por unidade federativa e, basicamente, as estimativas foram feitas através do Coeficiente de Especialização das Exportações, que mede a participação do setor no total de exportações. No entanto, para o objetivo aqui proposto foram feitas algumas adaptações nessa metodologia utilizada por Fontenele e Melo (2005).

3.1.1 Dados

Com o objetivo de identificar os efeitos dinâmicos que as atividades de comércio exterior entre o estado do Maranhão e o resto do mundo proporcionam para a economia local, torna-se necessário analisar o desempenho recente do setor exportador maranhense. Dessa forma, para efetuar o cálculo dos indicadores que traçam esse perfil foram necessárias duas fontes secundárias: MDIC⁴ e IBGE. A principal fonte de dados utilizada foi a do MDIC através da base Aliceweb⁵. A partir desse banco de dados tornou-se possível estruturar as seguintes informações: balança comercial, pauta de exportações e importações, destino das exportações, origem das importações entre outras, que possibilitaram, portanto, o cálculo dos indicadores.

Destaca-se que para viabilizar o cálculo de alguns indicadores selecionados também utilizou-se os dados sobre o Produto Interno Bruto – PIB, cuja informação é encontrada no banco de dados do IBGE/Contas Nacionais e também divulgada pelo IMESC e os dados da produção industrial obtidos na Pesquisa Industrial Anual (PIA-Empresa)⁶.

Vale ressaltar também que para o cálculo de indicadores do comércio exterior que retratam sua composição ou estrutura, os dados serão utilizados em nível de capítulos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM)⁷ e que a análise desses indicadores refere-se à primeira década do século XXI.

⁴ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

⁵ Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, da Secretaria de Comércio Exterior, do MDIC.

⁶ Obtido através do banco de dados SIDRA do IBGE.

⁷ Utiliza-se a classificação prevista pela NCM em capítulos de 2 dígitos que totalizam 97 capítulos.

3.1.2 Indicadores Seleccionados

Pretende-se neste subitem analisar um conjunto de indicadores seleccionados sobre comércio exterior, notadamente os de competitividade revelada, propostos por Béla Balassa, que é o foco principal no que se refere à análise do desempenho do setor externo da economia maranhense.

3.1.2.1 Indicador Grau de Abertura e Cobertura

O primeiro passo trata-se de analisar a relevância que o comércio exterior tem para a economia local, regional e nacional. Para isso, o cálculo do indicador grau de abertura torna-se essencial. Esse índice que mede o grau de abertura também pode ser chamado de grau de extroversão e mostra, portanto, a situação do setor exportador do estado frente à economia local. Dessa forma, é possível mensurar, a partir do cálculo desse indicador, o peso das relações comerciais com o exterior no total do produto do estado, sendo representado pela seguinte fórmula:

$$GA_{MA} = \frac{CC_{MA}}{PIB_{MA}} = \frac{X_{MA} + M_{MA}}{PIB_{MA}} * 100$$

Onde:

X_{MA} = Exportações maranhenses;

M_{MA} = Importações maranhenses;

CC_{MA} = Corrente de Comércio maranhense;

PIB_{MA} = Produto Interno Bruto maranhense.

De uma forma mais simples, esse indicador nada mais é do que a participação da soma das exportações com as importações no produto do estado, ou seja, a participação da corrente de comércio no produto estadual.

O indicador taxa de cobertura, calculado pela fórmula abaixo, complementarará a análise do grau de abertura do estado, visto que o resultado deste último deixa lacunas quanto ao tipo e características estruturais que o Maranhão se apresenta. Dessa forma, com o cálculo deste indicador tem-se o peso do saldo comercial no PIB.

$$TC_{MA} = \frac{X_{MA} - M_{MA}}{PIB_{MA}} * 100$$

Onde:

X_{MA} = Exportações maranhenses;

M_{MA} = Importações maranhenses;

PIB_{MA} = Produto Interno Bruto maranhense.

Desmembrando a fórmula anterior, pode-se calcular a importância tanto das exportações como das importações, separadamente. Nesse caso, o indicador abaixo mede a expressividade das exportações/importações maranhenses na economia local, ou seja, tem-se a participação das exportações/importações no PIB maranhense com o intuito de se verificar a importância dessa variável, de forma isolada, para a economia do estado. Assim as fórmulas abaixo correspondem ao peso das exportações/importações maranhenses no PIB do estado:

$$\frac{X_{MA}}{PIB_{MA}} * 100$$

Onde:

X_{MA} = Exportações maranhenses;

PIB_{MA} = Produto Interno Bruto maranhense

$$\frac{M_{MA}}{PIB_{MA}} * 100$$

Onde:

M_{MA} = Importações maranhenses;

PIB_{MA} = Produto Interno Bruto maranhense

Vale ressaltar que para a obtenção destes indicadores, como o PIB está em reais (R\$) e os dados sobre o comércio exterior (X e M) estão em dólar (U\$\$) e medidos em FOB⁸, estes últimos serão calculados pela taxa média de câmbio.

Para complementar a análise da relevância do comércio exterior do estado maranhense, agora não mais a nível local, mas sim buscando sua representatividade e expressividade para a economia de sua região e de seu país, se faz necessário o cálculo de mais alguns indicadores.

O indicador que mede a participação das exportações maranhenses nas exportações nordestinas e brasileiras cumpre bem com esse objetivo. Apesar de simples, mostra a relevância econômica que as exportações do Maranhão representam tanto para o Nordeste quanto para o Brasil, e, que, portanto, é essencial para subsidiar a análise do desempenho recente do setor externo da economia maranhense em relação à região nordestina e ao Brasil. Assim as fórmulas abaixo correspondem ao peso das exportações maranhenses nas exportações nordestinas e brasileiras:

$$\frac{X_{MA}}{X_{NE}} * 100$$

Onde:

X_{MA} = Exportações maranhenses;

X_{NE} = Exportações nordestinas

$$\frac{X_{MA}}{X_{BR}} * 100$$

Onde:

X_{MA} = Exportações maranhenses;

X_{BR} = Exportações brasileiras

Nesse sentido, a mesma lógica será aplicada para o caso das importações. Assim, as fórmulas abaixo correspondem ao peso das importações maranhenses nas importações nordestinas e brasileiras:

⁸ Free on Board.

$$\frac{M_{MA}}{M_{NE}} * 100$$

Onde:

M_{MA} = Importações maranhenses;

M_{NE} = Importações nordestinas

$$\frac{M_{MA}}{M_{BR}} * 100$$

Onde:

M_{MA} = Importações maranhenses;

M_{BR} = Importações brasileiras

Outro indicador complementar que ajuda na avaliação se o estado possui uma posição comercial fraca ou forte é o indicador taxa simples de cobertura das importações, pois mostra a percentagem das importações que é coberta pelas exportações, dessa forma tem-se:

$$TCM_{MA} = \frac{X_{MA}}{M_{MA}} * 100$$

Onde:

X_{MA} = Exportações maranhenses;

M_{MA} = Importações maranhenses.

Uma taxa de cobertura superior a 1 (ou a 100%, se estiver expressa em percentagem) significa que o estado tem uma posição comercial forte (competitividade comercial), enquanto uma taxa inferior a 1 indica uma posição fraca ou dependência comercial (saldo comercial negativo).

O coeficiente de importação também é outro indicador importante, pois revela a participação das importações na oferta interna, ou seja, com ele se mensura quanto de consumo interno do Maranhão é atendido pelas importações. Dessa forma, esse indicador é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$CM_{MA} = \frac{M_{MA}}{VP_{MA} + M_{MA} - X_{MA}}$$

Onde:

X_{MA} = Exportações maranhenses;

M_{MA} = Importações maranhenses;

VP_{MA} = Valor da Produção maranhense.

3.1.2.2 Coeficientes de Estrutura

Uma vez estabelecida a importância do comércio externo na economia do Maranhão e sua expressividade no Nordeste e Brasil, e constatando ser relevante, faz-se necessário passar para a análise de sua estrutura, isto é, das relações que, de um modo simples e duradouro, permitem a sua caracterização. Sendo assim os indicadores que seguem dizem respeito à composição do comércio externo bem como seu direcionamento.

Quanto a sua composição o cálculo da participação das atividades econômicas na pauta de exportação (DS_x) e importação (DS_m) são fundamentais. Sob esta ótica o resultado dos mesmos permitirá destacar quais os produtos com maior peso nas exportações e importações. Assim:

$$DS_{XMA} = \frac{X_{iMA}}{X_{MA}}$$

Onde:

X_{iMA} = Exportações maranhenses do setor i;

X_{MA} = Exportações maranhenses;

$$DS_{MMA} = \frac{M_{iMA}}{M_{MA}}$$

Onde:

M_{iMA} = Importações maranhenses do setor i;

M_{MA} = Importações maranhenses;

O cálculo deste indicador representa a desagregação das exportações e importações por grupos de produtos mais ou menos homogêneos, cabendo à finalidade e ao grau de apuramento da análise determinar o tipo e a profundidade da desagregação a se efetuar. De acordo com Maia (2012) esse indicador permite não somente avaliar o peso que cada atividade econômica assume para o comércio exterior do estado, como também possibilita constatar aquelas que são mais relevantes em um determinado período de tempo, além de evidenciar modificações na composição da pauta exportadora e importadora.

No que diz respeito a ótica que revela a direção do comércio externo esta permitirá analisar os países com os quais o estado do Maranhão estabelece as suas relações comerciais, ainda que efetivamente se analise exportações e importações separadamente. Para tanto, o indicador utilizado é mensurado através da mesma fórmula apresentada anteriormente, sendo que:

$$DS_{XMA} = \frac{X_{iMA}}{X_{MA}}$$

Onde:

X_{iMA} = Exportações maranhenses destinadas ao país i;

X_{MA} = Exportações maranhenses;

$$DS_{MMA} = \frac{M_{iMA}}{M_{MA}}$$

Onde:

M_{iMA} = Importações maranhenses originadas do país i;

M_{MA} = Importações maranhenses;

Tal como no caso anterior esse indicador corresponde à desagregação por países ou grupos de países de destino das exportações ou de origem das importações.

3.1.2.3 Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas

Após analisar os coeficientes estruturais serão calculados, com o propósito de dar mais embasamento para a avaliação sobre o setor exportador da economia do Maranhão, alguns indicadores de vantagens comparativas reveladas. Dessa forma, serão calculados os seguintes indicadores: vantagem comparativa revelada (VCR), Coeficiente de especialização relativa (CSR) e a taxa de cobertura das importações (TCM).

O indicador de vantagem comparativa revelada (CVR) mensura o modo como as vantagens comparativas surgem reveladas, à posteriori, nas estatísticas do comércio externo. Este indicador corresponde, na verdade, à normalização da taxa de cobertura. Se $VCR_{iMA} > 1$ revela uma vantagem comparativa na atividade econômica *i*, quando comparada com a média da economia, já que traduz uma taxa de cobertura setorial superior à taxa de cobertura do estado. Se $VCR_{iMA} < 1$, a atividade econômica revela uma desvantagem competitiva. Assim tem:

$$VCR_{iMA} = \frac{X_{iMA}/M_{iMA}}{X_{MA}/M_{MA}} * 100$$

Onde:

X_{iMA} = Exportações do Maranhão do setor *i* no período *t*;

X_{MA} = Total das exportações do Maranhão no período *t*;

M_{iMA} = Importações do Maranhão do setor *i* no período *t*;

M_{MA} = Total das importações do Maranhão no período *t*;

Dentro dessa ótica, o coeficiente de especialização relativa do setor *i* (CSR_{xi}) é frequentemente utilizado para analisar os processos de especialização setorial. Conhecido também como indicador dissimétrico, seu cálculo serve para revelar as tendências de especialização dentro de espaços geográficos, sendo utilizados também na comparação de estruturas tanto no que diz respeito a direção como na composição do comércio.

Nesse sentido será calculado o coeficiente de especialização relativa do setor *i* (CSR_{xi}) no que se refere tanto às exportações como as importações maranhenses. É obtido mediante a relação entre o peso que assume as exportações/importações do setor

i no total das exportações/importações do Maranhão e o peso do mesmo setor no total das exportações/importações do Brasil (MAIA, 2012), sendo expresso na fórmula apresentada a seguir:

$$CSR_{XiMA} = \frac{(X_{iMA}/X_{MA})}{(X_{iBR}/X_{BR})}$$

Onde:

X_{iMA} = Exportações do Maranhão do setor i no período t;

X_{MA} = Total das exportações do Maranhão no período t;

X_{iBR} = Exportações do Brasil do setor i no período t;

X_{BR} = Total das exportações do Brasil no período t.

$$CSR_{MiMA} = \frac{(M_{iMA}/M_{MA})}{(M_{iBR}/M_{BR})}$$

Onde:

M_{iMA} = Importações do Maranhão do setor i no período t;

M_{MA} = Total das importações do Maranhão no período t;

M_{iBR} = Importações do Brasil do setor i no período t;

M_{BR} = Total das importações do Brasil no período t;

Portanto, dito com outras palavras, esse indicador compara a importância que o setor i tem nas exportações e importações do Maranhão com o peso desse setor nas exportações/importações do Brasil. Especificamente, o numerador representa o peso das exportações do setor i no total das exportações do estado, enquanto que o denominador representa a mesma informação para o Brasil.

Sendo assim, naturalmente, que se o $CSR_{iMA} > 1$ significa maior especialização relativa do estado no setor i. Em caso contrário, ou seja, $CSR_{iMA} < 1$ revela uma menor concentração relativa das exportações/importações do estado no setor i.

Anteriormente viu-se a taxa simples de cobertura das importações com o objetivo de analisar, de forma geral, a percentagem das importações que é coberta pelas exportações. Agora, no entanto, se propõe a analisar a taxa de cobertura das importações (TCM) no nível de detalhamento dos setores econômicos. O TCM_{iMA} constitui-se, por

sua vez, em um indicador complementar ao CSR_{iMA} , haja vista que também mensura as vantagens comparativas reveladas, incorporando o comportamento das importações (FONTENELE et.al., 1998). O referido indicador é calculado pela seguinte fórmula:

$$TCM_{iMA} = \frac{X_{iMA}/M_{iMA}}{X_{iBR}/M_{iBR}}$$

Onde:

X_{iMA} = Exportações do Maranhão do setor i no período t;

M_{iMA} = Importações do Maranhão do setor i no período t.

X_{iBR} = Exportações do Brasil do setor i no período t;

M_{iBR} = Importações do Brasil do setor i no período t.

A partir dos resultados obtidos mediante o cálculo do TCM_{iMA} será possível avaliar se o setor i apresenta vantagem comparativa no que tange a cobertura das importações. Logo, quando $TCM_{iMA} > 1$ significa que a relação entre as exportações e as importações de um setor i do Maranhão é superior àquela exibida pelo Brasil. Em outras palavras, a taxa de cobertura das exportações para o Maranhão é superior a brasileira (MAIA, 2012).

A partir do cálculo de todos esses indicadores, dispomos de informações suficientes para traçar o perfil do setor externo da economia maranhense, tendo, portanto, uma visão mais abrangente das condições vigentes deste setor, notadamente em relação ao seu grau de abertura, diversificação de sua pauta de exportações e importações, bem como quanto à natureza e características dos principais produtos comercializáveis e seu destino e origem.

No entanto, antes de apresentar os resultados obtidos, é necessário fazer uma breve contextualização da economia do estado como um todo, de forma, a possibilitar mais fundamentações para as conclusões dos efeitos que o comércio exterior proporciona para a economia local, ou seja, se o mesmo se propaga intensamente dentro da economia do estado ou não.

3.2 Conjuntura Econômica do Maranhão: Desempenho recente

Agora, portanto, já conhecido o conjunto de indicadores que revelará o desempenho do setor externo maranhense através da metodologia a ser utilizada, objetiva-se neste item delinear, de forma incisiva, a partir de dados estatísticos, um perfil econômico do estado do Maranhão em termos comparativos com a região Nordeste e Brasil, quando pertinente, destacando os focos de crescimento. Portanto, será feita uma breve caracterização da economia a qual o Maranhão tem revelado em período recente, notadamente no que diz respeito a sua capacidade produtiva.

3.2.1 Produto Interno Bruto – PIB e PIB per capita

Por representar a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado, o PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região.

A última série do PIB utilizada refere-se ao período compreendido entre 2006 a 2010, o qual será a referência para esse trabalho quando for necessária a análise desse indicador. De acordo com os dados (gráfico nº 1), observa-se que para o último ano do período analisado o Maranhão atingiu o montante de R\$ 45.256 milhões das riquezas produzidas em todo o estado frente a 28.620 milhões do primeiro ano.



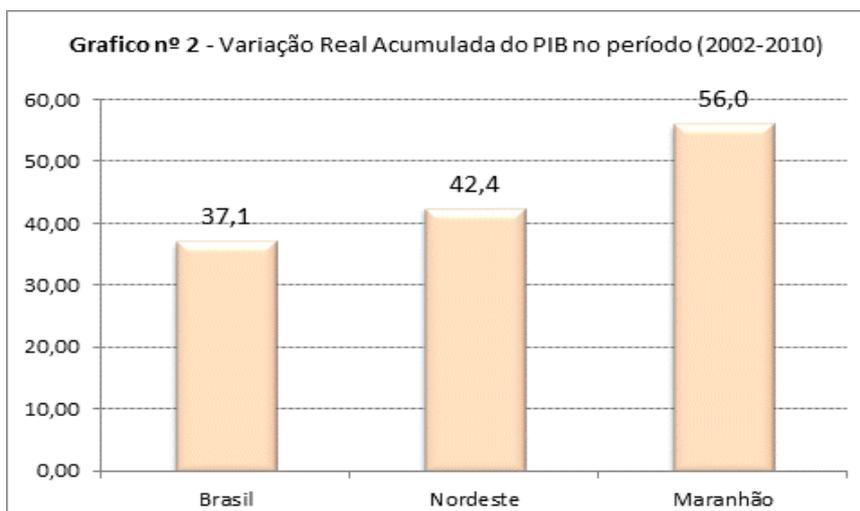
Fonte: IMESC

Atingindo esse valor o estado do Maranhão mantém-se na 16ª posição dentro do ranking dos estados brasileiros, posição esta que vem atingindo nos últimos seis anos. Já

entre os estados nordestinos o Maranhão apresenta um desempenho mais positivo ocupando a 4ª posição dentre os maiores PIB do Nordeste, perdendo para os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará que estão com a 1ª, 2ª e 3ª colocação, respectivamente.

Quanto à análise de toda a série, verifica-se uma trajetória de crescimento bem significativa ao longo do período analisado. Porém, percebe-se que o crescimento de 2009 em relação ao ano anterior não acompanhou o desempenho de forte crescimento dos anos anteriores. O motivo para esse comportamento de retração foi à crise internacional vivenciada naquele ano. Como os valores estão expressos em termos nominais, a seguir será apresentada a variação real no período que evidencia a realidade do comportamento da economia.

Dessa forma, por outro lado, verifica-se o bom desempenho alcançado pela economia maranhense no que diz respeito à variação real acumulada do PIB para o período de 2002-2010 no qual o crescimento do Maranhão foi de 56%, superior ao do Nordeste e Brasil, que apresentaram percentuais de 42,4% e 37,1%, respectivamente, conforme mostra o gráfico nº 2.



Fonte: IMESC

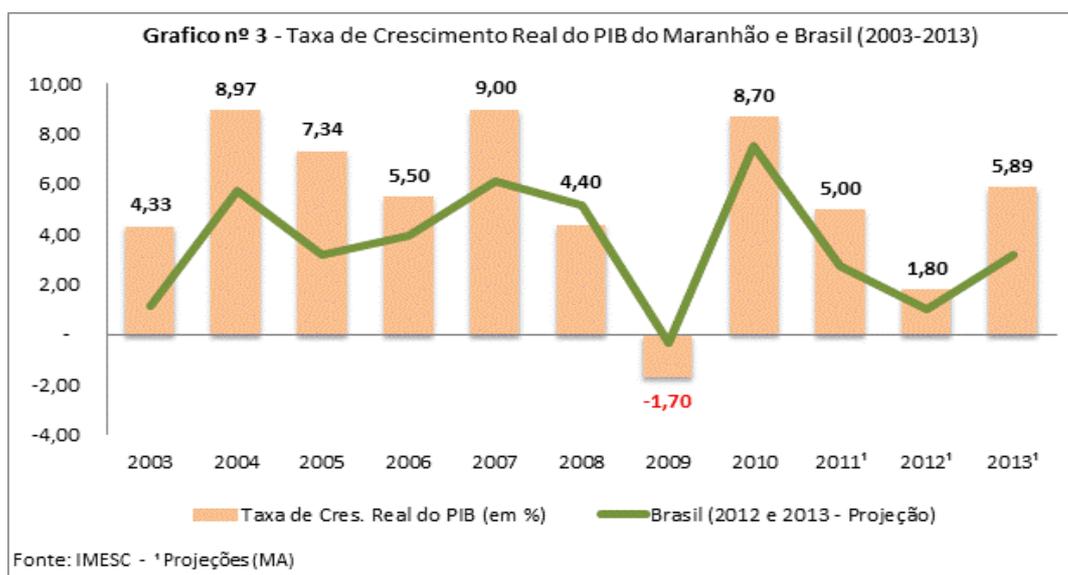
Esse crescimento alcançado pelo Maranhão superior ao Nordeste e ao Brasil já vem sendo constatado se levar em consideração também outros períodos como mostra a tabela nº 1.

Tabela nº 1 - Taxa de crescimento do PIB

Período	MA	NE	BR
1960/2009	4,28	4,18	4,2
1990/1999	3,14	2,87	2,78
2000/2009	8,75	4,09	3,58

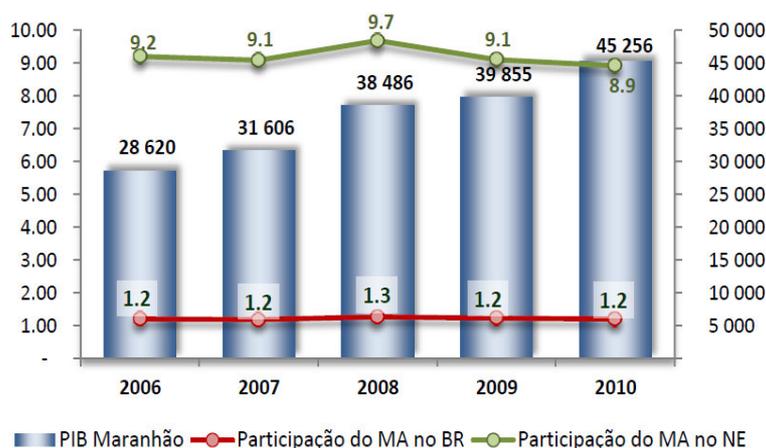
Fonte: IPEA

O gráfico nº 3 também confirma esse maior crescimento pelo qual vem passando a economia do Maranhão. Dessa forma, verifica-se que o crescimento do PIB maranhense variou positivamente (8,73%) em 2010, resultado este maior que os 7,53% do país no mesmo período. Observando ainda o gráfico nº 3, nota-se que, com exceção do ano de 2009, em todos os períodos anteriores o PIB maranhense atingiu crescimento real considerável acima da média nacional. No entanto, as projeções para os três anos seguintes, segundo o IMESC, estão abaixo do resultado alcançado em 2010.



Quanto à participação do PIB do Maranhão no PIB do país, este manteve-se constante, no patamar de 1,2%, conforme gráfico nº 4. Já quanto sua participação em relação ao PIB nordestino, o Maranhão obteve uma média de 9%.

Gráfico nº 4 – PIB do Maranhão e Participação no Nordeste e no Brasil



Fonte: IMESC

O cenário quanto ao PIB per capita já não é favorável. O Maranhão está entre os estados com os piores resultados alcançados. Em 2009, atingiu a 26ª posição no ranking dos estados com o valor de R\$ 6.259,43 na frente apenas do estado do Piauí que atingiu o valor de R\$ 6.051,00, enquanto que o PIB per capita nordestino foi de R\$ 8.167,75 e do Brasil de R\$ 16.917,66.

Já em 2010 ele passa a ser o estado com o pior PIB per capita da federação atingindo o valor de R\$ 6.889, contra R\$ 9.561 do Nordeste e 19.766 do Brasil.

3.2.2 População

O contingente populacional do Maranhão para o ano de 2010 foi de 6.574.789 habitantes ocupando, dessa forma, a 10ª posição dentre os estados mais populosos. Cabe ressaltar que a população maranhense representa 3,4% da população brasileira e 12,4% da população nordestina.

Tabela nº 2 - População Residente do Maranhão

Abrangência Geográfica	2000	2010	Taxa Geométrica de Crescimento
Brasil	169.872.856	190.755.799	1,0265
Nordeste	47.782.487	53.081.950	1,0225
Maranhão	5.657.552	6.574.789	1,0292

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

A partir desses dados, do PIB per capita e da população, fica evidente a desproporcionalidade apresentada por essa relação para o estado maranhense. A exemplo disso, ao se fazer o mesmo raciocínio anterior, só que agora referindo-se ao ano de 2010, a participação da população maranhense em relação a brasileira foi de 3,45%, enquanto que a participação do PIB per capita do estado em relação ao do Brasil foi de apenas 1,20%. O ideal era que este valor fosse próximo da relação populacional, pois se teria uma economia mais dinâmica, no qual o maior número de pessoas possíveis estivesse trabalhando, o que, dessa forma, convergiria para se ter uma proporcionalidade entre esses dois indicadores.

Embora ainda com indicadores ruins, os dados da tabela anterior parecem mostrar uma convergência. Mas ainda são necessários muitos anos para alcançar melhores posições.

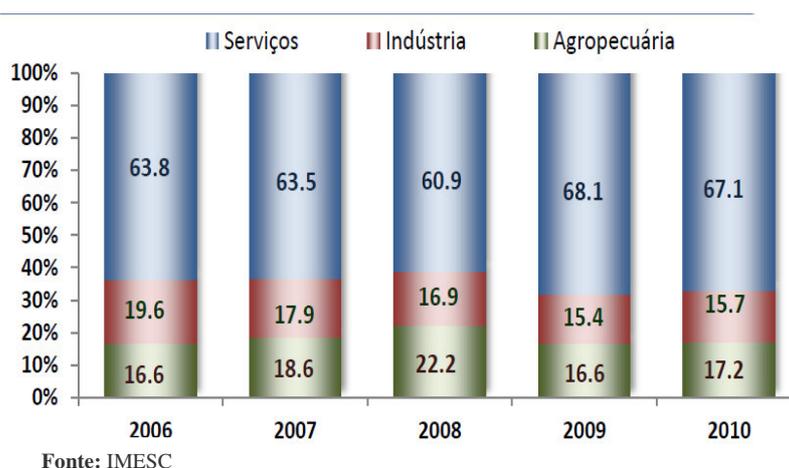
3.2.3 Setores Econômicos

A análise dos setores econômicos permite identificar o perfil da economia do estado no tocante a sua capacidade produtiva, possibilitando evidenciar potencialidades e deficiências existentes a partir de uma abordagem mais detalhada, porém o objetivo é tão somente, verificar o peso dos setores e, conseqüentemente, a importância de cada atividade dentro de cada um destes.

Portanto, o gráfico nº 5 revela o comportamento da participação da distribuição setorial no valor adicionado bruto do estado. Em 2010 a agropecuária contribuiu com 17,2%, a indústria com 15,7% e o setor de serviços com 67,1%. Ao comparar esses resultados com os do ano anterior percebe-se que os setores da agropecuária e indústria ganharam participação, enquanto o setor de serviços diminuiu sua participação em relação ao ano anterior, porém ainda assim representa o setor mais importante para o estado.

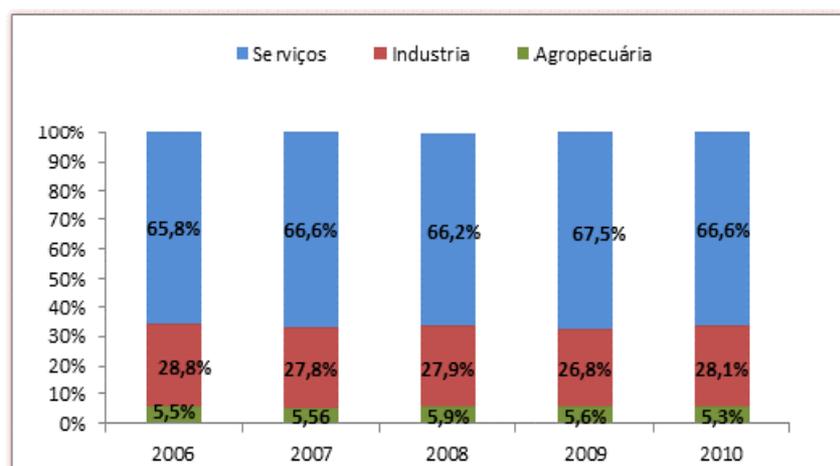
Cabe destacar ainda, que os setores da indústria e agropecuária obtiveram um baixo crescimento tendo em vista que os mesmos ainda estão se recuperando dos efeitos ocasionados pela crise internacional de 2009, o qual as exportações e, conseqüentemente, as produções de todo o país foram afetadas.

Gráfico 5 – Participação dos setores no VA bruto do Maranhão (2006-2010)



Ao comparar esse desempenho da distribuição setorial no valor adicionado bruto do Maranhão com o alcançado pelo Brasil, no gráfico nº 6, observa-se, no caso do Brasil, em 2010, que houve uma queda de participação do setor de serviços em relação ao ano anterior (comportamento contrário ao registrado pelo Maranhão). Já a indústria aumentou sua participação, porém bem mais do que a alcançada pelo estado. E o setor agropecuário, por sua vez, caiu o peso de sua importância, que também representa um desempenho contrário ao do estado.

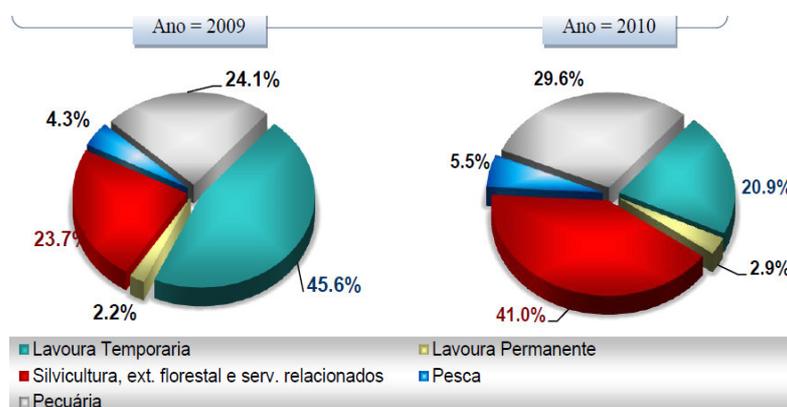
Gráfico 6 – Participação dos setores no VA bruto do Brasil (2006-2010)



Ao detalhar o setor agropecuário, como mostra o gráfico nº 7, percebe-se que todas as atividades ganharam participação em 2010 em relação ao ano anterior, exceto a atividade de lavoura temporária que tinha 45,6% de peso em 2009 e em 2010 passou para 20,9%. Cabe destacar ainda, o significativo aumento de participação da atividade

de silvicultura, extração florestal e serviços relacionados que passou de 23,7%, em 2009, para 41% em 2010.

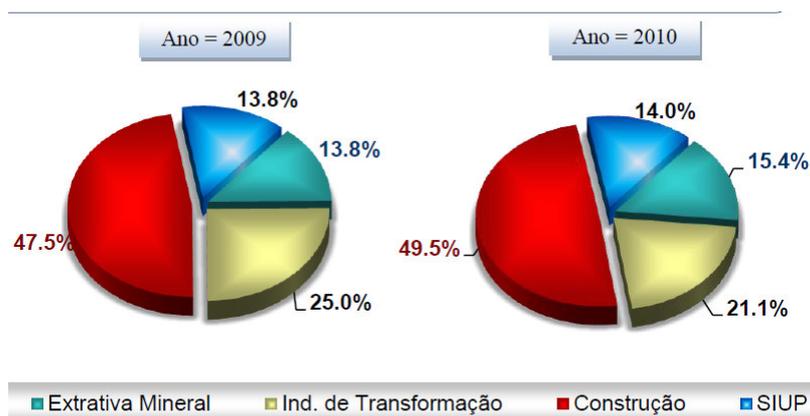
Gráfico 7 – Peso das atividades no total do VA da Agropecuária do Maranhão



Fonte: IMESC

Quanto ao setor da indústria (gráfico 8), o qual se verificou ganho de participação (apesar de pouco) no último ano juntamente com o setor agropecuário, a atividade de extrativa mineral e serviços de utilidade pública foram as maiores responsáveis por esse pequeno aumento de participação do setor.

Gráfico 8 – Peso das atividades no total do VA da Indústria do Maranhão

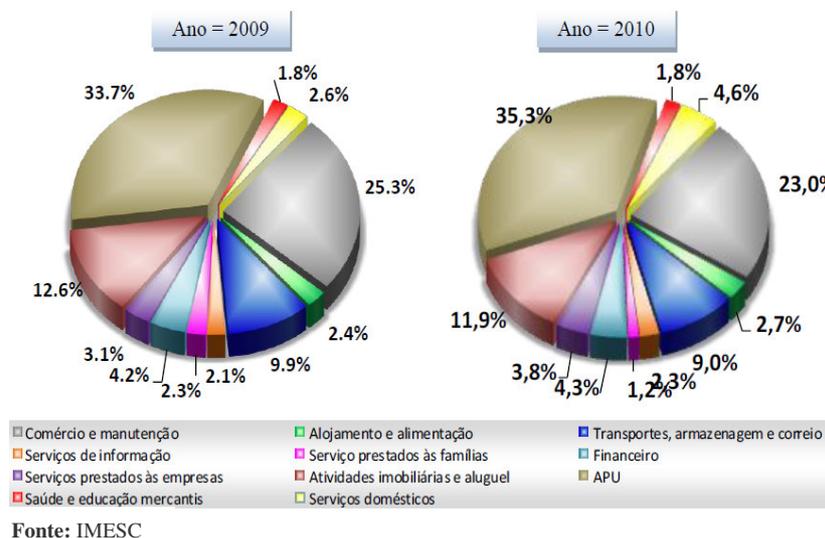


Fonte: IMESC

Já o setor de serviços (gráfico nº 9), ao contrário dos demais, diminuiu seu peso na formação do VA do estado, impulsionado principalmente pelas atividades de

comércio e manutenção; atividades imobiliárias e aluguel e atividades financeiras, conforme mostra o gráfico nº 9.

Gráfico 9 – Peso das atividades no total do VA de Serviços do Maranhão



A partir desses dados sobre a economia recente do Maranhão, observou-se que o comportamento dos setores reflete, em grande parte, a crise mundial em 2008/2009 e que, por sua vez, afetou significativamente as exportações maranhenses. Evidencia-se, portanto, a relação dos resultados alcançados nos setores econômicos com os das exportações.

3.3. Fatos Relevantes na Conjuntura do Comércio Exterior

Neste item, pretende-se, destacar como alguns fatores relevantes a nível nacional e internacional afetaram o comportamento do setor externo da economia maranhense, quais sejam eles: a lei Kandir e a crise internacional de 2008/2009.

3.3.1 Lei Kandir: breve histórico e impactos para a economia maranhense

Com a justificativa de que os produtos nacionais estavam perdendo competitividade internacional, devido à alta tributação em todos os produtos exportados, cenário este que veio a piorar após a implantação do Plano Real onde a

balança comercial brasileira passou de superavitária para deficitária, foi criada em 13 de setembro de 1996, a Lei Complementar nº87 (Lei Kandir) que dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

Já tendo sido promulgado pela Constituição Federal de 1988 o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços - ICMS surge da fusão do até então existente Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias – ICM, que era de competência dos Estados, com os Impostos Únicos sobre Minerais, sobre Energia Elétrica e sobre Combustíveis e Lubrificantes, e do Imposto sobre Serviços de Transporte e Comunicações, todos de competência da União.

Com isso o ICMS torna-se o principal e mais importante tributo de competência estadual, passando a ser regulamentado constitucionalmente pela Lei Kandir que tem como principal alteração na legislação do tributo a completa desoneração das operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, alcançando inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços (art. 3º, II). Está previsto ainda na Lei a garantia para os exportadores do aproveitamento integral do crédito de imposto relativo aos insumos utilizados nas mercadorias exportadas (art. 21, § 2º).

Nesse sentido o intuito do Governo Federal com a instituição da LC 87/96 era a criação de mecanismos de incentivos às exportações via isenção dos impostos de produtos brasileiros destinados ao exterior. Para o Governo, a retirada deste imposto aumentaria a competitividade dos produtos primários e semielaborados nacionais no mercado mundial, aumentando as exportações, com efeitos positivos sobre a balança comercial do País.

Kume & Piani (1997) ao fazerem uma estimativa da receita do ICMS sobre as exportações para o ano de 1994 no sentido de avaliarem o impacto da redução da carga fiscal imposta aos estados pela desoneração do tributo incidente sobre as vendas externas, chegaram à conclusão que a desoneração do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados eliminaram significativas distorções do sistema tributário brasileiro no que diz respeito à tributação de setores produtivos de vanguarda, possibilitando o aumento de competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. Não deixam, entretanto, de salientar que a retirada da taxa do ICMS

sobre as exportações culminou com uma perda de receita bastante sensível, principalmente para os estados menos desenvolvidos, como é o caso do Maranhão.

A Lei trouxe ainda outras modificações importantes no regime de créditos do imposto. Um exemplo é a autorização do aproveitamento dos créditos relativos: (i) à aquisição de produtos destinados ao ativo permanente da empresa (art. 20, § 5º) e (ii) à utilização de energia elétrica e de serviços de comunicação (art. 33, II).

Há quem diga que o verdadeiro objetivo da Lei não foi regulamentar o ICMS, mas sim uma tentativa de minorar os efeitos negativos da política de estabilização econômica provocados pelas âncoras cambial (valorização do real) e monetária (elevação da taxa de juros) que afetavam respectivamente os resultados da balança comercial e o volume dos investimentos produtivos da economia. (FRIZZO, 2006)

Seja pela sistemática desoneração do ICMS para produtos básicos e semimanufaturados exportados ou pela maior liberalidade no aproveitamento dos créditos do imposto, ambos acarretam perdas significativas em parte da arrecadação tributária para os estados e seus respectivos municípios. Com intenção de minimizar essas perdas a LC 87/96 também prevê a compensação dos estados visto a renúncia pelo imposto. Nesse sentido, essa compensação é feita com o intuito de garantir aos estados e municípios o patamar real de receitas do ICMS, prevendo-se ainda a manutenção desse patamar, desde que o estado não reduza seu esforço fiscal.

Outro ponto importante que se pode destacar na Lei, sob a ótica da compensação é que além dos recursos orçamentários repassados em moeda, a União se responsabilizava por entregar a parcela que estados e municípios tinham que destinar ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), equivalente a 15% dos valores recebidos do Governo Federal (art 1º, § 2º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996). Esse percentual é acrescido para 16,6% com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB) em 2007, no segundo ano do fundo elevou-se para 18,66% e a partir do terceiro ano ficou no patamar de 20%.

Como o estado necessita, para desempenhar suas atividades públicas, de recursos financeiros, que podem derivar da exploração de seu próprio patrimônio ou da subtração de parcela da riqueza privada, a Política Fiscal desempenha papel importantíssimo dentro de uma nação na medida em que esta é utilizada para definir o orçamento e seus componentes, os gastos públicos e impostos como variáveis de controle para garantir e manter a estabilidade econômica, amortecendo as flutuações dos

ciclos econômicos e ajudando a manter uma economia crescente, o pleno emprego e a inflação baixa.

Nesse sentido, destaca-se como principais objetivos da Política Fiscal e, portanto, utilizando-se do instrumental tributário, o crescimento econômico, o pleno emprego de todos os recursos produtivos da sociedade, tanto de capital humano como de material e a estabilidade de preços, visando não ocorrer grandes oscilações nos indicadores gerais de preços. Dessa maneira, o presente tópico tem como principal proposta chamar atenção para prováveis perdas na arrecadação de ICMS do estado do Maranhão, geradas a partir da desoneração fiscal estabelecida pela Lei Kandir e identificar seus efeitos no setor externo.

Portanto, verifica-se que com a criação e promulgação da lei houve grandes alterações no regime tributário exportador brasileiro e que trouxe vários impactos e efeitos para a economia de muitos estados da federação, principalmente aqueles estados exportadores, como o Maranhão.

Faz 15 anos que a Lei Kandir entrou em vigência e o Maranhão é um dos estados da federação que sofre com os reflexos desta lei, apesar de não ser um dos principais Estados exportadores do Brasil (a participação das exportações maranhenses não chega a 2% das exportações brasileiras). Dentre os danos causados na desoneração do ICMS instituído pela lei Kandir no Maranhão e em outros Estados a mais importante, pode-se destacar, são as significativas perdas de receitas estaduais e municipais. Os especialistas advertem que depois da vigência da lei ocorreu expressivo desequilíbrio fiscal aos Estados e representantes dos Estados alegam que os valores repassados pela União são insuficientes para cobrir as perdas de receitas.

Logicamente os estados mais prejudicados são os exportadores e, dessa forma, o Maranhão por ter uma tendência ascendente de suas exportações e por está entre os principais Estados exportadores da região Nordeste (as exportações se concentram principalmente nos complexos de ferro, alumínio e soja) acaba sendo fortemente afetado.

Na tabela nº 3 observa-se a evolução da receita total do Maranhão para o período de 2000 a 2007 bem como a participação do ICMS sobre seu montante. Com os dados fica claro a importância da arrecadação do ICMS, sendo a principal fonte de recursos para o Estado, pois é evidente sua elevação de eficiência, passando de um percentual, em 2000, de 23,6% do total da receita para 34% em 2007.

Tabela nº 3 - Evolução das Receitas do Maranhão 2000 a 2007 (R\$ mil a preços de 2007)

Ano	Receita Total	Receita Corrente	Receita Tributária	ICMS	Transferências Correntes	Transferências Correntes/ Receita Total	ICMS/Receita Total
2000	4.110.040	3.270.240	1.041.807	971.491	2.141.116	52,1%	23,6
2001	4.142.566	3.990.798	1.235.061	1.151.980	2.343.837	56,6%	27,8
2002	4.355.952	4.186.001	1.318.609	1.150.085	2.436.741	55,9%	26,4
2003	4.049.856	3.935.541	1.334.255	1.132.360	2.235.429	55,2%	28,0
2004	3.865.825	4.270.325	1.507.224	1.290.432	2.430.176	62,9%	33,4
2005	4.521.093	5.012.014	1.728.663	1.500.768	2.851.151	63,1%	33,2
2006	5.292.496	5.839.372	2.149.777	1.895.723	3.159.981	59,7%	35,8
2007	5.849.658	6.540.931	2.305.448	1.991.566	3.492.991	59,7%	34,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda; valores deflacionados pelo INPC acumulado de cada ano - Apud IMESC

Pode-se destacar ainda a permanência da elevada dependência dos recursos transferidos via fundo de participação dos estados e de outras fontes, passando de um percentual de 52% em 2000 para quase 60% no último ano do período analisado.

Na tabela nº 4 verifica-se a evolução da arrecadação de receitas estaduais. Percebe-se, que no primeiro quadrimestre de 2008 a arrecadação de impostos permaneceu desacelerada, o que já havia sido detectado em 2007. Segundo o Boletim de Indicadores publicado pelo IMESC⁹ esta desaceleração explica-se pelo fato de que as bases tributárias próprias do Estado não conseguem capturar os setores dinâmicos da economia do Estado, em função da desoneração tributária imposta pela Lei Kandir e pela política de atração de investimentos seguida pelo estado.

Tabela nº 4 - Evolução da Arrecadação de Receitas Estaduais - Média Móvel de 12 meses (R\$ Mil e crescimento %)

Período	Receita Total	ICMS	IPVA
2005	148.616,19	136.850,02	6.669,73
2006	179.192,38	165.633,02	7.742,14
2007	189.870,36	174.082,52	9.297,30
Mai/07 a Abr/08	194.572,95	177.787,96	9.956,66
2006/05	20,57	21,03	16,08
2007/06	5,96	5,1	20,09
2008/07	6,44	5,9	12,72

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Maranhão - Apud IMESC

⁹ IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos do Estado do Maranhão

Ao analisar os dados sobre o setor externo da economia maranhense no tópico anterior, observou-se o peso da balança comercial no PIB do estado, o qual mostra a importância das operações de comércio internacional para a economia maranhense. Quando colocado a participação das exportações maranhenses no PIB estadual¹⁰, verificou-se que estas têm parcela significativa na participação do PIB, e apesar de ter apresentado oscilações, tem uma tendência de crescimento.

Percebe-se, dessa forma, a importância que o comércio exterior desempenha para a economia maranhense e que apesar de não ser um dos principais Estados exportadores da federação, como se pôde concluir a partir dos dados apresentados, suas exportações têm grande expressividade em relação às exportações nordestinas, fazendo parte, portanto, dos principais Estados exportadores do Nordeste.

Segundo pesquisa publicada no Boletim de Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão pelo IMESC (2008), o Fundo de Compensação dos Estados, instituído pelo Governo para ressarcir os estados da desoneração de sua principal fonte de arrecadação, permitiu, até 2001 a manutenção de um nível de renúncia fiscal relativamente constante, embora expressivo.

Tabela nº 5 – Efeitos da desoneração de ICMS sobre as exportações no estado do Maranhão: impactos sobre a arrecadação, transferências compensatórias do Governo Federal e renúncia fiscal estimada (R\$ mil correntes)

Ano	Transferências para o Estado do Maranhão			(II)	(III)	(IV)	Part % ICMS	Part %
	Fundo de Comp para os Estados 87/96 (bruto)	Compensação Financeira P/ Exportação (bruto)	(I) Soma	ICMS não Lançado (Desonerado SEFAZ)	Renúncia Fiscal (II - I)	Exportações MA (R\$ Mil)	Não Lançado/ Exportações (II/IV)	Renúncia Fiscal/ Exportações (III/IV)
1996	6.227	-	6.227	54.194	47.966	685.004	7,91	7,00
1997	9.815	-	9.815	44.521	34.706	803.198	5,54	4,32
1998	35.257	-	35.257	49.138	13.881	738.364	6,65	1,88
1999	52.489	-	52.489	51.039	-1.450	1.203.806	4,24	-0,12
2000	48.636	-	48.636	80.719	32.083	1.387.209	5,82	2,31
2001	67.810	-	67.810	96.662	28.852	1.280.415	7,55	2,25
2002	49.768	-	49.768	106.939	57.171	1.912.081	5,59	2,99
2003	54.657	-	54.657	119.377	64.720	2.272.302	5,25	2,85
2004	42.809	29.383	72.193	145.929	73.736	3.601.812	4,05	2,05
2005	42.809	38.250	81.060	173.736	92.676	3.653.713	4,76	2,54
2006	24.552	59.910	84.463	218.736	134.274	3.728.724	5,87	3,60
2007	24.552	51.043	75.596	239.669	164.073	4.241.751	5,65	3,87
2008	14.322	33.619	47.942	-	-	1.629.434	-	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Maranhão (Sefaz), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – Apud IMESC.

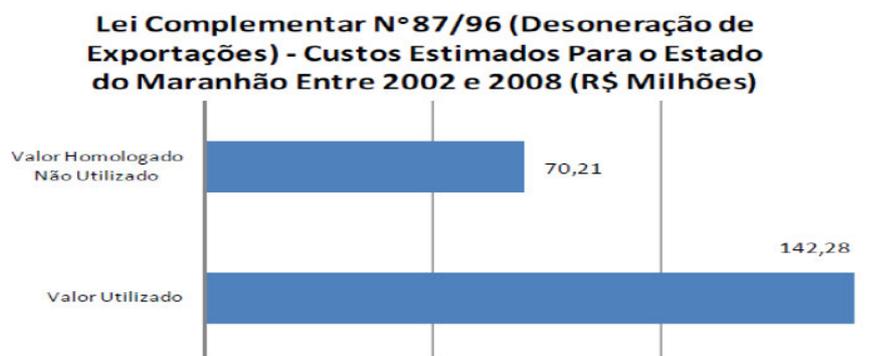
Após 2002, entretanto, dado o forte crescimento das exportações pelo Estado, mesmo com a instituição do novo Fundo de Compensação Financeira para a Exportação

¹⁰ Cálculo próprio a partir de dados da SECEX/MEDIC (dados do comércio exterior), do IMESC (dados do PIB) e do IPEADATA (taxa de câmbio).

(no qual o Estado do Maranhão obteve uma participação relativa maior), não impediu a forte expansão da renúncia fiscal, que atingiu em 2007, nos cálculos da SEFAZ, cerca de R\$ 164 milhões (tabela nº 5).

Ainda de acordo com o Boletim de Conjuntura Econômica (2008) um dos efeitos de mais difícil administração por parte do Estado é a acumulação de créditos de ICMS nas empresas exportadoras radicadas no Estado, advindos da desoneração para a exportação sobre os insumos importados de Estados vizinhos, principalmente do Pará. Esta acumulação ocorre, sobretudo, quando a empresa exportadora tem poucas operações no mercado interno, como é o caso, por exemplo, das guserias que operam no Estado. Conforme o gráfico acima, entre 2002 e 2008 já foram utilizados cerca R\$ 142,3 milhões desses créditos, sendo que do total cerca de R\$ 70,2 milhões foram homologados (reconhecidos pelo Estado), mas ainda não utilizados. Segundo as autoridades fazendárias, em agosto de 2008 haveria ainda um estoque de cerca de R\$ 200,00 milhões ainda por ser homologado. (gráfico 10)

Gráfico nº 10 – Lei Complementar nº 87/96 (desoneração de exportações) – custo estimados para o estado do Maranhão entre 2002 e 2008 (R\$ milhões)



Fonte: Secretaria Estadual do Maranhão, Apud IMESC

A partir dos dados apresentados percebe-se que com a promulgação da Lei Kandir e seus 15 anos de vigência os Estados brasileiros tiveram um forte golpe em seu orçamento. A principal fonte de receita está na arrecadação de impostos e com isso depois da Lei houve uma significativa perda de receita tributária nos Estados, especialmente aqueles principais exportadores. Para o Estado do Maranhão que é um dos principais Estados exportadores do Nordeste o qual a soma de suas exportações para o ano de 2010 corresponderam a quase 19% das exportações nordestinas e quase 14%

de seu PIB, as perdas são bem representativas, provocando um grande rombo na arrecadação tributária maranhense.

Como visto a Lei prevê uma compensação para os Estados decorrente da renúncia pela arrecadação do ICMS, essa compensação das perdas de arrecadação mais tarde foi reformulada com a LC nº102/2000. Porém especialistas afirmam que os Estados têm prejuízos e que o modelo de compensação não atinge seu objetivo, portanto, há muitos questionamentos acerca dos critérios utilizados pelo Governo Federal para repassar as verbas para os Estados. Para eles estes repasses não cobrem a verdadeira perda da arrecadação do ICMS por parte dos Estados.

Nesse sentido viu-se que a estimativa do montante ao qual o Estado do Maranhão renúncia com a desoneração, segundo a SEFAZ foi por volta de R\$ 164 milhões para o ano de 2007.

Com isso, foi visto também o crescimento das exportações maranhenses que passaram de US\$ 758 milhões em 2000 para US\$ 3.817 milhões em 2010. E ainda em relação às exportações maranhenses viu-se que seu crescimento também teve reflexo na composição do PIB do Estado. Em 2002, as exportações do Maranhão representavam 12,3% do PIB maranhense. Durante o período de análise, esta representatividade cresceu, chegando a atingir quase 17% em 2004 e encerrando em 13,5% em 2008.

De acordo com a análise dos dados, percebe-se, portanto, que o Estado do Maranhão, assim como outros Estados do Brasil tiveram perdas substanciais na não arrecadação do ICMS para produtos básicos e semimanufaturados exportados determinado a partir da implantação da Lei Kandir, e que de acordo com estudos de especialistas os repasses federais para compensação das perdas dos Estados não estão em conformidade com o crescimento das exportações do Estado.

Pode-se concluir, por um lado, que a Lei Kandir teve o mérito e muitos estudiosos assumem esse lado positivo, o qual foi por evitar a exportação de tributos, mediante desoneração do ICMS sobre toda e qualquer operação de exportação e melhor adequar o ICMS ao modelo padrão da tributação sobre valor agregado, pela ampliação das hipóteses de aproveitamento de crédito. Isso fez com que aumentasse a competitividade das empresas frente ao mercado internacional, possibilitando a geração e manutenção de emprego.

Já por outro lado, como já foi destacado um dos seus principais impactos negativos para os estados reflete na significativa perda de receitas estaduais e municipais. O Maranhão por ter um grande potencial exportador está inserido no grupo

dos mais prejudicados e porque também era um dos estados fortemente dependentes das receitas de ICMS.

Nesse aspecto Pellegrini (2006) afirma que a divisão dos recursos da Lei Kandir e do Auxílio Financeiro não obedece a critérios puramente técnicos. E que, portanto, há discrepâncias significativas entre a participação dos Estados nas transferências recebidas da União e a participação nas exportações de bens primários e semi-elaborados.

E como já não bastasse perder as receitas adquiridas com as exportações ainda tem o ônus que os Estados têm de arcar, que é na obrigatoriedade dos Estados exportadores de honrar os créditos de ICMS sobre os insumos utilizados no produto exportado. Outro ponto que merece destaque sobre os impactos é sobre o repasse de recursos da União que não chega aos contribuintes exportadores, pois não há uma boa comunicação entre as Secretarias de Fazenda e os contribuintes do ICMS. Outra questão que pode ser apontada com efeito da Lei Kandir é a de que esta possibilita certo incentivo à exportação de produtos de baixo valor agregado, pois desoneram do ICMS as exportações de produtos primários e semielaborados.

Ao se colocar na “balança” os pros e os contras, fica evidente a necessidade de uma Reforma Tributária que acabe com as divergências e distorções presentes no sistema tributário, tornando-o o mais eficiente possível. Pois não existe lógica para um Estado, que tem como principal receita a arrecadação de ICMS, como é o caso do Maranhão, se com a Lei Kandir o imposto é desonerado e, portanto, não contribui para a receita. Nesse caso não há vantagem para o Estado, uma vez que compromete sua atuação em atividades de políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento e crescimento.

3.3.2. Crise Internacional de 2008-2009

As discussões e investigações a respeito das relações entre comércio exterior e desenvolvimento sempre estiveram presentes como um dos principais temas da agenda econômica internacional e passaram a ganhar mais impulso com os efeitos da crise financeira internacional de 2008/2009 sobre o comércio e o crescimento globais. Como prova disso Sarquis (2011) destaca que um dos reflexos incontestável deste impulso é a

orientação do G20¹¹ para o tratamento, individual e integrado, dos desequilíbrios econômicos internacionais e dos desafios de crescimento sustentado.

Iniciada no final do ano de 2008 e com maior intensidade no ano seguinte, a crise internacional teve como causa o desequilíbrio na maior economia do mundo, os Estados Unidos. Este após a ofensiva terrorista de 11 de setembro começou a ter gastos expressivos ao participar das guerras no Iraque e Afeganistão. Concomitante ao alto investimento do governo na guerra, a economia interna do país já vinha apresentando um mau desempenho. Um dos motivos para isso é que o país estava importando muito, mais do que exportando.

Com isso os Estados Unidos passaram a receber ajuda da China e Inglaterra, em vez de conter os gastos. Dessa forma, os bancos passaram a oferecer mais crédito com o dinheiro introduzido pelo exterior, oferecendo crédito, inclusive, a clientes considerados de risco. A partir de então os consumidores passaram a comprar muito, principalmente imóveis que começaram a valorizar já que se passou a ter uma grande oferta de crédito acompanhada a uma taxa de juros baixa.

Nesse sentido, a expansão do crédito financiou a bolha imobiliária, pois a grande demanda elevou o preço dos imóveis. Entretanto, chegou um momento em que a taxa de juros passou a subir, o que provocou a redução da procura pelos imóveis e a queda dos preços, ocasionando a inadimplência, pois não havia vantagem em pagar hipotecas altíssimas quando os imóveis estavam valendo cada vez menos.

Nesse momento com a falta de dinheiro dos bancos a situação da economia da grande potencia mundial ficou insustentável, o que fez o governo em um primeiro momento ajudar os bancos. Porém essa iniciativa do governo foi muito criticada e frente a pressão política, o governo decidiu que não ia mais interferir, deixando o banco Lehman Brothers quebrar. A crise culminou com o fechamento do quarto maior banco de crédito dos Estados Unidos provocando pânico e travamento do crédito.

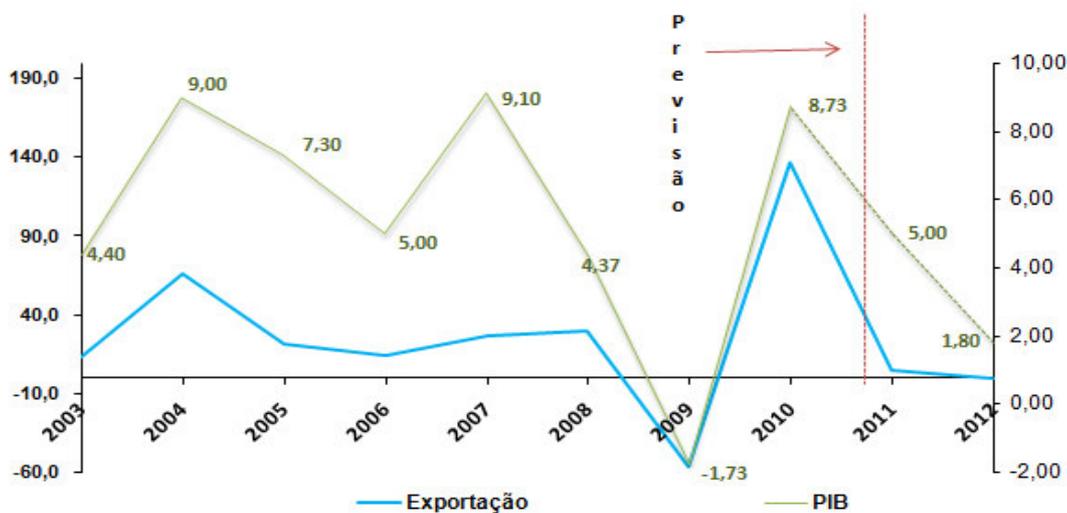
Dessa maneira, sem crédito internacional, também diminuiu o crédito no Brasil, as exportações reduziram significativamente e o preço das nossas mercadorias aumentou o risco e a taxa de juros.

¹¹ O G20 (Grupo dos 20) é um grupo constituído por 19 países de economias mais desenvolvidas do mundo, mais a União Européia que juntos compreendem 85% do produto nacional bruto mundial, 80% do comércio mundial (incluindo o comércio intra-UE) e dois terços da população mundial. Criado em 1999, após sucessivas crises econômicas da década de 1990, o G20 é uma espécie de fórum de cooperação e consulta sobre assuntos financeiros internacionais.

O Maranhão, por sua vez, foi fortemente afetado pelos efeitos da crise, pois tem uma intensa dependência internacional na medida em que seus principais produtos exportáveis são commodities (ferro, alumínio e soja). No ano em que se iniciou a crise, 2008, a balança comercial maranhense obteve o seu pior resultado durante toda a década, alcançando um saldo deficitário no montante de US\$ - 1.266 bilhões. No entanto, o pior desempenho das exportações do Maranhão foi no ano seguinte, em 2009, o qual se obteve uma variação de - 56,52 % em relação ao ano anterior, registrando, portanto, a maior variação negativa da década.

Nesse aspecto, o gráfico nº 11 demonstra o comportamento das exportações e do PIB através de suas taxas de crescimento. Verifica-se, pois a forte relação entre essas duas variáveis, apresentando, dessa forma, a mesma trajetória ao longo do período. Evidencia-se ainda, a brusca queda na taxa de crescimento observado no gráfico, resultado este decorrente da crise internacional de 2008/2009.

Gráfico nº 11 - Taxa de crescimento das exportações e taxa de crescimento do PIB do Maranhão no período de 2003 a 2012.



As recessões, geralmente são recorrentes, porém a de 2008/2009 não teve esse tratamento, pois os impactos no Brasil e em outros países com maior ou menor intensidade foram preocupantes, os quais ainda existem economias se recuperando dos danos causados pela crise. Apesar de que no entendimento de muitos economistas a crise se assemelha com a de 1929 dada a intensidade com que se apresentou não teve as

consequências que a anterior teve, portanto, a semelhança está na dimensão do problema.

E nesse sentido, Sarquis (2011) aponta que a crise financeira de 2008-2009 abre, por um lado, enorme espaço para o melhor conhecimento dos diferentes modelos de crescimento e de inserção internacional dos países, especialmente entre os membros do G20. E segundo o autor permite que se superem definitivamente proposições automáticas ou simplificadas que derivam do chamado consenso de Washington.

Com a crise, portanto, foi possível conhecer as fragilidades de cada país e a exemplo do caso do Maranhão revelou-se que o crescimento da economia local reflete uma forte dependência do mercado internacional de commodities.

3.3.3 Notas Conclusivas

Dispondo-se, por um lado, de uma metodologia definida através de um conjunto de indicadores escolhidos e, de outro lado, de dados macroeconômicos da economia, têm-se subsídios suficientes para traçar um panorama do setor externo da economia maranhense, cumprindo, dessa forma, um dos objetivos do trabalho. Portanto, com o cálculo e análise dos indicadores será possível, primeiramente, apontar o grau de relevância do setor externo do Maranhão e, em seguida, evidenciar os setores mais importantes para o comércio exterior do estado, a partir de uma análise sob a ótica da competitividade revelada.

Destaca-se ainda, os fatores relevantes que de alguma forma tiveram influencia sobre o comércio exterior. Com referencia a implantação da Lei Kandir, esta causou perdas importantes na arrecadação de impostos, apesar de que o governo federal ficou comprometido em compensar tais perdas. Mas, por outro lado, também teve o papel de possibilitar o aumento da competitividade dos setores exportadores frente ao mercado internacional.

A crise internacional de 2008/2009 também foi outro fator relevante que trouxe impactos para a economia do estado, notadamente no que se refere ao setor externo. Portanto, com a crise as exportações maranhenses foram fortemente afetadas, provocando assim uma diminuição no ritmo de crescimento do estado.

A partir da conjuntura econômica que foi traçada têm-se, no caso do indicador econômico PIB, que este mostra as desigualdades econômicas entre estados e dentro do

próprio estado do Maranhão. Uma análise detalhada mostra a sua composição por atividade econômica e tipo de bens e serviços produzidos, portanto, uma ferramenta que aponta os pontos fortes e fracos da economia maranhense. Viu-se que o Valor Agregado – VA do Maranhão em 2009 foi de R\$ 36.067 milhões, sendo gerado 16,6% pelo setor agropecuário, 15,4% pelo industrial e 68,1% pelo de serviços.

Em síntese, dentro do enfoque minucioso, verifica-se a presença marcante dos gastos do governo no Setor Serviços e de algumas poucas empresas de grande porte no Setor Indústria. O setor agropecuário, que poderia ser um dos pontos fortes da economia maranhense, caracteriza-se pela produção agrícola concentrada em alguns poucos produtos, baixo rendimento e a presença de muitos trabalhadores. Em outras palavras, produtividade muito baixa.

Nesse sentido, observa-se, que o Maranhão ocupa a 4^o posição entre os estados produtores de arroz e mandioca, porém, em relação ao rendimento médio classifica-se entre os mais baixos do país. Em geral, a baixa produtividade é encontrada tanto na lavoura temporária como na permanente.

Dessa forma, a participação relativa do PIB agropecuário (17,2%) no total do valor agregado do Maranhão em 2009 não mostra a sua importância tanto para a maioria das regiões do estado quanto para a ocupação dos trabalhadores. O seu desempenho econômico reflete a longa falta de políticas públicas adequadas para essas atividades.

Na série antiga do cálculo do valor agregado pelo IBGE, a atividade agropecuária tinha participação de 11,2% no VA do Brasil de 1985 e de 8,5% no de 1995. No caso do Maranhão, esses percentuais eram mais elevados, 27,2% em 1985 e 21,7% em 1995. Na série nova, a participação da atividade agropecuária no Brasil diminuiu de 7,4% em 2005 para 5,4% em 2009, e, respectivamente, de 17,8% para 16,6% no Maranhão. Entretanto, se for calculado o valor agregado do estado, em 2009, excluindo-se a Região Ilha do Maranhão, a participação relativa da atividade agropecuária subiria para 24%. Além da Região da Ilha do Maranhão, apenas nas regiões do Baixo Muni, Médio Parnaíba, Pré- Amazônica, Tocantins, Cocais e Timbiras a atividade agropecuária é inferior a 25% do VA. Ou seja, a atividade agropecuária ainda tem uma participação relevante na economia maranhense, principalmente nas regiões com Valor Adicionado inferior a R\$500.000.000,00.

Portanto, a atividade agropecuária tem um peso muito grande na formação do PIB da maioria das Regiões de Planejamento, apesar do baixo rendimento por hectare. Por outro lado, ainda sustenta um contingente enorme de pessoas.

Observa-se também, um PIB/km² do Maranhão de apenas R\$120.050, enquanto o do Nordeste era de R\$ 180.475,00 e o do Brasil de R\$ 252.175,00, em 2009. O que evidencia uma baixa densidade demográfica e elevada dispersão das atividades econômicas.

Pelas razões expostas, verifica-se que o desenvolvimento econômico, com melhor qualidade de vida para os maranhenses, depende muito da elevação da produtividade do setor agrícola, que somente poderá ser obtida pela modernização da agricultura e por fortes investimentos econômicos e sociais.

4. COMPETITIVIDADE DO SETOR EXTERNO MARANHENSE (2000-2010)

Serão tratadas aqui, informações sobre o comércio exterior do Maranhão com o objetivo de proporcionar uma visão mais abrangente das condições vigentes da economia do Estado, notadamente em relação ao seu grau de abertura, a composição de seu comércio externo no tocante a diversificação de sua pauta de exportações e importações, o destino das exportações, a origem das importações bem como quanto à natureza e características dos principais produtos comercializados, objetivando com isso identificar os setores que se revelam competitivos. Nesse sentido, a primeira tarefa se traduz em analisar a relevância que o comércio exterior maranhense representa para a economia do Estado e em segundo, uma vez estabelecida a importância do setor externo, analisar sua estrutura.

Para tanto, será apresentado uma análise do setor externo da economia maranhense, de forma a atingir os objetivos propostos neste trabalho e na perspectiva de que se possa dispor de mais elementos para embasar as conclusões.

4.1 Grau de Abertura do Maranhão

Serão apresentados neste item alguns indicadores que medem o peso das relações comerciais do Maranhão com o resto do mundo, com o intuito de avaliar a relevância do comércio externo na economia do Estado.

4.1.1. Balança Comercial Maranhense

Verifica-se no gráfico n ° 12 o comportamento das exportações e importações internacionais do Maranhão, os quais representam algumas singularidades e uma trajetória diferente dos demais estados do Nordeste e do Brasil no período 2000-2010.

Logo no início da década, como se pode observar, as exportações maranhenses apresentaram uma queda em 2001 em relação ao ano anterior, na ordem de -28,21%, apesar do baixo crescimento alcançado nos dois anos seguintes, a partir de 2004 as

exportações do Maranhão ganharam forte incremento, com exceção apenas do ano de 2009 que apresentou queda.

Portanto, no geral, as exportações apresentaram uma trajetória ascendente ao longo do período analisado, pois em 2000 as exportações se expressaram no valor de US\$ 758 milhões, em 2005 atingiu o patamar de US\$ 1.501 bilhões e em 2010, alcançou o montante de US\$ 2.920 bilhões, perfazendo um aumento de 285% em relação ao ano inicial.

Cabe ressaltar a substancial queda no valor das exportações observadas no ano de 2009, cujo resultado foi reflexo da crise internacional iniciada no final de 2008 e intensificada no ano seguinte. No entanto, em 2010, o comércio exterior maranhense demonstrou uma notável recuperação em relação aos efeitos da crise internacional que impactaram profundamente o ano de 2009.

Gráfico 12 - Balança Comercial do Maranhão (em US\$ milhões FOB)



Fonte: SECEX/MDIC

Portanto, em apenas dois anos, 2001 e 2002, as exportações decrescem em relação ao ano anterior, com variações negativas na ordem de 28,21% e 56,53%, respectivamente; nos outros, elas crescem com maior ou menor expressão. Essa performance, como pode ser observada, refletem saldos positivos em apenas quatro anos do período analisado (2000, 2003, 2004 e 2005), no restante o resultado foi negativo. Após dois anos de déficits a partir do início de nossa análise, em 2003 o resultado da balança comercial volta a ser positivo, porém representa 71,4% a menos que o verificado no início do período. Esse saldo fica positivo nos dois anos seguintes,

chegando a 2005 no patamar de US\$ 344, entretanto, nos anos que se seguem o saldo permanece deficitário.

As oscilações constatadas nos resultados refletem os comportamentos de altos e baixos verificados tanto nas exportações como nas importações. Como as exportações, em 2010, representaram 285% a mais do que eram em 2000, apesar do saldo deficitário, esse é o maior valor alcançado pelas exportações neste período.

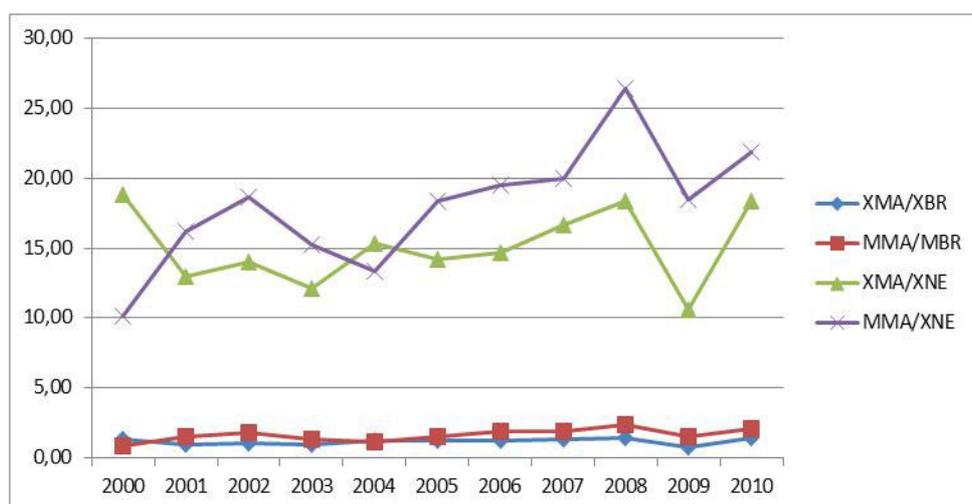
Quanto às importações, estas desempenharam uma trajetória de crescimento ao longo do período analisado, somente em dois anos (2003 e 2009), estas decaíram em relação ao ano anterior. Pelo menos, no ano de 2009, esta queda é explicada pela crise que ocorria no mundo todo. Essa forte recuperação que apresentou em 2010, prova essa tendência de crescimento das importações, que ao longo dos anos analisados perfizeram um aumento substancial na ordem de 687% em relação ao ano inicial, confirmando o dado que o peso maior da taxa média de crescimento foi das importações.

4.1.2 Participação do Comércio Exterior do Maranhão no Brasil e no Nordeste

Para que se possa observar o peso do setor externo maranhense e dessa forma calcular a expressividade tanto das exportações quanto das importações maranhenses em relação ao Nordeste e ao Brasil se faz necessário, portanto, a análise de dados referentes à participação do Comércio e Exterior do Estado do Maranhão no Comércio Exterior do Nordeste e do Brasil.

No gráfico 13 tem-se que as exportações maranhenses no período analisado 2000-2010 tem tido uma participação muito constante nas exportações brasileiras ficando no patamar de 1%. Já no caso das importações essa participação é um pouco maior ficando entre 1 a 2%. No que se refere ao Nordeste à participação das exportações maranhense foi bem mais expressiva, o que era de se esperar. No início do período analisado correspondeu a 18,8% das exportações nordestina, caindo para 14% em 2000 e depois volta a atingir o patamar de 18% no último ano analisado. Mesmo com essa trajetória o Maranhão é o terceiro Estado com maior participação nas exportações nordestinas

Gráfico nº 13 - Participação do Maranhão no Brasil e no Nordeste: Exportações e Importações (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX/MDIC/ Exportações e Importações em US\$ 1.000 FOB

Já no que dizem respeito às importações, estas em 2000 representavam 10% do total das importações nordestinas. Não obstante, a queda das participações em 2003 e 2004, estas atingiram o patamar de 18% em 2005, tendo um aumento expressivo nos anos que se seguiram atingindo 26%, em 2008, do total importado pelo Nordeste. Após este ano a participação do Maranhão volta a cair em 2009, devido a crise iniciada no final do ano passado. No último ano do período analisado, a participação maranhense volta a se recuperar ficando, em 2010, com quase 22% de tudo que é importado pelo Nordeste.

Estes dados tanto da participação do Maranhão no Brasil como no Nordeste confirmam o movimento característico da década, ou seja, redução relativa das exportações e aumento da participação das importações, pois como pode ser verificado, no último ano do período analisado, em 2010, as exportações maranhenses compreenderam 1,45% das exportações totais do Brasil e suas importações 2,10%, no mesmo ano, as exportações maranhenses compreenderam 18,4% das exportações totais do Nordeste, enquanto as importações quase 22%.

Esse resultado pode refletir o aspecto positivo, de um lado, de ampliação e modernização da capacidade produtiva, uma vez que as importações são essencialmente compostas de bens de produção e, por outro lado, pelo fato de que o Maranhão cresceu acima da média nacional e que as importações são influenciadas pelo crescimento da renda interna.

4.1.3 Participação das Exportações e Importações no PIB maranhense, Grau de Abertura e Taxa de Cobertura

Para esse objetivo utilizou-se a série do Produto Interno Bruto - PIB do estado do Maranhão disponibilizado pelo IMESC no período compreendido de 2002 a 2010.

Portanto, quando se aborda as participações das exportações, importações e corrente de comércio do Maranhão no PIB estadual¹², verifica-se que as exportações têm parcela significativa na participação do PIB, e apesar de ter apresentado oscilações, tem uma tendência de crescimento.

Em 2002 as exportações representavam 12,3% do PIB maranhense, em 2005 apresentou uma queda com relação ao ano anterior que era de 16,67% (uma diminuição na ordem de 13,4%), ficando dessa forma no patamar de 14,43% e atinge em 2008 o percentual de 13,52%. Isto mostra um crescimento de 9,6% em relação ao primeiro ano, explicado tanto pela trajetória ascendente das exportações quanto pela do PIB. No entanto, em 2009, devido aos efeitos da crise internacional, as exportações atingiram somente 6,2% de expressividade no PIB, retomando o crescimento em 2010 com uma participação de 11,4%. (tabela nº 6)

Cabe destacar, que anteriormente observou-se que o crescimento do PIB foi muito elevado, superior ao Nordeste e ao Brasil. Portanto, se a participação das exportações no PIB cresceu, isto significa um crescimento ainda maior das exportações.

No caso das importações, como mostra a tabela nº 6, estas em 2002 se mantiveram em 16,42% de participação, apresentando queda nos dois anos seguintes, e volta a crescer em 2005, mantendo um ritmo de crescimento atingindo em 2008, 19,56% de participação, estas, portanto, apresentaram um aumento na ordem de 19%, confirmando, então, a tendência da evolução das importações e do PIB do estado. Como no caso das exportações, estas pelo mesmo motivo apresentaram queda no ano seguinte atingindo 10% de participação.

¹² Cálculo próprio a partir de dados da SECEX/MEDIC (dados do comércio exterior), do IMESC (dados do PIB) e do IPEADATA (taxa de câmbio).

Tabela nº 6: Participação das Exportações e Importações no PIB maranhense, Grau de Abertura e Taxa de Cobertura (2002-2010)

Ano	X_{MA}/PIB_{MA}	M_{MA}/PIB_{MA}	GA	TC
2002	12,34	16,42	28,76	-4,09
2003	12,32	11,02	23,34	1,30
2004	16,67	9,96	26,64	6,71
2005	14,43	11,12	25,55	3,31
2006	13,02	13,12	26,14	-0,10
2007	13,42	14,50	27,92	-1,08
2008	13,52	19,56	33,08	-6,04
2009	6,18	9,99	16,17	-3,81
2010	11,36	14,85	26,21	-3,49

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX, IBGE e IPEADATA. Exportações e Importações em milhões de reais, calculado pela taxa média de câmbio.

O grau de abertura que nada mais é do que a participação da corrente de comércio do Maranhão (soma das exportações com as importações) no PIB estadual, tem participações, o que já era de se esperar, bem expressivas. No início do período analisado, estas corresponderam a 28,8% do total do PIB estadual, e apesar de terem apresentado algumas quedas (2003 e 2005) elas tiveram um ritmo de crescimento até atingirem em 2008 o patamar de 33%, voltando a cair e atingir o percentual de 16% em 2009.

Quanto a taxa de cobertura, esta revela que o Maranhão possui uma relação com o resto do mundo mais no sentido de importar que exportar, apesar da trajetória ascendente de suas exportações. No entanto, verifica-se, pois que com a maior abertura da economia, esta situação tende a se alterar ao longo dos anos, ou seja, a situação caminhará para que o Estado apresente um aumento da participação do saldo da balança comercial no PIB estadual.

4.1.4 Taxa Simples de Cobertura das Importações e Coeficiente de Importação

A taxa de cobertura das importações revela que na média do período analisado o Maranhão possui uma posição comercial forte, pois apresenta um valor um pouco superior a 100%. No entanto, essa característica com o passar dos anos decresceu até atingir em 2009 uma TCM de 61,84%. Isto demonstra a forte dependência comercial que o estado maranhense apresentou nos últimos cinco anos.

O crescimento da economia local explica parte do resultado revelado por esse indicador, pois afeta diretamente as importações. Portanto, o próprio crescimento da economia brasileira aumenta, por exemplo, o consumo de combustível.

Cabe ressaltar, por outro lado, que no ano específico de 2009 ocorre um fenômeno atípico, motivado pela crise internacional. Em 2010, porém, começa um retorno à posição anterior.

Tabela nº 7: Taxa Simples de Cobertura das Importações e Coeficiente de Importação (2000-2010)

Ano	TCM	CM
2000	156,30	57,73
2001	65,54	66,47
2002	75,11	67,82
2003	111,79	50,29
2004	167,33	51,82
2005	129,77	60,25
2006	99,24	58,56
2007	92,52	63,60
2008	69,13	72,05
2009	61,84	53,05
2010	76,51	75,68

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex/MDIC e IBGE

Outro indicador que reforça e complementa a informação da TCM é o coeficiente de importação (CM). Os resultados apresentados por esse indicador revela a participação das importações na oferta interna. Verifica-se, a partir dos dados da tabela nº 7 um peso bem expressivo, o que mostra que grande parte do consumo interno do estado é atendido pelas importações, ainda mais em uma situação de crescimento acelerado.

Portanto, verifica-se, a partir desses dados relacionados ao grau de abertura comercial, que o Maranhão vem atingindo resultados importantes. Pois, apesar das oscilações, a trajetória das exportações é crescente, bem como das importações, ambas reflexo do crescimento da própria economia interna. Com esse desempenho o Maranhão atingiu um coeficiente de grau de abertura próximo a 30%, fazendo com que seu comércio exterior tenha forte expressividade, tanto para o setor externo do Nordeste como para a própria economia do estado.

4.2 Estrutura do Comércio Exterior Maranhense

Uma vez estabelecida a importância do comércio externo para economia do Maranhão, será calculado alguns coeficientes estruturais que possibilite analisar sua composição, permitindo, dessa forma, sua caracterização.

4.2.1 Principais Produtos Exportados

A tabela nº 8 mostra a composição das exportações maranhenses na década de 2000. Observa-se, que a pauta de exportação se concentram em produtos dos complexos de ferro, alumínio e soja, que por sua vez, perfazem, em média, mais de 90% de tudo que é exportado para o resto do mundo durante os anos do período em análise.

Quanto ao crescimento em termos de valores exportados, entre 2000-2010, o complexo de ferro obteve mais destaque em relação aos outros complexos, atingindo um percentual bem significativo na ordem de 1.210%, enquanto o complexo de soja obteve 361% e o de alumínio atingiu 35% (tabela nº 8).

Já quanto ao crescimento em termos de quantidades exportadas o ranking muda um pouco. O complexo de ferro também obteve o melhor resultado com uma taxa de crescimento de 1.669% na quantidade exportada dos seus produtos; o complexo de alumínio que apresentou a terceira colocação em valores exportados se revela na segunda posição dentre os complexos com maior quantidade exportada com uma variação na ordem de 166% e em terceiro o complexo de soja com um crescimento de 118% na quantidade exportada, mas que, no entanto, em termos de valor exportado foi o segundo colocado revela a tabela nº 8.

Esse comportamento se manifesta em decorrência das variações dos preços das principais commodities na bolsa de mercadorias que compõem esses complexos transacionáveis no mercado internacional. Portanto, os valores exportados mostram a relação da quantidade exportada com o preço dos produtos exportados.

Tabela nº 8: Composição das Exportações Maranhenses - 2000 a 2010

Ano	Categoria de Produtos (%)					
	Total (Milhões)	Complexo de Ferro	Complexo de Alumínio	Complexo de Soja	Outros	
2000	US\$	758	17,20	68,09	11,77	2,94
	Kg	2.302	51,92	26,87	20,70	0,51
2001	US\$	544	24,47	58,60	13,76	3,17
	Kg	2.301	59,84	21,46	18,01	0,68
2002	US\$	652	23,90	59,46	13,09	3,55
	Kg	2.685	57,79	23,91	17,41	0,89
2003	US\$	740	28,33	50,88	17,10	3,69
	Kg	4.277	70,67	15,07	13,48	0,78
2004	US\$	1.231	45,89	35,98	15,37	2,76
	Kg	10.094	86,32	6,63	6,71	0,34
2005	US\$	1.501	51,09	30,99	14,78	3,14
	Kg	9.301	81,72	7,91	9,64	0,73
2006	US\$	1.713	41,05	43,08	13,50	2,37
	Kg	7.763	76,47	9,74	13,16	0,63
2007	US\$	2.177	46,11	39,37	10,80	3,72
	Kg	10.658	83,41	6,99	7,90	1,71
2008	US\$	2.836	52,31	29,81	15,10	2,78
	Kg	10.001	81,44	8,05	9,27	1,24
2009	US\$	1.233	32,32	31,04	30,82	5,82
	Kg	3.378	48,12	21,12	27,29	3,46
2010	US\$	2.920	58,52	23,92	14,11	3,45
	Kg	24.300	88,50	6,78	4,29	0,42
Cres 00/10	US\$	285,13	1.210,60	35,30	361,72	350,77
	Kg	955,71	1.699,62	166,55	118,64	774,65

Fonte: SECEX/MDIC

Do complexo de ferro, o principal produto exportado, conforme mostrado na tabela nº 9, é o minério de ferro não aglomerado que alcançou, em 2010, 26% de participação dentre os produtos exportados pelo estado. Em segundo lugar está o minério de ferro aglomerado com 23,8% e o ferro fundido bruto com uma participação de 8,2% é o terceiro produto mais importante deste complexo. Portanto, no ano de 2010, o complexo de ferro atingiu mais da metade (58%) de tudo que o estado vende para o resto do mundo, apresentando, dessa forma, um forte crescimento, pois em 2000 sua participação era de apenas 17,2% do total exportado.

Do complexo de Alumínio, a alumina calcinada é o produto com maior participação dentre os produtos exportados deste complexo em 2010, com um percentual de 14,5%, o alumínio não ligado se apresentou em segundo lugar com 7% e em terceiro as ligas de alumínio com participação de 2,3% (tabela nº 9). Com esses resultados o complexo de alumínio atingiu 23,9% de participação em 2010, o que

corresponde uma queda substancial dos produtos exportados desse complexo, pois em 2000 sua participação foi de 68% do total exportado (tabela nº 8).

O complexo de soja apresenta três produtos: outros grãos de soja, soja para semeadura e óleo de soja. No entanto, no período analisado a soja para semeadura só apareceu nas exportações maranhenses nos anos de 2004, 2008 e 2009 e apresentaram valores insignificantes frente ao total exportado. Já o óleo de soja, esse só foi exportado pelo estado nos anos de 2008 a 2010 e também apresentou valores ínfimos de participação do total exportado. Dessa forma, constata-se que o complexo de soja se resume no produto outros grãos de soja que, em 2010, apresentou uma participação de 14%, obtendo um crescimento durante toda a década, já que em 2000 sua participação foi de 11% como mostrado na tabela nº 9.

Cabe destacar ainda, que os produtos minérios de ferro não aglomerados e os aglomerados no início do período analisado não faziam parte da pauta de exportação do estado. E quanto ao crescimento, verifica-se que a alumina calcinada e outros grãos de soja alcançaram um crescimento significativo na ordem de 596% e 360%, respectivamente. E apresentando variações negativas de 40,7% e 34,7% o alumínio não ligado e as ligas de alumínio, respectivamente (tabela nº 9). Percebe-se a partir da análise desses dados o quanto a pauta de exportação maranhense é concentrada e que os produtos apresentam baixo valor agregado, ou seja, o estado caracteriza-se por exportar basicamente commodities.

Na tabela nº 9, verifica-se também, que no ano de 2000 os três primeiros produtos representaram mais de 70% do total de produtos exportados pelo estado e que somente um dos produtos, alumínio não ligado, apresentou quase a metade do total dos produtos exportados. Tem-se, portanto, neste ano os produtos alumínio não ligado, ligas de alumínio e outros grãos de soja na 1ª, 2ª e 3ª colocação, respectivamente, como os três principais produtos, com respectivamente, 46,44%, 13,66% e 11,77% de participação no total de produtos exportados pelo estado. No último ano, ou seja, em 2010, há uma mudança no ranking desses produtos, esses três produtos passaram a ocupar, respectivamente, o 6º, 7º e 4º lugar. Os minérios de ferro, aglomerados e não aglomerados, e a alumina calcinada passaram a ocupar as primeiras colocações em 2010.

Tabela nº9: Principais Produtos Exportados pelo Maranhão - 2000 e 2010

Especificação	2010		2000		2010/2000
	US\$ F.O.B	Part. %	US\$ F.O.B	Part. %	Var. %
1. Minérios de ferro não aglomerados e seus conc	774.587.859	26,52	---	---	---
2. Minérios de ferro aglomerados e seus concentr	696.319.187	23,84	---	---	---
3. Alumina Calcinada	422.206.266	14,46	60.605.642	7,99	596,65
4. Outros Grãos de soja, mesmo triturados	411.285.009	14,08	89.247.715	11,77	360,84
5. Ferro fundido bruto não ligado, C/PESO<=0.5% D	238.302.838	8,16	130.414.677	17,2	82,73
6. Alumínio não ligado em forma bruta	208.794.220	7,15	352.126.706	46,44	-40,70
7. Ligas de alumínio em forma bruta	67.589.425	2,31	103.578.312	13,66	-34,75
8. Rutosídio (Rutina) e seus derivados	---	---	11.427.006	1,51	---
9. Outros	101.182.208	3,46	10.845.314	1,43	832,96
Total do período	2.920.267.012	100	758.245.372	100	285,13

Fonte: SECEX/MDIC

Enfatiza-se, portanto, que a pauta de exportações maranhense se resume praticamente nos complexos de ferro, alumínio e soja. Estes corresponderam em 2010 a 96,5% do valor exportado pelo estado. Isso revela a falta de diversidade da pauta.

4.2.2. Direção do Comércio Externo

A tabela nº 10 apresenta os principais países de destino das exportações maranhenses. Dessa forma, como pode se verificar a China foi o principal destino das exportações do Estado no ano de 2010 com uma participação de 18,4%. Observa-se ainda a trajetória de forte crescimento ao longo da década no qual no primeiro ano de análise possuía apenas 2,7% de participação.

Na sequencia do grau de importância para os principais países compradores do Estado para o último ano de análise está o Japão. Este por sua vez apresenta uma trajetória bem peculiar, ou seja, sua participação oscilou muito durante o período observado. Iniciou com 7,2% em 2000, chegou a atingir apenas 0,85% em 2004, volta a atingir os 7% em 2008 e cai novamente atingindo 1,63% em 2009.

Em terceiro lugar está os Estados Unidos com 8,60% das exportações destinadas para este país. No entanto, na grande maioria dos anos este país se apresentava como principal comprador do Maranhão chegando a atingir mais de 30% em um dos anos (2004). Em quarto lugar está a Espanha. Verifica-se, pois o forte crescimento das exportações com destino a esse países passando de 1,2% em 2000 para 7,8% em 2010.

Destaque ainda deve ser dado para Itália que também teve um significativo aumento de participação.

Tabela nº 10: Peso das Exportações Maranhenses Segundo o Destino (2000-2010)

Países de Destino	DSx										
	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
CHINA	18,41	16,68	16,77	15,23	13,32	13,39	5,30	3,13	2,62	3,67	2,75
JAPAO	13,65	1,63	7,05	5,07	2,13	1,60	0,85	3,26	1,98	1,88	7,20
ESTADOS UNIDOS	8,60	23,60	27,22	22,62	27,31	29,81	31,50	25,25	25,79	27,06	21,60
ESPAÑA	7,77	5,56	7,14	5,01	7,22	5,77	7,32	7,09	0,06	0,04	1,24
ITALIA	5,90	0,96	2,02	2,11	1,76	4,97	1,81	0,29	0,03	0,08	0,20
ISLANDIA	4,84	3,04	0,38	0,00	0,00	0,15	0,00	0,85	0,00	0,00	0,00
CANADA	4,59	3,50	0,53	0,34	2,32	3,11	2,78	0,72	0,05	0,11	0,00
AUSTRIA	4,24	2,80	2,24	2,66	2,06	1,77	1,71	0,00	0,00	0,00	0,00
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	3,98	9,76	9,16	14,17	13,87	13,29	14,82	16,42	25,10	29,74	24,51
ALEMANHA	3,78	1,10	0,22	0,04	0,05	1,82	1,16	0,03	0,09	0,08	1,48
ARGENTINA	2,97	1,99	2,83	4,09	2,35	2,73	4,95	7,47	8,73	10,50	7,58
COREIA DO SUL	2,90	0,49	1,28	0,04	0,03	0,00	0,18	0,00	0,22	0,00	0,50
TAILANDIA	1,90	0,08	0,69	0,01	0,46	0,77	0,00	0,59	0,22	0,00	0,00
SUICA	1,85	10,02	7,91	11,74	10,34	5,72	4,45	9,10	13,04	4,41	14,26
REINO UNIDO	1,81	0,00	1,23	1,14	0,05	1,10	0,04	0,99	1,07	0,68	0,01
COLOMBIA	1,74	3,16	2,44	3,27	3,61	0,68	0,44	0,00	0,00	0,00	0,25
FRANCA	1,73	1,88	1,63	1,39	0,41	0,73	2,67	4,64	3,20	0,05	0,68
AUSTRALIA	1,65	0,37	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MEXICO	1,32	1,57	1,99	1,47	1,19	1,08	2,98	0,19	0,31	0,03	1,35
BELGICA	0,27	0,00	0,99	1,85	0,63	0,22	0,06	10,88	15,72	18,47	12,09
TRINIDAD E TOBAGO	0,00	0,39	0,18	0,24	1,84	3,92	7,59	4,28	0,21	0,03	0,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Alicew eb/MDIC

Vale ressaltar que os Países Baixos (Holanda) apesar de aparecer em 9º lugar em 2010 dentre os principais destinos das exportações do Maranhão, se destacou em muitos anos como o principal comparador do estado, chegando a atingir quase 30% de participação. Isto, talvez, pelo fato de possuir o porto de Rotterdam, considerado o principal da Europa e que até 2002 ele foi o porto mais ativo do mundo.

A Bélgica é outro caso que merece ressalva, pois já apresentou uma participação significativa no início da década chegando a atingir 14,5% em 2001. Os demais países que são apresentados configuram uma mostra de como essa estrutura transforma-se ao longo dos anos.

Verificou-se, portanto, que não houve mudança importante em termos de produtos exportados, mas não se pode dizer o mesmo quando se trata dos países de destino dessas exportações.

4.2.3 Principais Produtos Importados

Como dito anteriormente as importações também refletem o crescimento da economia local. Dessa forma, verifica-se na tabela nº 11 que o principal produto se concentrou no gásóleo (óleo diesel), este sozinho atingiu 67,6% e 65% no ano de 2000 e 2010, respectivamente, do total dos produtos importados pelo estado. Destaca-se que as importações do gásóleo, apesar de ter perdido participação em relação ao total importado pelo estado, obteve um crescimento de 654,52% do início do período analisado para o final.

Tabela nº 11: Principais produtos importados pelo Maranhão

Especificação	2010		2000		Var % 2000/2010
	US\$ F.O.B	Part. %	US\$ F.O.B	Part. %	
1. "Gasoleo" (oleo diesel)	2.481.115.454	65,00	328.833.719	67,63	654,52
2. Querosenes de aviacao	460.836.863	12,07	23.410.818	4,81	1868,48
3. Outras gasolinas	231.411.884	6,06	1.163.138	0,24	19795,48
4. Arroz semibranqueado,etc.n/parboilizado,polid	66.601.856	1,74	-	-	-
5. Trilhos de aco,de peso linear super.ou igual	57.191.654	1,50	4.942.217	1,02	1057,21
6. Outros cloretos de potassio	54.188.836	1,42	8.509.370	1,75	536,81
7. Hidroxido de sodio em sol.aquosa (lixiv.soda)	48.802.827	1,28	3.356.630	0,69	1353,92
8. Coque de petroleo calcinado	42.895.487	1,12	20.366.664	4,19	110,62
9. Outros	3.816.863.886	9,81	95.674.327	19,68	3889,43
Total do período	3.816.863.886	100	486.256.883	100	100

Fonte: SECEX/MDIC

Logo em seguida vem o querosene de aviação com a segunda maior colocação entre os produtos mais importados, este, porém, ao contrário do primeiro, ganha participação de um ano para outro, passando de 4,81% para 12%.

Merece destaque para o produto outras gasolinas que, em 2000, apresentou uma participação insignificante de 0,24% e em 2010 alcançou o terceiro lugar com um percentual de 6% e, dessa forma, obteve uma variação bem significativa na ordem de 19975,5%. Os demais produtos apresentaram uma participação um pouco acima de 1%, o que nos leva a concluir, como era de se esperar, que os principais produtos importados pelo Maranhão se concentram em produtos de combustível.

Tais produtos (gásóleo, querosenes de aviação e outras gasolinas) são altamente sensíveis ao crescimento da renda interna. Como o Brasil cresceu e o Maranhão também, explica-se o elevado crescimento das importações.

4.2.4 Origem das Importações

A tabela nº 12 mostra o retrato das principais origens das importações do estado do Maranhão. Sendo assim, em 2010, o principal país que vendeu para o Maranhão foi os Estados Unidos, pois 36,6% das importações tiveram origem deste país. Percentual este que aumentou significativamente durante toda a década, o qual se apresentava com menos de 10% de participação no início do período analisado.

Tabela nº 12: Peso das Importações Maranhenses Segundo a Origem (2000-2010)

Países de Origem	DS _M (%)										
	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
ESTADOS UNIDOS	36,65	14,47	18,30	11,78	17,57	16,92	10,12	7,88	6,61	9,87	9,97
INDIA	17,38	21,57	24,07	22,68	28,40	41,19	10,45	30,68	20,29	17,12	1,42
COREIA DO SUL	10,14	10,08	3,04	0,00	2,99	0,00	0,00	0,10	0,02	13,78	3,98
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	5,26	2,35	3,67	6,70	2,82	0,20	3,52	8,24	4,31	0,24	0,29
CINGAPURA	3,20	1,72	0,00	0,00	4,65	5,49	0,00	5,19	2,70	0,00	0,00
REINO UNIDO	2,73	6,10	2,02	2,67	0,01	0,18	0,06	0,07	0,14	0,01	0,07
TAIWAN (FORMOSA)	2,62	7,58	4,99	0,00	2,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JAPAO	2,49	3,71	0,42	0,27	2,05	0,18	0,23	0,45	0,12	0,12	0,06
ISRAEL	1,90	3,13	3,59	2,37	1,96	2,66	3,72	2,41	1,69	1,13	2,26
AUSTRIA	1,68	0,77	0,13	2,36	0,44	0,07	0,03	0,08	0,31	0,40	0,16
RUSSIA	1,30	0,64	19,23	6,40	0,30	0,22	0,26	0,22	3,24	1,27	2,42
CHINA	1,06	1,24	1,16	0,97	0,83	0,66	2,01	0,61	0,38	0,20	0,14
ALEMANHA	1,05	0,72	0,25	2,12	0,26	0,31	0,71	0,55	1,88	2,38	1,94
VENEZUELA	0,23	0,13	0,00	0,83	7,11	0,01	1,78	8,18	19,95	8,68	27,80
BELGICA	0,18	0,61	1,43	0,62	5,09	0,63	0,77	2,34	4,29	0,01	0,07
ARABIA SAUDITA	0,01	0,00	0,00	0,00	1,53	3,58	34,52	16,30	9,02	6,16	13,74
ARUBA	0,00	5,92	7,12	10,84	6,22	7,42	4,91	0,00	0,16	1,42	0,83
CAYMAN, ILHAS	0,00	0,00	0,56	4,79	0,00	0,00	3,85	0,00	0,00	0,17	0,15
EMIRADOS ARABES UNIDOS	0,00	0,85	2,97	2,42	5,90	2,33	5,41	0,00	7,91	5,18	0,00
LETONIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,13	0,00	4,13	18,64	13,49

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Aliceweb/MDIC

Em segundo lugar encontra-se a Índia, com um percentual de 17,4% de participação. Quanto sua trajetória ao longo da década, cabe destacar que em 2000 apenas 1,4% das importações adivinham deste país, em 2005 houve um aumento significativo passando para 41% e voltando a cair no último ano de análise.

Ressalta-se que a Arábia Saudita e Venezuela já foram as principais origens das compras maranhenses, porém em 2010 apresentaram uma participação ínfima.

Ou seja, também para as importações é possível observar uma permanência dos produtos e uma certa oscilação de países.

4.3 Identificação da Competitividade dos Setores do Comércio Exterior do Maranhão

Na seqüência são analisados alguns indicadores selecionados de resultados do setor externo da economia maranhense com o propósito de identificar a competitividade de seus setores exportadores, permitindo que se possa fazer uma caracterização mais profunda de toda a estrutura de seu comércio externo. Ressalta-se que, para todos os indicadores analisados, o ano de 2010 será referência para classificar os setores pelo seu grau de importância ou relevância, e, assim, os demais anos da década apresentados servirão para visualizar sua trajetória e então poder fazer uma análise comparativa com os anos anteriores.

Nesse sentido, a tabela nº 13 revela os 10 principais setores exportadores do Maranhão para o período de 2000 a 2010. No início do período analisado a distribuição setorial das exportações maranhenses (DS_x) concentravam-se em quatro desses setores, os quais juntos perfizeram uma participação de mais de 99%. Enquanto em 2010, cinco setores passaram a ser responsáveis por 96,5% das exportações maranhenses, permanecendo assim, a concentração já existente na pauta, apesar do acréscimo na participação de mais um setor.

Portanto, os setores de destaque que compõem as exportações do Estado em 2010 foram: (26) *Minérios, escórias e cinzas*; (28) *produtos químicos inorgânicos*; (12) *sementes e frutos oleaginosos, grãos e etc*; (76) *alumínio e suas obras* e (72) *ferro fundido, ferro e aço*.

Tabela nº 13: Participação dos Setores Econômicos nas Exportações Maranhenses (2000-2010)

Capítulos NCM	DSx (em %)										
	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
26 Minérios, escórias e cinzas	50,37	7,46	23,38	19,76	14,70	22,09	19,03	7,18	0,20	0,00	0,00
28 Produtos químicos inorgânicos; etc	14,46	9,92	6,40	7,08	8,91	8,54	7,52	9,73	9,45	10,55	8,01
12 Sementes e frutos oleaginosos; grãos, etc.	14,09	30,77	14,98	10,81	13,50	14,78	15,38	17,13	13,11	13,77	11,79
76 Alumínio e suas obras	9,46	21,12	23,41	32,28	34,17	22,45	28,46	41,16	50,01	48,13	60,10
72 Ferro fundido, ferro e aço	8,16	24,86	28,93	26,35	26,35	29,00	26,88	21,15	23,70	24,47	17,20
27 Combustíveis minerais, óleos Minerais e etc	0,83	0,00	0,00	0,00	0,11	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52 Algodão	0,58	1,35	0,33	0,22	0,17	0,11	0,16	0,08	0,00	0,00	0,00
29 Produtos químicos orgânicos	0,30	0,11	0,18	0,42	0,39	0,50	0,54	0,84	0,99	1,10	1,63
02 Carnes e miudezas, comestíveis	0,19	0,42	0,13	0,00	0,00	0,00	0,02	0,05	0,01	0,04	0,05
44 Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	0,00	0,08	0,34	0,55	0,65	0,80	1,03	1,69	1,33	1,07	0,55
Total	98,43	96,08	98,07	97,48	98,95	98,44	99,01	99,02	98,80	99,12	99,32

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Aliceweb

Na tabela nº 13 verifica-se que no último ano de análise (2010) o setor *minérios, escórias e cinzas* se destaca por apresentar uma participação de 50,4% representando, desta forma, o setor mais importante para esse ano. O fato curioso para este setor está na sua trajetória ao longo do período analisado. Observa-se, pois, o forte aumento de participação em relação ao ano anterior (com uma participação de 7,5% em 2009). Esse baixo percentual das exportações comercializadas deste setor, neste ano, reflete os efeitos da crise internacional ocorrida a partir do final de 2008 e acentuada no ano seguinte. Outro fato curioso é o de que, no início da década, os produtos deste setor não eram nem comercializados.

Apresentando em 2010 quase que o dobro de participação em relação a 2000 o setor *produtos químicos inorgânicos* é o segundo setor mais importante dentro das exportações maranhenses com um percentual de 14,5%, em 2010 contra 8,0% em 2000.

Sementes e frutos oleaginosos é o terceiro setor com maior destaque e apresentou um percentual bem próximo do setor anterior de 14%. O fato relevante apresentado por este setor é sua queda de participação em relação ao ano anterior, pois ele era responsável por quase 31% das exportações maranhenses naquele ano. Cabe ressaltar ainda que, no início da década, também foi o terceiro setor de mais relevância com uma participação de 11,8%.

Alumínio com uma participação de 9,5% em 2010 se apresenta como quarto setor mais importante. Vale ressaltar que na trajetória apresentada por este setor, verifica-se uma queda de participação em comparação com o ano de 2000 quando ele era responsável por mais da metade de tudo que era exportado pelo estado (60%), sendo, portanto, o principal setor que compunha as exportações maranhenses naquele ano.

O setor *ferro fundido, ferro e aço* apresentou em 2010 uma participação de 8,2% e também apresentou queda ao longo do período de análise. Já chegou a alcançar 29% de participação no ano de 2005 e 2008. Em 2000 era o segundo setor mais importante com 17% de participação e, em média, ao longo de sua trajetória conquistou uma participação de 20% durante todo o período, passando a perder ganhos a partir de 2009 com a crise econômica ocorrida nesse período e apresentando, dessa forma, como o quinto setor mais importante nas exportações do estado.

Os demais setores apresentados tem uma importância ínfima, porém necessário para constar na tabela, pois revela a concentração da pauta de exportações do Maranhão em cinco setores econômicos.

Já no tocante às importações, estas, por sua vez, como mostra a tabela nº 14, concentra-se principalmente no setor *combustíveis minerais* que ao longo da década estudada dominou as importações maranhenses com uma média de mais de 80% de tudo o que o estado adquire do resto do mundo.

Tabela nº 14: Participação dos Setores Econômicos nas Importações Maranhenses (2000-2010)

Capítulos NCM	DSM (%)										
	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
27 Combustíveis minerais, etc	85,51	69,05	84,29	84,45	85,59	85,10	82,88	84,92	84,62	84,94	83,41
31 Adubos ou fertilizantes	4,01	6,21	6,21	5,00	3,41	5,03	7,29	5,46	2,85	3,02	4,59
10 Cereais	2,25	2,30	0,82	0,69	0,63	0,77	1,68	1,78	1,21	1,17	2,49
84 Reatores nucleares, caldeiras, etc	1,90	3,99	1,25	2,71	0,74	1,17	0,71	1,24	2,60	2,56	1,73
73 Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1,67	3,14	0,93	0,77	0,85	0,73	0,53	1,09	0,81	3,60	1,40
28 Produtos químicos inorgânicos; etc	1,57	3,16	2,57	2,27	2,96	3,30	2,95	2,23	1,41	1,96	1,69
86 Veículos e material para vias férreas etc	1,23	2,94	2,17	1,93	3,48	1,20	1,07	0,18	0,57	0,10	0,45
72 Ferro fundido, ferro e aço	0,39	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01
85 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e etc.	0,33	6,83	0,42	0,55	0,54	0,33	0,28	0,78	4,16	0,52	0,73
25 Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	0,24	0,23	0,21	0,18	0,10	0,23	0,32	0,17	0,09	0,07	0,39
11 Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e etc	0,17	0,44	0,20	0,44	0,38	0,54	0,74	0,74	0,65	0,51	0,94

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Aliceweb

Cabe destacar ainda, que apesar de apresentar um percentual bem inferior ao primeiro, *adubos ou fertilizantes* é o segundo setor mais importante que compõem as importações maranhenses, permanecendo em 2010 com uma participação de 4% quando comparado ao início da década. No entanto, este setor já foi mais representativo chegando a apresentar 7,3% de participação em 2004.

Cereais é o terceiro setor mais importante e atingiu em 2010 2,2% de participação. Os demais setores apresentados, embora apresentem pouco importância são destacados na tabela para que se visualize a estrutura como um todo das importações maranhenses.

Portanto, visualiza-se que durante toda a década o comportamento das importações foi estável, o que se verifica que em 2010 manteve-se o mesmo desempenho em comparação a 2000, ou seja, a conjuntura para essa variável permanece a mesma do início do período em análise.

Como o indicador de vantagens comparativas reveladas corresponde um índice de normalização da taxa de cobertura, verifica-se que os resultados obtidos a partir do seu cálculo revelam os principais setores que apresentam uma vantagem comparativa em relação a média do Maranhão, conforme mostra a tabela nº15.

Observa-se que os setores que se revelaram, portanto, com uma vantagem comparativa em relação a média da economia do estado, em 2010, foram: *alumínios e*

suas obras; produtos químicos orgânicos; madeira, carvão vegetal e etc; ferro fundido, ferro e aço e produtos químicos inorgânicos conforme revela a tabela nº 15.

Dessa forma, todos estes setores traduzem uma taxa de cobertura setorial superior à taxa de cobertura do estado. Cabe destacar que o setor *materias albuminóides* em 2010 não apresentou vantagem comparativa, porém em 2009 o mesmo apresentava uma certa vantagem competitiva em relação média da economia maranhense.

Tabela nº 15: Vantagem Comparativa Revelada (2000-2010)

Capítulos NCM	VCR _{MA}										
	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
76 Alumínio e suas obras	189,04	851,65	501,88	494,28	314,47	108,28	166,48	1921,68	0,00	0,00	3111,03
29 Produtos químicos orgânicos	90,67	72,71	77,31	319,76	465,41	0,00	5066,69	126,53	7709,04	66,60	3264,81
44 Madeira, carvão vegetal e etc.	29,29	0,38	12,58	185,96	121,29	78,71	32,04	46,93	330,12	37,83	88333,61
72 Ferro fundido, ferro e aço	21,05	178,80	53983,90	7424,87	471277,81	124884,51	53527,30	22258,57	2818,11	4154,55	3029,90
28 Produtos químicos inorgânicos; e etc.	9,22	3,14	2,49	3,12	3,01	2,59	2,55	4,37	6,69	5,38	4,73
35 Materias albuminóides; e etc	0,57	12,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Aliceweb

Os setores que se revelaram com vantagens comparativas que estão apresentados na tabela nº 15 também confirmam e complementam o resultado apresentado na tabela de participação dos setores nas exportações do Maranhão. Sendo assim, observa-se que em 2010 em comparação ao ano de 2000 os mesmos setores que apresentaram queda na participação da pauta de exportações também perderam vantagem comparativa em relação a média do estado no ano inicial, mas continuaram competitivos.

Com os resultados alcançados a partir do cálculo do coeficiente de especialização (CSR_{xi}), mostrados na tabela nº 16, é possível verificar o processo de especialização setorial do Maranhão. Sendo assim, observa-se que *penas e penugem preparadas e suas obras* foi o setor que apresentou maior especialização relativa tanto no último ano como em todo o período de análise, alcançando um percentual na ordem de 10,8%. Desse modo, isto significa que o estado apresenta maior especialização relativa neste setor do que o Brasil. No entanto, houve uma perda significativa deste setor quanto ao seu grau de especialização, pois em 2000 apresentava um percentual de 22,25%, demonstrando uma tendência do índice de especialização decrescente.

Café, chá, mate e especiarias foi o segundo setor em que o Maranhão se destacou quanto ao coeficiente de especialização em 2010 com um percentual de 10,7%, este, ao contrário do primeiro, aumentou o seu grau de especialização em comparação ao início da década, apresentando-se, dessa maneira, com uma tendência crescente de

especialização. E, em terceiro, o setor *produtos hortícolas*, que mesmo apresentando um percentual de 3,3%, obteve um forte aumento de especialização quando comparado ao ano de 2000.

Tabela 16: Coeficiente de Especialização Relativa das Exportações, Segundo os Setores (2000-2010)

Capítulos NCM	CSR _{XiMA}										
	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
67 Penas e penugem preparadas, e suas obras	10,82	19,15	16,72	17,20	16,89	13,73	14,72	20,05	23,92	24,05	22,25
09 Café, chá, mate e especiarias	10,69	7,31	4,83	5,52	7,17	8,81	7,82	9,91	11,34	11,62	7,58
07 Produtos hortícolas, etc.	3,30	0,79	2,47	2,64	2,08	3,26	3,51	1,44	0,04	0,00	0,00
15 Gorduras e óleos animais ou vegetais; etc.	2,54	4,07	2,67	2,55	3,23	3,23	2,72	2,89	2,58	2,91	2,94
63 Outros artefatos têxteis	1,96	5,66	4,46	4,44	4,13	4,02	3,87	3,29	4,14	5,01	2,76
40 Borracha e suas obras	1,17	2,44	0,67	0,43	0,35	0,17	0,21	0,11	0,00	0,00	0,00
62 Vestuário e seus acessórios	0,48	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72 Ferro fundido, ferro e aço	0,29	0,87	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Cereais	0,19	0,07	0,12	0,25	0,25	0,31	0,34	0,47	0,54	0,71	0,76
24 Fumo (tabaco)	0,17	0,01	0,04	0,15	0,17	0,05	0,03	0,06	0,21	0,06	0,14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Aliceweb

Apesar de um pouco menos que os setores anteriores o Maranhão também se destacou na especialização dos seguintes setores: *gorduras e óleos animais ou vegetais; outros artefatos têxteis e borracha e suas obras* com percentuais de 2,5%, 1,9% e 1,2%, respectivamente, (tabela nº 16).

Já no tocante ao coeficiente de especialização das importações, o qual o resultado é mostrado na tabela nº 17 destacam os seguintes setores: *leite e laticínios, gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais e preparações a base de cereais*. Destaca-se o crescimento, em termos de grau de especialização, do setor de leite e laticínios que obteve uma trajetória ascendente no período analisado

Tabela nº 17: Coeficiente de Especialização Relativa das Importações Maranhenses, segundo os setores (2000-2010)

Capítulos NCM	CSR _{MiMA}										
	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
04 Leite e laticínios; Ovos de aves; etc	44,72	32,29	62,96	59,05	45,76	45,52	54,25	34,28	15,57	25,80	12,30
13 Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	3,18	4,51	1,80	1,47	1,25	1,00	0,73	1,25	0,90	4,29	1,64
19 Preparações à base de cereais,	2,76	5,29	6,40	5,37	2,86	2,55	2,24	1,33	1,24	2,75	2,13
12 Sementes e frutos oleaginosos;	1,91	3,33	1,47	3,04	0,90	0,67	0,35	0,22	0,55	0,78	0,53
24 Fumo (tabaco)	0,59	0,43	0,73	0,52	0,31	0,77	1,03	0,33	0,18	0,16	1,19
11 Produtos da indústria de moagem;	0,57	0,38	0,17	0,17	0,22	0,26	0,47	0,47	0,29	0,28	0,66
20 Preparações de produtos hortícolas	0,47	1,16	1,14	0,96	1,72	0,59	0,74	0,11	0,27	0,05	0,20
10 Cereais	0,35	0,45	0,45	0,33	0,24	0,42	0,44	0,18	0,13	0,15	0,21
21 Preparações alimentícias diversas	0,24	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22 Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	0,12	2,53	0,23	0,22	0,20	0,14	0,11	0,30	1,56	0,15	0,27
45 Cortiça e suas obras	0,10	0,00	0,01	0,00	0,01	0,04	0,03	0,03	0,01	0,02	0,09
46 Obras de espartaria ou de cestaria	0,07	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25 Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	0,04	0,12	0,02	0,13	0,12	0,14	0,15	0,15	0,18	0,17	0,25
26 Minérios, escórias e cinzas	0,02	0,01	0,02	0,02	0,01	0,03	0,01	0,02	0,07	0,08	0,05

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Aliceweb

O indicador, apresentado na tabela nº18, constitui-se na taxa de cobertura das importações em nível de detalhamento dos setores. Revela, portanto, os setores que apresentam vantagem comparativa sob essa ótica em relação ao país. Desse modo, observa-se que os setores: *produtos químicos orgânicos; alumínio e suas obras, ferro fundido, ferro e aço; produtos químicos inorgânicos e madeira, carvão vegetal*, a taxa de cobertura das importações do estado do Maranhão nestes setores são superiores quando comparadas ao do Brasil para esses mesmos setores e que, portanto, o estado maranhense possui vantagens comparativas nos referidos setores em relação ao país.

Tabela nº 18: Taxa de cobertura das importações, segundo os setores - (2000-2010)

Capítulos NCM	TCM _{IMA}										
	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
29 Produtos químicos orgânicos	184,49	127,19	158,84	708,83	1047,63	0,00	22390,56	336,54	15564,17	161,67	14173,26
76 Alumínio e suas obras	93,53	198,39	121,27	133,53	66,85	34,18	60,26	493,67	-	-	1227,71
72 Ferro fundido, ferro e aço	9,06	36,07	9653,61	1307,44	73730,95	16118,87	7122,78	1981,75	201,22	449,66	641,58
28 Produtos químicos inorgânicos;	4,63	1,56	1,66	2,00	2,04	2,99	3,75	4,73	6,32	4,33	7,19
44 Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1,56	0,02	0,54	6,89	4,19	2,67	1,36	1,47	6,28	0,90	6515,09
35 Materias albuminóides;	0,44	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27 Combustíveis minerais, etc	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90 Instrumentos e aparelhos de óptica, etc	0,01	0,00	0,03	0,01	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Aliceweb

Portanto, o Maranhão a partir dos resultados obtidos com o cálculo da taxa de cobertura das importações (TCM_{MA}) mostrados na tabela nº 18 vem se destacando como um estado que apresenta uma posição comercial forte nesses setores maior que a do Brasil. Ou seja, vem se revelando como um estado com competitividade comercial relevante para sua economia nesses setores de destaque que foram apresentados, apesar que no início da década o Maranhão se mostrou bem mais competitivo nesses setores do que em 2010, mas que de qualquer forma essa competitividade permanece.

No entanto, o Maranhão apresenta grandes desafios para aumentar sua competitividade comercial, os quais destacam-se:

- i) Diversificar a pauta;
- ii) Utilizar-se da presença de grandes empreendimentos exportadores para obter maior grau de desenvolvimento;
- iii) Aumentar a produtividade da economia.

4.4 A Realidade do Maranhão

Viu-se que existem vários modelos e/ou teorias sobre o comércio internacional, porém não se pode concluir que uma é melhor do que a outra. Cada uma dessas teorias é específica para cada tipo de comércio e, portanto, cada uma se enquadra a uma determinada economia no que se refere a seu comércio exterior. No entanto, tudo indica que para o caso do estado do Maranhão a que mais se aproxima da realidade é o modelo Neoclássico, tendo em vista a forte presença de recursos naturais na pauta de exportações do estado.

O Maranhão é provido de uma extensão territorial imensa, com uma população de 6.574.789 habitantes¹³, distribuídos em 217 municípios, o que faz dele o 10º estado brasileiro mais populoso. Ocupa uma área total 331.983,293 km², sendo, portanto, o segundo maior estado do Nordeste em extensão territorial, o que equivale a aproximadamente 4 % de todo território brasileiro. Localiza-se em um dos pontos mais próximos dos mercados norte-americano e europeu. Um estado de grandes potencialidades que, decorrem principalmente da abundância e diversidade dos seus recursos naturais, como por exemplo, abundancia de terras férteis e de água.

Esta caracterização nesses aspectos, portanto, favorece o comércio exterior no estado e vimos, por sua vez, que o setor externo do Maranhão apesar de apresentar uma trajetória de crescimento ao longo da última década, caracteriza-se por apresentar em seus produtos exportáveis baixo valor agregado e por concentrar suas exportações, principalmente, nos complexos de ferro, alumínio e soja em grãos, o que correspondeu a 96,5% do total dos produtos destinados ao exterior para o ano de 2010.

É com base nessas características que se sugere que o comércio internacional do Maranhão se enquadra ao modelo Neoclássico. Pois, de acordo, com esse modelo sobre o padrão de comércio entre duas economias, cada país irá exportar os bens intensivos de fatores abundantes, portanto, cada país se especializa e exporta o bem que requer utilização mais intensiva de seu fator de produção mais abundante, que pode ser abundancia em mão de obra, em recursos naturais, em capital etc. No caso maranhense, o fator abundante são os recursos naturais, ou seja, ele possui vantagem comparativa por causa de suas características o que viabiliza o comércio de commodities que, como visto anteriormente, representa a maior parte de tudo que o maranhão exporta.

¹³ Dado para 2010 do Censo Demográfico do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Portanto, se verifica que, de acordo com Kindleberger (1974):

As diferenças de disponibilidade de fatores explicam por que grande parte do comércio total seja representado pelo intercâmbio econômico entre as zonas temperadas e os trópicos, entre comunidades industriais de grande densidade de população e países agrícolas pouco povoados da zona temperada, sem mencionar as comunidades mineiras e outros países com recursos especializados. Mas o comércio também pode florescer entre países com disponibilidades de fatores semelhantes, em especial nas zonas industrializadas, devido às diferenças de custos comparativos produzidas pelos rendimentos historicamente crescentes. (KINDLEBERGER, 1974, p.46)

A partir do que já foi colocado podemos concluir que o comércio exterior tem papel importante no desenvolvimento econômico de uma nação e até mesmo social¹⁴, isso se reflete, portanto, em um melhor padrão de vida de toda a população, e não simplesmente ao crescimento das indústrias de forma desatrelada aos fenômenos sociais. Pois verifica-se à medida que o Comércio Internacional se expande, este por sua vez, gera riqueza e, conseqüentemente, uma riqueza maior gera uma renda per capita da população maior. Portanto, o avanço das transações comerciais caminha com o desenvolvimento econômico das nações, pois um país ao desenvolver técnicas produtivas e aperfeiçoar suas vendas torna-se mais competitivo, e conseqüentemente, arrecada mais renda à economia do país.

Dessa maneira, o desempenho do Maranhão no comércio internacional implica num maior crescimento econômico e melhor padrão de vida da população que aumenta seu poder de compra. A aferição do valor nacional da renda per capita é o critério convencional mais adequado para se verificar tal crescimento, ou seja, o PIB per capita, que dá condições para se comparar com outros estados.

Nesse aspecto os investimentos exportadores foram importantes para a economia do estado, porém os efeitos multiplicadores foram modestos devido a outros elementos que deveriam ter sido disponibilizados no contexto local. Ou seja, o estado não dispõe de infraestrutura: econômica, social e institucional capaz de absorver os grandes investimentos e fazer com que esses se propaguem em todo o estado promovendo assim o desenvolvimento econômico.

¹⁴ Não é objetivo deste trabalho tratar de questões sociais ocasionadas pelo comércio exterior, nos limitaremos a tão somente analisar o seu papel para o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, os dados estatísticos sobre o cenário socioeconômico em que vive o Maranhão nos últimos anos comprova que o estado não possui ainda as infraestruturas necessárias para que os efeitos positivos dos grandes investimentos exportadores se expandam. Uma caracterização é exposta na sequência objetivando um breve diagnóstico para retratar a realidade do estado nesses aspectos.

Infraestrutura Social

No que diz respeito à infraestrutura social: a educação, a saúde e o saneamento se configuram nos principais vetores. Nesse aspecto, o Maranhão possui uma carência enorme e não é a toa que se apresenta como um dos estados da federação com os piores indicadores socioeconômicos.

O Maranhão é um dos estados brasileiros com maior desigualdade social. No interior do estado a situação é ainda pior e seus indicadores socioeconômicos municipais também refletem essas desigualdades. E dentre os principais indicadores que representam esse cenário desfavorável está o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano mede o grau de desenvolvimento econômico e social da população, e possui três dimensões: Saúde, Educação e Renda. Em 1970 o IDH do Maranhão era o 4º pior do Brasil, em 1980 caiu para o 3º pior do Brasil, nos anos de 1991 e 2000 esse índice passou a ser o pior do país e em 2008 foi 2º pior do país. E entre os dez municípios com os piores IDH do Brasil, quatro municípios são do estado do Maranhão.

A população do Maranhão ocupa a 10ª posição no ranking dos estados, apresentando um contingente populacional residente de 6.574.789 habitantes em 2010. Cabe ressaltar que o estado possuiu a maior população do país que mora na zona rural, com um percentual de 36,92%, enquanto o Brasil 15,64% e Nordeste 26,87%. Outra informação importante é que a população do Maranhão é uma população jovem.

Quanto ao percentual de analfabetos, este se situa acima da média do Brasil (9,02%) com um percentual de 19,31% para o ano de 2010. Observamos o mesmo com o percentual de eleitores analfabetos, o Brasil apresenta um percentual de 5,79% e o Maranhão 14,56%.

A taxa de evasão nas escolas maranhenses do ensino fundamental situa-se acima da média nacional (6,9%) e das regiões do Norte (8,4%) e Nordeste (8,9%), apresentando um percentual de 9,2% no ano de 2005. Para as escolas de ensino médio, neste mesmo ano, a taxa de evasão do estado foi de 10,1% frente 10% do Brasil, 11,2% do Norte e 9,5% do Nordeste.

Tabela nº 19 - Indicadores de infraestrutura social

Abrangência Geográfica	% População na zona rural (2010)	Taxa de analfabetos (2010)	% Eleitores analfabetos (2010)	Taxa de evasão (2005)		Taxa de distorção idade-série rede pública (2010)		Taxa de abandono rede pública (2011)		% Crianças < 2 anos desnutridas (2011)
				Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio	
Maranhão	36,92	19,31	14,56	9,2	10,1	33,1	69,2	3,9	18,6	2,21
Nordeste	26,87			8,9	9,5	35,4	60	4,7	16,6	1,79
Brasil	15,64	9,02	5,79	6,9	10	27	40	3,1	10	1,25

Fonte: INEP

Em 2010, a taxa de distorção idade-série do ensino fundamental da rede pública foi 33,1%, enquanto no Brasil a taxa foi 27%, no Nordeste 35,4% e no Norte 38,2%. E para o ensino médio da rede pública a taxa foi 69,2%, bem acima das taxas do Brasil (40%), Nordeste (60,3%) e Norte (49,3%).

Quanto à taxa de abandono em 2011, no ensino fundamental da rede pública o Brasil, a região Nordeste e a região Norte apresentavam taxas de 3,1%, 4,7% e 5,1%, respectivamente; e o Maranhão apresentou taxa de 3,9%. No ensino médio da rede pública a taxa foi 18,6% no Maranhão, já para o Brasil foi 10,0%, para a região Nordeste 16,6% e a região Norte 11,4%.

Com relação à saúde, a taxa de mortalidade infantil no estado em 2008 foi 24%, enquanto Brasil, região Norte e região Nordeste apresentaram média de 17,6%, 23,1% e 21,7%, respectivamente. E a situação se agrava para taxa de mortalidade em menores de cinco anos, o Maranhão apresenta uma taxa de 28,6%, acima da média do Brasil (20,5%), Norte (27,4%) e Nordeste (25,2%).

O percentual de crianças menores de dois anos de idade desnutridas no Maranhão foi de 2,21% em 2011, enquanto neste mesmo ano o Brasil apresentava uma taxa de 1,25%, a região Nordeste 1,79% e a região Norte 1,21%.

Os indicadores sociais apresentados refletem a realidade do estado maranhense e, cabe ressaltar, que os diferentes anos para cada um dos indicadores refere-se ao último ano cujo dado é disponibilizado. A partir desses resultados fica constatado que a infraestrutura social do estado precisa ser melhorada, necessitando de políticas voltadas para essas áreas fundamentais a formação do indivíduo. As questões de educação, saúde

e saneamento afetam diretamente o capital humano, ou seja, a população. E o estado, portanto, não tem condições de absorver os grandes investimentos e fazer com que estes se propaguem não oferecendo as condições básicas de que o ser humano necessita.

Infraestrutura Econômica

Esse quesito é essencial para que o estado possa atrair grandes investimentos, sendo importante também para que esses se propaguem e se multipliquem provocando assim o crescimento econômico do estado que é indispensável para se alcançar o desenvolvimento econômico. Sendo assim, transporte, comunicação e energia são os principais serviços que devem ser oferecidos no tocante a infraestrutura econômica.

É nesse contexto que se pretende descrever a estrutura do estado nesse tocante com o objetivo de avaliar se o mesmo dispõe ou não de uma infraestrutura econômica adequada para atrair e absorver os grandes empreendimentos, bem como ter maior capacidade de propagação daqueles que já se instalaram.

O sistema de transporte do Maranhão é constituído pelas malhas rodoviárias, federal (3.428 km), estadual (7.232 km) e municipais (44.376 km), pelos portos marítimos, ferrovias e aeroportos.

A Malha Rodoviária Federal no Maranhão é constituída pela BR-135, que interliga a Capital do estado (São Luís) às demais capitais do Nordeste; pela BR-316, que faz a ligação com Belém do Pará; pela BR-222 que interliga a BR-316 à BR-010 (Belém/Brasília) em Açailândia e a BR-230. Complementam essa rede as rodovias estaduais que interligam as sedes municipais aos troncos federais e as estradas vicinais responsáveis pelo transporte inter e intra-municipal.

O Complexo Portuário do Itaqui constitui o principal sistema portuário de suporte ao transporte marítimo de cargas, veículos e passageiros. Composto pelas seguintes unidades portuárias: Terminal Portuário da Alumar; Terminal de Pesca Industrial de Porto Grande; Porto de Cargas Gerais e Passageiros do Itaqui; Terminal Graneleiro da Ponta da Espera; Terminal de Rebocadores da Ponta da Madeira; Terminal de Ferry-Boat da Ponta da Madeira.

O Sistema ferroviário é constituído pela Estrada de Ferro Carajás, que liga a Serra dos Carajás, no sudoeste do Pará, ao Porto de Itaqui; pela Companhia Ferroviária

do Nordeste (Antiga REFFESA/São Luís-Teresina) e pela Ferrovia Norte Sul, que liga o Maranhão aos estados de Tocantins e Goiás.

O transporte aéreo compreende o Aeroporto Internacional “Marechal Cunha Machado” em São Luís, o Aeroporto “Prefeito Renato Moreira”, em Imperatriz e o Aeroporto de Alcântara, do Ministério da Aeronáutica, que serve ao Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Quanto ao Porto do Itaqui, suas características físicas do Porto de Itaqui e de todo o seu complexo de unidades portuárias, bem como a sua distância em relação aos principais mercados consumidores da Europa e dos Estados Unidos, confere-lhe a categoria de um dos mais importantes portos marítimos brasileiros.

De acordo com as alterações realizadas no Plano Rodoviário Estadual o sistema de rodovias estaduais tem 10.578,08 km, sendo 2.339,04 km de estradas planejadas e 8.239,04 km implantadas. A extensão pavimentada até dezembro de 2012 foi de 5.229,58 km, representando uma pavimentação asfáltica de 63,47% da rede implantada. Verifica-se, pois um aumento, já que em 2008, as vias pavimentadas eram de apenas 3.202,80 km, ou seja, apenas 37,44%.

Considerando-se que hoje a rede federal no Maranhão tem 3.348,80 km de rodovias pavimentadas, de um total de 3.718,80 km, a rede rodoviária maranhense, portanto, tem 14.296,58 km no total. Logo, o total pavimentado no estado foi 8.578,38 km. Dessa forma, pode-se dizer que o Maranhão tem 60% de suas rodovias pavimentadas.

A tabela abaixo mostra, no entanto, que até 2003 a realidade sobre as estradas estaduais era bem pior, pois mais da metade (53%) não eram pavimentadas.

Tabela nº 20 - Rodovias Federais, Estaduais e Municipais - Maranhão - 1977, 2000 e 2003

Ano	Federal			Estadual			Estadual Transitória			Municipal		
	total km	Pavimentadas %	Não Pavimentadas %	total km	Pavimentadas %	Não Pavimentadas %	total km	Pavimentadas %	Não Pavimentadas %	total km	Pavimentadas	Não Pavimentadas
1977	3.317	71,54	28,46	4.808	38,33	61,67	194	1,55	98,45	44.376	-	44.376
2000	3.354	93,77	6,23	5.200	38,48	61,52	317	82,33	17,67	44.376	-	44.376
2003	3.428	95,01	4,99	7.232	46,99	53,01	283	89,40	10,60	44.376	-	44.376

Fonte: MT/DNIT

Em 2012 de um total de 10.578,08 km de rodovias estaduais, o estado ainda apresentou um percentual relevante de rodovias não pavimentadas (28,45%).

Tabela nº 21 - Situação da Rede Rodoviária Estadual do Maranhão - Dezembro de 2012

Rodoviais Estaduais				%			
Planejadas (A)	Não pavimentadas (B)	pavimentadas C	Total (D)	A/D	B/D	C/D	C/(D-A)
3.339,04	3.009,46	5.229,46	10.578,08	22,11	28,45	49,44	63,47

Fonte: SINFRA

No tocante ao setor portuário, o Maranhão desde 2009 vem apresentando uma movimentação do Porto do Itaqui, em toneladas, de crescimento a uma taxa média de 11%, como mostra a tabela nº 22. O principal desafio nesse sentido do porto é o atendimento eficiente desta demanda através do aumento da produtividade das operações e o aumento da capacidade. Para isso, já estão previstos investimentos para aumentar a capacidade do porto, inclusive, algumas obras já estão em andamento.

Tabela nº 22 -Cargas Movimentadas do Porto do Itaqui (toneladas)

Cargas Movimentadas (toneladas)			
2009	2010	2011	2012
11,5 milhões	12,6 milhões	14 milhões	15,7 milhões

Fonte: EMAP

Quanto à comunicação, dados para o ano de 2008, apontam que o estado possui ainda muita deficiência nesse serviço. Como mostra a tabela nº 23 não há uma adequada distribuição dos serviços entre os municípios do estado quando comparado ao Nordeste e ao Brasil.

Tabela nº 23 – Número de municípios com meios de comunicação existentes, por tipo – Brasil, Nordeste e Maranhão – 2006

Especificações	Total de municípios	Jornal impresso local	Revista impressa local	Rádio AM local	Rádio FM local	Rádio comunitária	TV comunitária	Geradora de TV	Provedor de internet
Brasil	5.564	2.049	426	1.178	1.908	2.704	128	533	2.538
Nordeste	1.793	392	81	272	576	1.059	32	109	646
Maranhão	217	34	8	35	81	159	10	55	81

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006.

Verifica-se, pois que apenas 15,66% dos municípios do Maranhão dispõem de jornal impresso local, enquanto no Nordeste esse percentual é de 21,86% e no Brasil de 36,83%. Quanto ao provedor de internet o estado possui 37,33% dos seus municípios com esse serviço, percentual esse um pouco maior que o Nordeste, com 36% dos municípios, porém bem menor do que o alcançado pelo país que foi de 45,62%. (tabela nº 23)

Na tabela nº 24 é mostrado a situação do Maranhão no que diz respeito a telefonia fixa para o ano de 2008 em comparação com a região nordestina e ao país. Verifica-se, por exemplo, que a teledensidade, ou seja, a relação de telefone por 100 habitantes no estado foi de 8, enquanto no nordeste foi de 11 e no brasil de 22.

Tabela nº 24 – Telefonia fixa – Brasil, Nordeste e Maranhão - 2008

Especificações	Brasil	Nordeste	Maranhão
Localidades atendidas	36.085	16.078	2.370
Telefones instalados	41.824.144	5.454.150	482.808
Telefones em serviço	34.706.544	4.422.243	397.954
Telefones públicos (Orelhões)	1.133.369	284.212	33.037
Teledensidade (telefone/100hab)	22	11	8
Telefones adaptados para deficientes motores	21.681	2.180	152
Telefones adaptados para deficientes auditivos	3.527	468	9

Fonte: ANATEL (Julho de 2008)

No tocante a energia elétrica, no geral, o consumo e o número de consumidores aumentou em todo o período mostrado nas tabelas nº 25 e 26, porém o fator curioso é que o consumo próprio apresentou queda nos últimos 3 anos, assim como o número de consumidores próprios reduziram nos últimos dois anos. Verifica-se também uma queda no número de consumidores industriais no último ano.

Tabela nº 25 – Consumo (MWH): residencial, industrial, comercial, rural e setor público – Maranhão – 1980-2007

ANO	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	P. PÚBLICO	I. PÚBLICA	SERV. PÚBLICOS	PRÓPRIO	TOTAL
2000	948.574	375.321	426.765	42.877	141.910	226.795	152.635	3.892	2.318.769
2001	940.423	375.526	421.204	49.770	133.330	209.843	160.523	3.923	2.294.542
2002	971.640	406.042	450.582	65.479	153.506	173.662	168.033	4.307	2.393.251
2003	1.022.784	419.878	482.682	80.134	167.872	164.238	177.915	5.376	2.520.878
2004	1.045.761	424.328	505.752	92.857	170.033	167.199	182.069	5.193	2.593.192
2005	1.127.170	441.741	552.358	108.038	188.401	179.728	190.321	5.001	2.792.759
2006	1.202.396	396.349	590.311	114.918	203.791	200.927	204.550	4.182	2.917.424
2007	1.353.022	463.058	633.679	134.831	217.737	214.594	201.896	4.409	3.223.226

Fonte: CEMAR

Tabela nº 26 – Número de Consumidores: residencial, industrial, comercial, rural e setor público – Maranhão – 1980-2007

ANO	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	P. PÚBLICO	I. PÚBLICA	SERV. PÚBLICOS	PRÓPRIO	TOTAL
2000	899.361	8.241	68.761	9.523	10.461	406	905	233	997.891
2001	916.385	8.523	74.827	21.427	11.222	394	968	250	1.033.996
2002	933.746	8.760	77.731	31.594	12.215	277	1.112	255	1.065.690
2003	972.662	8.873	82.564	37.577	12.938	273	1.209	265	1.116.361
2004	1.005.470	8.866	87.451	44.046	13.512	335	1.329	274	1.161.283
2005	1.080.495	9.262	94.176	54.119	14.310	423	1.336	278	1.254.399
2006	1.150.936	9.566	99.249	71.626	15.325	458	1.515	202	1.348.877
2007	1.258.850	9.366	103.866	47.116	16.284	462	1.755	133	1.437.832

Fonte: CEMAR

Nota: os valores referem-se ao mês de dezembro de cada ano

A geração de energia o qual se detém um insumo importante para suprir as necessidades de desenvolvimento do estado do Maranhão no passar dos anos vem aumentando sua capacidade.

O estado avançou consideravelmente nesse aspecto possibilitando um incremento na matriz energética. Apresenta, pois uma capacidade atual de produção de energia em torno de 1.654 MW. Entretanto, os investimentos em curso apontam para que até 2017 o estado atinja o patamar de 11.095 MW.

Tabela 27 – Energia elétrica: principais empreendimentos no Maranhão

Capacidade Atual de geração 1.654 MW	Novos Projetos		Potência (MW)	Status
	Demanda atual de energia elétrica /Patamar pesado = 2.021 MW/dia *	UHE Marabá		2.160
UHE Serra Quebrada			1.328	Ação Preparat.
UHE's Rio Parnaíba : Castelhana, Estreito do Parnaíba , Cachoeira, Ribeiro Gonçalves			296	Leilão A-5 de 2012
UHE Uruçui			135	s/previsão
UTE MPX Itaqui			360	Partida final 2012
UTE Parnaíba			3.722	Fase pre-Operacional
Parque Eólico Bioenergy			1.440	Aprox. 700 MW contrat.
		Energia Elétrica Futura = 9.441 MW		
		TOTAL FUTURO = 1.654 MW + 9.441 MW = 11.095 MW		

Fonte: Aneel; *Eletronorte

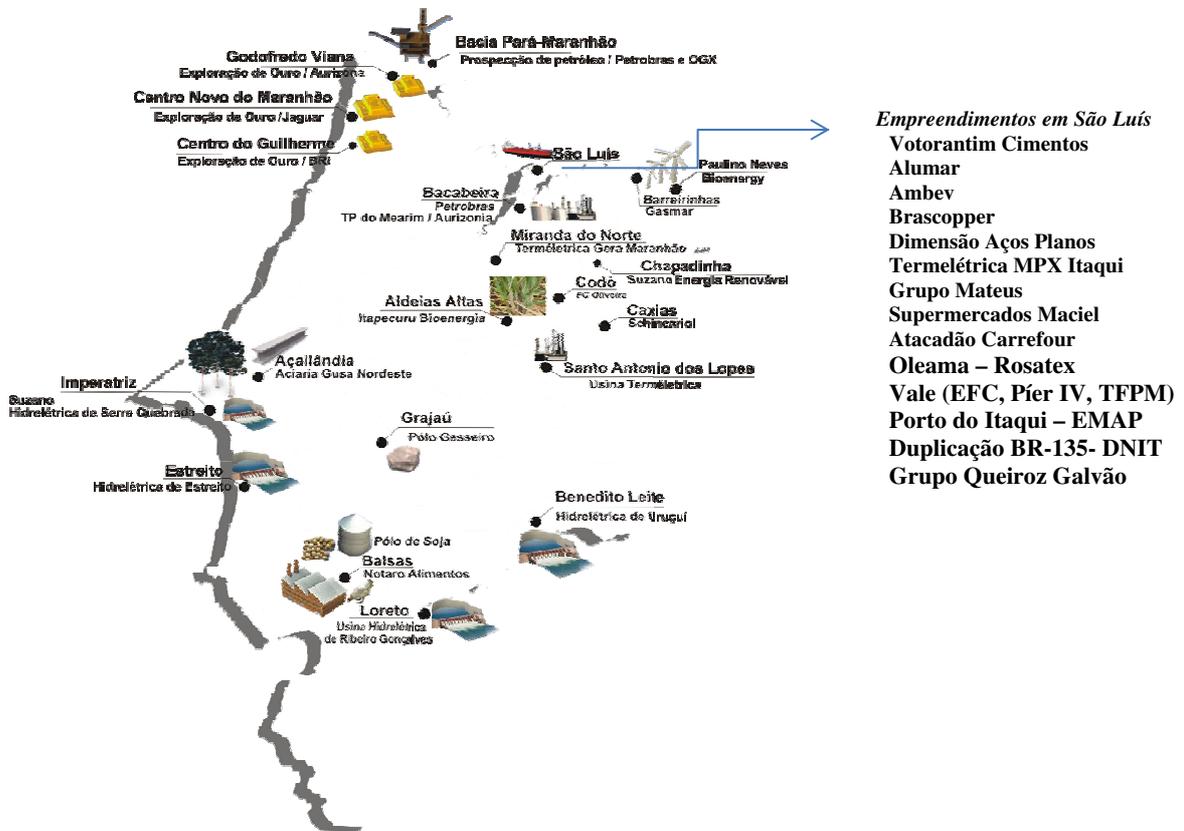
Ou seja, apesar da situação encontrada, algo parece estar sendo feito no sentido de reverter o quadro, mesmo que a intenção não seja exatamente esta. São os novos empreendimentos presentes no estado, tais como: para os setores de logística, petroquímica, geração e distribuição de energia, minero-metalúrgico, comércio e reflorestamento (papel e celulose) que irão dar maior dinamismo para a economia local. Ressalta-se, que o investimento de maior envergadura refere-se à instalação da Refinaria Premium I da Petrobrás. A figura 1 apresenta a distribuição dos grandes

empreendimentos nas regiões dinâmicas de desenvolvimento para o estado do Maranhão.

Figura 1 – Grandes investimentos: regiões dinâmicas de desenvolvimento



Figura 2 – Localização dos principais investimentos em São Luís



O estado tem que oferecer segurança e confiabilidade para atrair novos investimentos. É por isso que a infraestrutura institucional se configura como elemento importante nesse aspecto. Fatores como transparência, menos burocracia, segurança jurídica e etc, constituem-se de elementos indispensáveis para se fortalecer a infraestrutura institucional. E quanto a esses quesitos o Maranhão deixa muito a desejar principalmente quanto à questão da burocracia que torna os processos muito lentos.

Nesse aspecto, medidas devem ser implementadas para fortalecer esse eixo, e assim tentar resolver essa lacuna, tais como:

- i) Judiciário emitindo sinais claros sobre decisões;
- ii) Clareza na liberação de licenças ambientais;
- iii) Segurança pública bem distribuída pelo estado inteiro;
- iv) Órgãos como Junta Comercial, Receita Federal, Secretarias de Governo, etc. mais presentes nos municípios, etc.

No geral, após essa breve abordagem sobre os tipos de infraestrutura indispensáveis ao desenvolvimento econômico do estado, quais sejam: social, econômica e institucional; percebe-se que excluindo a capital do estado, São Luís, o Maranhão não oferece infraestrutura adequada para atender os investimentos e os que se mantêm no estado não propagam seus efeitos positivos para os demais municípios.

Portanto, o que trava o desenvolvimento do Maranhão é a falta da infraestrutura. Com ela, portanto, o setor privado aumenta a sua produtividade, atraindo, dessa forma capital e trabalho. Com o aumento da produtividade do setor privado, têm-se, de um lado, as pessoas investindo mais em si próprias, e, do outro lado, as empresas investindo mais em capital físico. Esses dois fatores, por sua vez, dinamizam a economia, aumentando, assim, a sua produtividade. Esses efeitos, portanto, geram crescimento econômico, que é condição necessária para o estado se desenvolver, e assim poderá ter uma economia mais diversificada e com efeitos multiplicadores mais intensos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou oferecer uma discussão das relações entre comércio exterior e desenvolvimento econômico, procurando evidenciar suas conexões, tendo como pressuposto que para o atingimento deste é necessário promover o crescimento. Para tanto, se traçou o perfil do setor externo da economia maranhense e se fez uso de um conjunto de indicadores sobre competitividade revelada destacando quais os setores mais dinâmicos no comércio exterior.

Nesse sentido, viu-se que a literatura econômica é muito rica quanto à formulação de teorias do comércio internacional. Conforme Santos (2008) destacou, desde o pensamento da Escola Clássica, com as teorias das vantagens absolutas e comparativas, de Smith e Ricardo, respectivamente, até ao tratamento mais recente, sob a forma matemática dos modelos econômicos, todas elas colocam a necessidade dos países realizarem transações econômicas internacionais, tendo em vista a série de benefícios proporcionados por tal mecanismo (aumento dos excedentes do consumidor e do produtor).

Conforme indicam as novas teorias do comércio internacional e de crescimento endógeno, esses ganhos de crescimento podem ser apoiados pela abertura e pela expansão comercial, pelas vias tanto da exportação como da importação.

Dessa maneira, as teorias em suas diversas formas procuram mostrar a importância do comércio internacional tanto para as economias locais quanto nacionais. Destacando, portanto, o papel tanto das exportações como das importações, de modo que estas são necessárias para o crescimento de um país na medida em que elevam o nível interno de emprego e renda, geração de poupança em moeda estrangeira, aumento da competitividade e do bem-estar da população, dentre outros.

As teorias do comércio e as evidências no assunto mostram que de fato pode haver correlação positiva entre comércio e desenvolvimento e mesmo certa causalidade do primeiro para o segundo, e vice-versa.

Entretanto, alguns estudos apontam que os efeitos da liberalização comercial sobre o crescimento podem ser temporários. Desse modo, a persistência dos ganhos de crescimento advindos do comércio em muito depende, de um lado, da sustentação da demanda externa, especialmente na forma de uma expansão do comércio mundial a taxas mais elevadas que as de crescimento da economia mundial, observadas nas últimas décadas.

Do outro lado, depende da capacidade de as economias acumularem capital humano, realizarem investimentos em pesquisa científica e tecnológica, lograrem inovações de processos e produtos industriais e, em última análise, obterem ganhos sustentados de produtividade. Os países que mais promovem sua capacitação nesses termos e que mais participam da expansão do comércio mundial são os maiores beneficiados dos ganhos de crescimento associados à globalização e à sua integração econômica internacional.

O comércio pode ser mais indutor de crescimento à medida que os seus padrões econômicos se tornam mais caracterizados pelo intercâmbio intraindustrial e, sobretudo, pelos processos de qualificação da mão de obra e de absorção e difusão tecnológica. Esses padrões econômicos são especialmente distintos dos padrões tradicionais interindustriais em que o comércio se faz por troca de fatores relativamente abundantes. Nessas condições, os ganhos do comércio em termos de crescimento podem tornar-se mais dinâmicos se houver uma maior especialização industrial, especialmente em bens de maior valor agregado. Tal especialização se conforma igualmente no acúmulo dinâmico dos fatores usados intensivamente nessa agregação de valor, como mão de obra qualificada, máquinas e equipamentos sofisticados, característicos de tecnologias crescentemente avançadas.

A partir desse contexto e com base na análise das teorias econômicas do comércio e do desenvolvimento procurou-se explorar as evidências internacionais e, dessa forma, procurou caracterizar o caso maranhense. Portanto, com base nas dimensões teórica e empírica observou-se que no caso do estado do Maranhão o modelo que mais se aproxima é o Neoclássico, tendo em vista a forte presença de recursos naturais na pauta de exportações do estado.

O comércio exterior do Maranhão apresenta, portanto, forte relevância, para a economia do país, principalmente para o Nordeste. Dessa forma, a participação das exportações do Maranhão nas exportações do Nordeste correspondeu a 18,4% em 2010 e a participação das importações a 21,8%, demonstrando assim, uma expressividade significativa dentro do comércio exterior nordestino.

Essa expressividade do setor externo do Maranhão é também observada na economia interna do estado, através do peso que tem no PIB. Assim, as exportações representaram, em 2010, 11,4% de participação no PIB estadual, enquanto as importações 14,8%, apresentando, dessa forma, um grau de abertura relativamente forte com uma participação de 26, 21%. Portanto, esses resultados nos leva a afirmar que

como, de um lado, verificou-se que o crescimento do PIB maranhense foi muito elevado (superior ao Brasil e Nordeste), de outro, a participação das exportações no PIB também cresceu (significando, portanto, um crescimento ainda maior das exportações) que o comércio internacional desempenha papel importante para a economia do estado¹⁵.

No período analisado, viu-se que a estrutura do setor externo da economia maranhense se constitui, pelo lado das exportações, com uma forte concentração dos produtos exportados, que basicamente se resumem, nos complexos de ferro, alumínio e soja, perfazendo, em 2010, 96,5% do valor exportado pelo estado. Verifica-se, portanto, que o Maranhão exporta produtos de pequeno valor agregado com um baixo grau de tecnologia incorporada. China, Japão e Estados Unidos são os principais países de destino das exportações.

Do lado das importações, observa-se que da mesma forma que as exportações, os produtos importados também estão concentrados. Mais de 80% são combustíveis, o gásóleo lidera com 65% do valor que é importado pelo estado, os outros de maior relevância são querosene de aviação e outras gasolinas. E quando se observa os países de origem dessas importações se destacam os Estados Unidos, Índia e Coréia do Sul, com participações, em 2010, de 36,6%, 17,4% e 10,14%, respectivamente. Pode-se, destacar ainda, o aumento de participação dos Estados Unidos, o declínio da Índia e a Coréia permaneceu estável em relação ao ano anterior.

Conclui-se, primeiramente, como os produtos importados são altamente sensíveis ao crescimento da renda interna e como o Brasil cresceu e o Maranhão também, explica-se o elevado crescimento das importações. E segundo, que não houve alteração significativa em termos de produtos exportados e importados, mas em termos de países de destino das exportações e de origem das importações ao longo da década houve mudanças importantes.

Sob a ótica da competitividade revelada dos setores exportadores da economia do Maranhão, verificou-se, como já era de se esperar, que os setores: alumínio e suas obras; produtos químicos orgânicos; madeira, carvão vegetal; ferro fundido, ferro e aço; e produtos químicos inorgânicos foram os setores que se mostraram com vantagem competitiva revelada. Dessa forma, verificou-se que o estado apresenta potencialidade

¹⁵ Esse crescimento das exportações maranhenses no PIB do estado é observado, principalmente, a partir de 2006, porém com um resultado atípico em 2009 por conta da crise internacional de 2008/2009.

de ganhos a partir daqueles setores em que foi demonstrada uma maior vantagem comparativa, proporcionando ao estado se manter competitivo em seu comércio exterior dentro do mercado internacional.

O Maranhão, em 2010, correspondeu o quarto maior PIB do Nordeste com um montante de R\$ 45.256 bilhões, representando, dessa forma, 8,2% do total do PIB nordestino. Apresentou um crescimento real acumulado ao longo da série 2002-2010 de 56%, o que revela um ritmo de crescimento da economia do estado maior do que o alcançado pelo Brasil e Nordeste, que apresentaram um crescimento, respectivamente, de 37,1% e 42,4%. De outro lado, constatou-se que o comércio exterior do Maranhão no período analisado, apesar das oscilações, também apresenta uma tendência ascendente.

Um ponto que merece destaque para todas as variáveis analisadas do setor externo é o fato de que todas apresentaram queda no ano de 2009, o que foi reflexo da crise econômica internacional, iniciada no segundo semestre de 2008 e intensificada no ano seguinte que implicou em profundos impactos, mas, no entanto, o Maranhão retomou o crescimento nos anos seguintes.

Não se pode falar em comércio exterior, sem citar a Lei Kandir. Com o argumento de incentivar as exportações e incrementar a produção nacional, a lei foi criada em 1996, com o objetivo principal de desonerar as exportações, configuradas, dessa forma, na não arrecadação de ICMS¹⁶. A implantação dessa lei causou perdas importantes na arrecadação de impostos, apesar de que o governo federal ficou comprometido em compensar tais perdas. Mas, por outro lado, objetivou aumentar a competitividade dos produtos exportados pelo Maranhão, possibilitando a manutenção e geração de empregos. Portanto, o estado perdeu com a não arrecadação do imposto, por ser uma de suas principais fontes de receita, o que causa impacto no seu desenvolvimento, mas por outro lado, procurou-se dinamizar a indústria exportadora, tornando-a mais competitiva frente ao cenário internacional.

A partir de toda essa abordagem nos remetemos a ideia sobre desenvolvimento econômico de Furtado, o qual ele destaca que se trata de um processo acentuadamente desigual, pois surge em uns pontos, propaga-se com menor ou maior facilidade a outros, toma vigor em determinados lugares, aborta noutros etc. Nem é, nem poderia ser um processo uniforme, pois a constelação de recursos e fatores que se apresenta em cada

¹⁶ Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

parte é obviamente diversa. Portanto, no caso do estado do Maranhão para se compreender o processo de desenvolvimento é indispensável formar inicialmente uma ideia sobre sua estrutura econômica e do tipo de universo econômico dentro do qual ele está inserido.

Nesse sentido, deve-se ressaltar que, por possuir algumas fragilidades estruturais na sua economia, o seu desempenho diante do setor externo não consegue também se desenvolver, no sentido de modernizar-se, embora possua um grande potencial. O que hoje é exportado são bens primários, sem nenhum valor agregado, sem nenhum grau de tecnologia incorporado. Pois a economia de subsistência permanece ainda uma característica muito forte na economia do Maranhão, o qual se configura em baixa produtividade e muitas pessoas trabalhando sem renda.

Desse modo, evidencia-se que o Maranhão não absorve maiores ganhos a partir de seu setor externo, pois o mesmo precisa aumentar o volume de comércio, que dessa forma aumentará os setores envolvidos, o que possibilitará uma maior propagação de efeitos multiplicadores para o restante da economia.

Porém para que esses efeitos multiplicadores aconteçam é necessário implementar no estado políticas voltadas para as grandes áreas destacada nesse trabalho, quais sejam: infraestrutura social, econômica e institucional. Possibilitando assim que efeitos positivos dos grandes projetos industriais exportadores se espalhem e que atraia maiores investimentos para o estado e que isso reflita em seu crescimento econômico, permitindo assim seu desenvolvimento.

Portanto, essa relação e essa articulação entre comércio exterior e desenvolvimento precisam ser encaradas como necessidade no campo do debate acadêmico e das ações concretas tomadas como projeto político de desenvolvimento do estado, de modo que os dois precisam caminhar juntos.

Percebe-se, assim, diante do que foi exposto a respeito das teorias sobre desenvolvimento, da caracterização da estrutura do setor externo da economia maranhense e depois de fazer alguns contrapontos, que de fato o comércio exterior tem uma importância fundamental para o desenvolvimento econômico. Portanto, dado a potencialidade que o estado possui na sua economia e, portanto, dentro do cenário externo e a sua tendência de crescimento, a expansão da sua capacidade produtora/exportadora deve objetivar a diversificação dos produtos e o aumento no valor agregado. Essas estratégias envolvem políticas efetivas de investimento e políticas industriais.

O estado, dessa forma, deve dotar, enfatiza-se mais uma vez, de infraestrutura (econômica, social e institucional) de modo a atrair novos empreendimentos produtivos, de forma a transformar o Maranhão num estado altamente competitivo e socialmente justo promovendo a dinamização da economia e o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais. Dessa forma, os benefícios de crescimento de sua inserção comercial dependem em grande parte de políticas estruturais, educacionais, tecnológicas, comerciais e industriais.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: www.bcb.gov.br.

BARROS, Alexandre Rands. Impactos do Mercosul no Nordeste Brasileiro. (in) **Comércio Internacional e o Mercosul: Impactos sobre o nordeste brasileiro**. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1998. p. 98-165.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Janeiro: Record, 2000, v.1.

BRASIL. Lei Complementar Nº. 87/96 de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 18261, 16 Set. 1996, Seção 1.

BRASIL. Lei Complementar Nº. 102/2000, de 11 de julho de 2000. Altera dispositivos da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, que "dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 Jul. 2000, Seção 1

CANO, Wilson. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. In: **Revista Tempo do Mundo**, v.2, n.2. Brasília: IPEA, ago. 2010.

CANUTO, O. **Brasil e Córrea do Sul: os (Des)Caminhos da Industrialização Tardia**. São Paulo: Nobel, 1994.

CASSANO, Francisco Américo. A Teoria Econômica e o Comércio Internacional. In: **Revista Pesquisa & Debate**. São Paulo, Volume 13, nº 1(21), p. 112-128, 2002.

CHEMIM, Vera Lúcia Abib; HILGEMBERG, Cleise M. A. Tupich. **Fundamentos Econômicos do Comércio Internacional: A questão agrícola e a inserção do Mercosul**. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 16 (1) 125-139, jun. 2008

DI SENA JÚNIOR. Roberto. Crescimento Econômico e Desigualdade à Luz do Comércio Internacional. In: **Comércio Internacional e Desenvolvimento: uma perspectiva brasileira**. São Paulo, Editora Saraiva. 2004.

DORNELLES, J.P. *et al.* O agronegócio gaúcho na perspectiva da vantagem competitiva revelada (1996-2006). **Revista Análise**. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 63-71, jan./jun. 2010

FEDER, Gerson. **On Exports and Economic Growth**. *Journal of Development Economics*. V. 12, No. 1-2, 1983.

FONTENELE, A.M; *et al.* Setores exportadores da região nordeste: uma análise sob a ótica da competitividade revelada. IN: Encontro Nacional de Economia, 26,1998, Vitória. **Anais...** Vitória: 1998. v.2. p. 1021-1040.

FONTENELE, Ana Maria de Carvalho; MELO, Maria Cristina Pereira de. Desempenho Externo Recente da Região Nordeste do Brasil. **Uma avaliação da competitividade e potencialidades de expansão dos setores exportadores estaduais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

FRIZZO, Miguel Angelo. **Os Efeitos na Lei Kandir na Arrecadação do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1998 a 2005**. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas. Universidade Caxias do Sul. 2006.

FURTADO, Celso. O Processo histórico do desenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. **A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas. Tendências recentes do comércio internacional: impactos sobre o Brasil e a Região Nordeste. (in) **Comércio Internacional e Mercosul: Impactos sobre o nordeste brasileiro**. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1998. p. 15-97.

_____ ; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. **O Comércio e a Inserção Competitiva no Nordeste no Exterior e no Brasil**. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

GOMES, Josiel de Marco. Economia de escala: uma revisão sobre as teorias tradicional e moderna dos custos e sua adequação ao mundo real. In: **Revista Análise Econômica**, Faculdade de Ciências Econômicas, RG, UFRGS , nº 17, ano 10, março de 1992.

GONÇALVES, Reinaldo et al. **A Nova Economia Internacional – Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

GUIMARÃES, Edson P. Evolução das teorias do comércio internacional. **In: Revista Estudos do Comércio Exterior - ECEX/IE/UFRJ**, vol. 1, nº 02 jan-jun 1997, disponível em <www.ufrj.br>. Acessado em 23 de abril de 2012.

_____. **Economia Política Internacional: Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

HELPMAN, E; KRUGMAN, P.R. **Market Structure and International Trade, Increasing Returns, Imperfect Competition and International Economy.** The MIT Press, 1985.

HOLANDA, Felipe de. **Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão: período 2002 a 2007.** São Luís, V.5, 2009. Disponível em: <<http://www.imesc.ma.gov.br>>.

_____. **Notas de Conjuntura Econômica do Maranhão.** IMESC, São Luís, maio-2011. Disponível em: <<http://www.imesc.ma.gov.br>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.com.br>>

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período 2004 a 2008.** São Luís, V.6, 2010. Disponível em: <<http://www.imesc.ma.gov.br>>.

KENEN, Peter. **Economia Internacional: Teoria e Política.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KINDLEBERGER, Charles P. **Economia Internacional.** Tradução de Luiz Aparecido Caruso. Ed. Mestre JOUR. São Paulo. 4ª Ed. 1967.

KRUEGER, Ann. **Trade Policy as an Input to Development.** *American Economic Review.* V. 70, No. 2, 1980. p.288-292.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política.** São Paulo: Makron Books, 2004.

KUME, H.; PIANI, G. **O ICMS sobre as Exportações Brasileiras: uma estimativa da Perda Fiscal e do Impacto Sobre as Vendas Externas.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Texto para discussão, 465.

LEMONS, José de Jesus Sousa; CAMPOS, José Ribamar Silva; FERNANDES, Rachel Torquato. **Transformações da Economia Maranhense em Oitenta Anos (1926 a 2006).** Texto produzido em comemoração dos 80 anos do Jornal O Imparcial. São Luís: Governo do Estado do Maranhão – Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos, 2006.

LIBERA, Artur Nappo Dalla. **Exportação: Entraves e Oportunidades**. Revista FAE Business, n°1, 2001. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n1_dezembro_2001/ambeconomico_exportentravesoportunidades.pdf.

LIMA, Policarpo. Economia do Nordeste: Tendências Recentes das Áreas Dinâmicas. Pernambuco, 1994. Disponível em: http://www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_anteriores/pdf_94/POL-LIM.pdf.

MAIA, D.S. **Análise dos Fluxos interestaduais do Maranhão entre os anos de 2006-20012**. Monografia de Conclusão do curso de Ciências Econômicas – UFMA.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo, 9ª ed. Ed. Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
Secretária do Comércio Exterior – SECEX/MDIC. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br

MOREIRA, Carlos Américo Leite; MELO, Maria Cristina Pereira de. **Comércio Exterior Brasileiro: Uma Análise das Trocas Regionais no Âmbito do Mercosul. Mercator**-Revista de Geografia da UFC, ano 01, n°01, 2002. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/revista%20mercator%201%20em%20pdf/mercator1artigo6.pdf>.

MUNHOZ, Carolina Pancotto Bohrer. A Evolução Histórica do Conceito de Desenvolvimento. In: **Comércio Internacional e Desenvolvimento: uma perspectiva brasileira**. São Paulo, Editora Saraiva. 2004.

PAULA, R.Z.A, de; SILVA, M. R.M. O Comércio Marítimo do Maranhão no Século XIX. In: **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Vol.4, N° 6, jan-jun, 2009.

PELLEGRINI, Josué Alfredo. **Dez Anos da Compensação Prevista na Lei Kandir: conflito insolúvel entre os entes federados?** Brasília: ESAF, 2006. Monografia premiada com primeiro lugar no XI Prêmio Tesouro Nacional – 2006. Tópicos Especiais de Finanças Públicas. Brasília (DF).

PENA. Heriberto Wagner Amanajás; COSTA, Renata Quaresma. **Análise da Inserção do Setor Exportador do Estado do Pará na Dinâmica do Comércio Internacional, 2004-2005**. Movendo Idéias (UNAMA). , v.12, p.121 - 138, 2007.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PUGA, Fernando Pimentel. **A Inserção do Brasil no Comércio Mundial: O Efeito China e Potenciais de Especialização das Exportações. Textos para Discussão 106**.

Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-106.pdf>.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1996.

RICUPERO, Rubens. **Esperança e ação**: a ONU e a busca de desenvolvimento mais justo – um depoimento pessoal. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RODRIGUES, Jaciel. Teorias de Comércio Internacional . In: **Gaia Política**, outubro 2009. Disponível em <<http://jacieltrodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comercio-internacional/#more-53>>. Acesso em: 17.10.2012.

RODRIGUES, Maria Mirtilene et. al. A importância das zonas econômicas para o desenvolvimento econômico e correção de desequilíbrios regionais . In: **Revista Negócios Internacionais**. UNIFOR. 2006.

RODRÍGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981

RODRIK, Dani. **One economics, Many Recipes: globalization, institutions, and economic growth**. Princeton: Princeton University Press. 2008, 257 p.

SANTOS, Alan Vasconcelos et. al. Perfil do Comércio Exterior Maranhense – 1996 a 2007. São Luís: **Cadernos IMESC 3**, 2008.

SARQUIS, José Buainain Sarquis. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SIMONSEN, M.H. **Teoria Microeconômica**. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971. 2 v.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STIGLITZ, Joseph E. Development Policies in a World of Globalization. In: GALAGHER, Kevin P. (Org.) **Putting Development First: The Importance of Policy Space in the WTO and International Financial Institutions**. New York: St Martin's Press, 2005, pp. 15-32.

VALE, Daniel Andrade do. **Exportação: O Desafio na Redução dos Custos**. Revista FAE Business, n°9. 2004. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v8_n1/rev_fae_v8_n1_10_do_vale.pdf.

VASCONCELOS, J. R. e OLIVEIRA, A. M. **Análise da matriz por atividade econômica de comércio interestadual no Brasil – 1999**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006 (Texto para Discussão, 1159).

WINTERS, L. Alan. **Trade Liberalization and Economic Performance: an overview**. *Economic Journal*, v. 114, pp. 4-21, 2004.